



Priscila Lopes Braz dos Santos

**Entrelaçando leituras sobre a violência
dirigida às mulheres: O que entra em
cena no feminicídio?**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica)
do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Monah Winograd
Co-orientador: Marcus André Vieira

Rio de Janeiro,
Agosto de 2025.



Priscila Lopes Braz dos Santos

**Entrelaçando leituras sobre a violência
dirigida às mulheres: O que entra em
cena no feminicídio?**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia
Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo:

Profa. Monah Winograd

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Marcus André Vieira

Co-orientador

Consultório Particular

Prof. Fabrício Martins

PUC-Rio

Profa. Angélica Bastos

UFRJ

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2025

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Priscila Lopes Braz dos Santos

Graduou-se em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2016). Especialização em Psicologia Jurídica na UERJ (2018). Concluiu o Curso Fundamental do Instituto de Clínica Psicanalítica (ICP-RJ) em 2022. Atua como Psicóloga Clínica na Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2018.

Ficha Catalográfica

Santos, Priscila Lopes Braz dos

Entrelaçando leituras sobre a violência dirigida às mulheres: o que entra em cena no feminicídio? / Priscila Lopes Braz dos Santos; orientadora: Monah Winograd ; co-orientador: Marcus André Vieira. – 2025.

99 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2025.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Violência. 3. Psicanálise. 4. Passagem ao ato. 5. Feminicídio. I. Winograd, Monah. II. Vieira, Marcus André. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. IV. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio, aos professores do Departamento, pelo aprendizado, e aos funcionários da Secretaria.

Ao Marcus André Vieira, pela transmissão cuidadosa e implicada, que deu o *start* em meu percurso pela psicanálise, e por todo o suporte que foi determinante para sustentação da elaboração desta pesquisa.

À minha família, pelo apoio, carinho e pela formação, sem os quais este caminho não teria sido possível.

À Angélica Bastos, pela leitura e contribuições desde o exame de qualificação desta pesquisa.

Aos professores Monah Winograd e Fabrício Martins, que aceitaram, gentilmente, participar da banca de defesa desta dissertação.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo apoio, e aos meus colegas de equipe Leonardo Velasco, Fernanda Pacheco e Ângela Santos que me incentivaram cotidianamente. À Andrea Vilanova, pela parceria de trabalho sempre instigante, que me acolheu e inaugurou tantos caminhos.

Ao Gabriel, meu companheiro nessa aventura que é a vida, que me renova o amor no dia a dia e que tanto me incentiva em minhas escolhas.

Ao grupo de orientandas do Marcus André, por todas as trocas e encontros que instigavam nossas discussões, em especial, à Dolores, uma amiga que este percurso acadêmico me presenteou.

Aos amigos, pela compreensão das ausências e pela torcida!

À Suely, pela escuta cuidadosa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Santos, Priscila Lopes Braz dos; Winograd, Monah. **Entrelaçando leituras sobre a violência dirigida às mulheres: o que entra em cena no feminicídio?**. Rio de Janeiro, 2025. 99 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

“País bate recorde de feminicídio e registra um estupro a cada seis minutos, indica Anuário de Segurança”, diz reportagem divulgada em julho de 2024. Na grande maioria desses casos, os crimes são cometidos por seus parceiros íntimos, sejam companheiros ou ex-companheiros. Diante do crescimento alarmante dos casos de feminicídio, esta dissertação propõe uma investigação a partir da psicanálise, com Freud e Lacan, de modo a construir um percurso teórico que nos aproxime da reflexão sobre o que incide na violência dirigida às mulheres. O que persiste para que estejamos enfrentando um crescente de assassinatos de mulheres por parte de seus parceiros íntimos? O ponto central de nossa pesquisa se dedica a explorar os conceitos de passagem ao ato e objeto *a* visando investigar se algo do feminino ocupa o lugar de alvo privilegiado destes atos violentos. O aprofundamento neste tema nos levou a refletir sobre o atual cenário de um patriarcado abalado e seus reflexos no modo de se localizar a partir do masculino. Diante disso, nos questionamos: haveria algo da identificação masculina que favoreça o recurso à violência como saída privilegiada frente à angústia? Para tal, nos baseamos em estudos de psicanalistas contemporâneos, entrelaçando leituras de outros campos do saber visando ampliar nosso olhar para a violência que as mulheres são alvo.

Palavras-chave

Violência; psicanálise; passagem ao ato; feminicídio.

Abstract

Santos, Priscila Lopes Braz dos; Winograd, Monah (Advisor). **Interweaving readings on violence against women: what emerges in femicide?** Rio de Janeiro, 2025. 99 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

"Brazil breaks femicide record and reports a rape every six minutes", states a news report published in July 2024. In the vast majority of these cases, the crimes are committed by intimate partners, whether current or former. In light of the alarming increase in femicide cases, this dissertation proposes an investigation based on psychoanalysis, drawing from Freud and Lacan, in order to construct a theoretical path that brings us closer to understanding what underlies violence against women. What persists that leads us to face a growing number of women being murdered by their intimate partners? The central focus of this research is to explore the concepts of passage to the act and object a, aiming to investigate whether something of the feminine occupies the position of a privileged target in these violent acts. Delving into this theme led us to reflect on the current state of a shaken patriarchy and its effects on how masculinity is positioned. In this context, we ask: is there something within masculine identification that favors recourse to violence as a privileged response to anguish? To conclude, we draw upon studies by contemporary psychoanalysts, intertwining readings from other fields of knowledge to address the violence to which women are subjected.

Keywords

Violence; Psychoanalysis; Passage to the Act; Femicide

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 - Algumas considerações sobre a sexualidade feminina: a leitura freudiana e suas repercussões	22
1.1 Breves apontamentos sobre a sexualidade	22
1.2 Sobre a sexualidade feminina	28
1.3 Repercussões sobre o lugar destinado às mulheres na teoria freudiana	30
1.4 Dark continent: impasses do feminino	40
Capítulo 2 - A lógica fálica e a degradação do objeto	43
2.1 O falo como significante: entre ser e ter	43
2.2 Sobre a depreciação do objeto e o modo fetichista masculino	49
Capítulo 3 - Do que se defende aquele que passa ao ato?	57
3.1 Angústia: afeto que não engana	57
3.2 Objeto <i>a</i> e sua relação com a angústia	59
3.3 Sobre a passagem ao ato	62
Capítulo 4 - Entrelaçando leituras sobre a violência	68
4.1 Objeto <i>a</i> e o que perturba a montagem subjetiva	69
4.2 Algumas pistas sobre o feminino não-todo	73
4.3 O abalo do patriarcado e a masculinidade viril	76
Conclusão	87
Referências bibliográficas	93

Introdução

“(…) nós, mulheres, morremos como moscas. Vocês, homens, tomam porre e nos matam. Querem foder e nos matam. Estão furiosos e nos matam. Querem diversão e nos matam. Descobrem nossos amantes e nos matam. São abandonados e nos matam. Arranjam uma amante e nos matam. São humilhados e nos matam. Voltam do trabalho cansados e nos matam. E, no tribunal, todos dizem que a culpa é nossa”

Patrícia Melo, *Mulheres Empilhadas* (2022)

“País bate recorde de feminicídio e registra um estupro a cada seis minutos, indica Anuário de Segurança”, manchete divulgada pelo Jornal O Globo em julho de 2024. Os dados recolhidos do ano de 2023 revelam o crescimento da violência contra as mulheres, com aumento de feminicídios, agressões e estupros. O número registrado em 2023 foi o maior da série histórica, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024).

A escolha por trazer esta notícia no início da introdução desta pesquisa marca nosso posicionamento de frisar a gravidade do cenário atual. Os casos de feminicídio se acumulam nos jornais de modo cotidiano. Em uma busca pelas palavras “notícia” e “feminicídio” no mecanismo de pesquisa do Google rapidamente retornam resultados que saíram há poucas horas e, ao repetir a busca, novos casos são divulgados.

A pesquisa mais recente apontou que as maiores vítimas desta violência são as mulheres negras, 66,9%, e com idade entre 18 e 44 anos, 69,1%. Na grande maioria desses casos os crimes são cometidos por seus parceiros íntimos, companheiros ou ex-companheiros, conforme indica o levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024). Este ponto nos chamou a atenção e levou a um delineamento desta pesquisa ao propormos um recorte de investigação sobre a violência que ocorre dentro dos relacionamentos amorosos, sejam atuais ou já encerrados.

A construção desta dissertação teve como disparador o *podcast* Praia dos Ossos, produzido pela Rádio Novelo, que retrata a história do assassinato de Ângela Diniz por seu companheiro Doca Street, um caso de grande repercussão nos anos 70. O caso teve destaque na mídia da época e nos chamou a atenção para um aspecto marcante nestes casos que é a frequente culpabilização da mulher. Neste sentido, um aspecto paradigmático foi o uso do argumento da “legítima defesa da honra”, em defesa do assassino, que visava a construção do perfil de reputação de Ângela como justificativa ao crime cometido.

Iremos nos servir deste caso para nos ajudar a traçar um panorama inicial para em seguida nos debruçarmos no estudo teórico que percorreremos ao longo dos capítulos seguintes. Visamos neste primeiro momento propor um momento de contextualização histórica, sobretudo, recolhendo alguns aparatos legais que nos dão indícios das marcas de uma violência que se mantinha velada.

Partimos da premissa de que não seria possível discorrer sobre a violência atual sem nos debruçarmos neste breve contexto de investigação sobre o enraizamento desta violência. Enquanto objetivo visamos investigar o que poderia favorecer estes atos violentos, mais especificamente o mais radical deles: o feminicídio. Utilizaremos enquanto recurso nesta introdução a abordagem do caso de Ângela Diniz como um fio condutor que nos permite explorar dois pontos importantes: a construção de narrativas que culpabilizam as mulheres pela violência da qual são alvo e, do lado dos homens, nos questionamos o que poderia levar aos casos de uma passagem ao ato tão extrema.

Apesar de um caso acontecido nos anos 70, nos soou muito atual, por se tratar de uma mulher que no dia em que decidiu terminar o relacionamento acabou morta pelo próprio companheiro. Assim como Ângela, tantas outras vivenciam o mesmo desfecho. A narrativa do *podcast* abordou o desenrolar do julgamento do caso e a ênfase dada às estratégias utilizadas pela defesa do assassino. É digno de realce o argumento construído pelo advogado de defesa deste caso que buscou justificar a morte de uma mulher em nome de uma suposta "honra masculina".

Assim, para além de um caso emblemático de uma mulher que foi assassinada pelo seu companheiro, a abordagem do caso de Ângela despertou nossa

atenção para o lugar destinado às mulheres ao longo da história. O modo como o advogado de defesa de Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street, construiu seus argumentos visando comover a opinião pública utilizando como estratégia colocar Ângela, que foi alvo de quatro tiros à queima roupa, como a culpada de sua própria morte. Acompanhando o percurso do *Podcast* recolhemos a imagem que foi construída pela mídia acerca de Ângela, que tinha uma fama de ser uma mulher sedutora, muito bonita e que se relacionava com quem bem entendesse. Chegou a ser apelidada de “Pantera de Minas”, em referência ao seu estado natal e em alusão a uma pantera “que devorava os corações dos homens” (Vianna & Thomson-DeVeaux, 2020).

Assim, o advogado de Doca não buscou negar a autoria do crime, e sim colocar ênfase na reputação social e no perfil de personalidade de Ângela, que foram transformados em uma espécie de “prova” contra ela mesma. Toda a espetacularização construída em cima deste julgamento escancarou o machismo da época. Este enredo criado no primeiro julgamento, encontrou ressonância no contexto local do júri popular que ocorreu em Búzios, à época ainda distrito de Cabo Frio, mostrando as marcas conservadoras de uma cidade pequena:

é possível ver como Ângela era refém de uma sociedade devastadora, que impunha que o único lugar possível e de respeito a uma mulher seria como esposa, mãe e dona de casa, cuidando dos interesses do lar e da sobrevivência dos filhos, enquanto o marido estaria exercendo seus direitos no social. Ao responder contrariamente a esse ideal, Ângela assume um papel criticado, distorcido e maltratado, tendo seu corpo, sua sexualidade e sua moral colocados em cheque (Medeiros, 2021, p. 89).

No primeiro veredicto, Ângela acabou tendo sua vida exposta e a interpretação da época é que ela estava sendo condenada no julgamento que deveria ter como alvo a penalização de seu assassino. O que levava a crer que o crime de Ângela parecia ter sido não corresponder ao que era esperado do lugar destinado à mulher “bela, recatada e do lar”. Carlos Drummond de Andrade comentou sobre o caso ao *Jornal do Brasil*: “Aquela moça continua sendo assassinada todos os dias e de diferentes maneiras”¹. O cartunista Henfil, de *O Pasquim*, em referência à

¹ Trecho extraído do episódio 2 do *Podcast* “Praia dos Ossos”. Recuperado de <https://radionovelo.com.br/wp-content/uploads/2022/12/ep2-o-julgamento.pdf>. Acesso em janeiro/2025

narrativa construída no julgamento, ironizou “Estão quase conseguindo provar que Ângela matou Doca”².

Neste aspecto, o primeiro julgamento teve grande repercussão por conta desta tese da “legítima defesa da honra” como argumento a favor do réu. Na sentença deste primeiro julgamento, Doca saiu do tribunal ovacionado com aplausos e pela porta da frente. Cabe ressaltar que este argumento, utilizado neste julgamento, não faz parte do Código Penal brasileiro. Entretanto, faz alusão ao que constava nas Ordenações Filipinas, que vigorou como lei na época do Brasil Colônia, em que o marido poderia tirar a vida de sua esposa adúltera caso suspeitasse que o traiu (Vianna & Thomson-DeVeaux, 2020). Este ponto ilustra certo percurso da violência dirigida às mulheres, aspecto que nos interessa neste estudo, que nesta situação teve amparo e autorização legislativa até 1830. Além disso, a narrativa do *podcast* nos gerou muitas inquietações sobre o que poderíamos recolher a partir de aparatos legislativos anteriores sobre certo enraizamento histórico de práticas violentas.

O que as estatísticas nos relevam é que existe uma escalada do assassinato de mulheres pelas mãos de seus parceiros amorosos. Na edição de 2025, o Atlas da violência frisa que a violência letal contra as mulheres acontece majoritariamente no contexto doméstico, sendo assim, a casa é “o lugar menos seguro para a mulher” (Cerqueira, 2025, p. 19). Em “Mulheres Empilhadas”, livro de Patrícia Melo, a personagem principal e narradora da história, começa a trabalhar com casos de feminicídio e logo atesta que:

a primeira coisa que se aprende quando se mergulha no mundo da matança de mulheres é que a rua escura, o beco ermo, o bairro suspeito não são os locais verdadeiramente perigosos para nós. A verdade é que não existe lugar mais temerário para nós do que nossa própria casa (Melo, 2019, p. 55).

Apesar de ser uma obra de ficção, esta constatação da personagem retrata a realidade cotidiana vivida por muitas mulheres. A dinâmica narrativa utilizada pela autora intercala vinhetas de histórias reais ao enredo ficcional sem, contudo, misturá-los. Assim, utiliza inserções jornalísticas de feminicídios com descrições

² Trecho extraído do episódio 1 do *Podcast* “Praia dos Ossos” Recuperado de <https://radionovelo.com.br/wp-content/uploads/2022/12/ep1-o-crime-da-praia-dos-ossos-1.pdf>
Acesso em janeiro/2025

diretas e descritivas dos crimes que dão relevo à violência cotidiana da qual as mulheres são alvo.

Para nos lançarmos neste percurso de investigação interessado em recolher sobre o lugar destinado às mulheres e ao feminino, nos dedicaremos no primeiro capítulo a percorrer com Freud o percurso do desenvolvimento da sexualidade a partir de sua proposta que desnaturaliza a construção da sexualidade humana e se distancia de uma determinação. Consideramos importante percorrer os estudos iniciais de Freud em razão das pesquisas que abordam a violência contra as mulheres, sobretudo feministas, que acabam por reduzir Freud a um autor que teria apenas reforçado a inferioridade feminina e o argumento para a submissão ao homem. Buscaremos trazer alguns pontos de diálogo entre esses dois campos. Assim, passaremos pelo conceito de pulsão e sua teoria do desenvolvimento da sexualidade infantil, com ênfase na abordagem do desenvolvimento da sexualidade feminina e seus escritos posteriores sobre a feminilidade.

No segundo capítulo, traremos a leitura feita por Lacan em seu retorno à Freud abordando suas elaborações sobre a lógica fálica, no momento de seu ensino em que localiza o falo enquanto significante que organiza a partilha sexual e as identificações no masculino e no feminino decorrentes. Neste caminho, de modo a nos aproximar das relações amorosas, recolhemos o que Freud descreve sobre a mais comum depreciação da vida amorosa masculina, que Lacan recupera posteriormente com o que chama do modo fetichista masculino.

Ao nos aproximarmos da dimensão do objeto nas relações amorosas seguiremos com Lacan no terceiro capítulo, de modo a refletir sobre o que se defende aquele que passa ao ato violento. Nos guiaremos pelo seguinte questionamento: o que se presentifica nestes casos para que a resposta seja a violência que visa o aniquilamento de uma mulher? Elegemos o desenvolvimento do conceito de passagem ao ato, a partir do Seminário 10, em razão de nosso interesse específico de investigação acerca deste ponto mais radical da violência. Percorreremos ainda suas elaborações sobre a angústia e a introdução do conceito de objeto *a*.

No quarto capítulo, retomaremos a discussão sobre as posições de ser e ter o falo e sua relação com o objeto *a*. Refletimos sobre o atual cenário de um modelo patriarcal abalado e seus possíveis reflexos no modo de se localizar a partir do masculino. Nos questionamos: haveria algo da identificação masculina que favoreça o recurso à violência como saída ao seu mal-estar? Podemos dizer que houve uma mudança na radicalidade desta violência frente a um cenário de um patriarcado abalado?

Após a apresentação do percurso teórico que iremos trilhar convidamos ao desenvolvimento de três tópicos de modo a preparar o terreno para nossas reflexões. Neste breve panorama inicial, buscamos apresentar uma contextualização do cenário de violência dirigida às mulheres, elencamos três seções: “a passagem do âmbito familiar ao público”; “Lei Maria da Penha: um marco legislativo”; e “Nomear feminicídio: para quê?”

A passagem do âmbito familiar ao público

Porém igualmente. É uma santa. Diziam os vizinhos. E D. Eulália apanhando. É um anjo. Diziam os parentes. E D. Eulália sangrando. Porém igualmente se surpreenderam na noite em que, mais bêbado que de costume, o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela, e D. Eulália rompeu em asas o vó de sua trajetória.

Marina Colasanti (1999)

Partindo da premissa de que a violência contra as mulheres não acontece de modo desarticulado das relações sociais, culturais e políticas que nos rodeiam. Recolhemos com preocupação este uso da tese da “legítima defesa da honra”, em meio aos processos jurídicos, enquanto argumento que encontrava eco e acolhimento do aparato judiciário. Apenas recentemente, em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade que esta tese não poderia mais ser utilizada enquanto defesa nos casos de feminicídio³. A tese se baseava na argumentação que a violência, ou até mesmo o assassinato de uma mulher, poderia ser “justificada” quando esta tivesse cometido uma traição, ou alguma conduta que estivesse em desacordo com a honra deste homem, o autor da violência. Tal

³ ADPF 779 e a vedação da "legítima defesa da honra" nos casos de Feminicídio. <https://www.tjrj.jus.br/web/portal-conhecimento/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5736540/251498376> Acesso em novembro/2024.

argumento acabava por colocar na conduta da mulher a causa de sua própria morte, como aconteceu no caso de Ângela Diniz e tantos outros. Carla Rodrigues frisa o termo “mulher fatal”, utilizado pela defesa para se referir à Ângela, enquanto caracterização de uma mulher que levaria o homem a se desesperar e ser levado a estes atos de violência. A marca da ambiguidade do termo é feita por Rodrigues (2020) ao sinalizar ser fatal como objeto de amor e ser fatal para si mesma, uma mulher que capaz de provocar sua própria morte.

Mesmo que este argumento tenha sido derrubado, não é raro vermos a responsabilidade da violência sofrida ser dirigida para a própria mulher. Após um namorado, marido ou companheiro agredir sua parceira não é incomum ver surgir as perguntas: “Como ela se envolveu com um cara desses?” O que desloca para a mulher a culpa pelos atos praticados pelo companheiro. Ou ainda: “Por que não terminou antes?” E se estava andando na rua e foi vítima de violência sexual: “Qual roupa ela estava usando?” ou até mesmo “O que estava fazendo na rua sozinha naquela hora?”

Cabe frisar que, além de ser um posicionamento que permeia o senso comum, as próprias instituições do Estado acabavam por repercutir esta lógica ao não acolher denúncias feitas por mulheres nas delegacias e as mulheres terminaram por se deparar com o descaso, desinteresse e despreparo dos agentes que desestimulava novas denúncias. Havia o predomínio de uma compreensão por parte do imaginário policial de que este assunto seria da esfera privada e, portanto, devia ter sua resolução mantida no contexto familiar. Existia a defesa de que a intervenção do Estado deveria ser mínima nestes casos (Bandeira, 2019). Assim, o contexto anterior era permeado pela impunidade dos agressores.

Neste âmbito, a instauração das Delegacias Especiais Assistência às Mulheres (DEAMs), com a primeira delas inaugurada em São Paulo em 1985, foram uma conquista importante para o atendimento das mulheres em situação de violência, nas quais o acolhimento e escuta ativa das mulheres passou a ser realizado preferencialmente por delegadas e agentes policiais femininas, que passavam por uma qualificação visando maior atenção ao contexto de violência que a mulher estava inserida.

Logo, nos interessa assinalar aqui o que recolhemos de um percurso de violências que abarcavam não apenas o julgamento moral do comportamento da mulher, que foi alvo de uma violência, como também ao naturalizar o poder que um homem, sobretudo o marido, teria sobre a mulher. Basta recuperar o Código Civil de 1916 para constataremos a ampla tutela do marido sobre a esposa. A mulher enquanto fosse casada, àquela época, era considerada como relativamente incapaz e sua representação legal era exercida por seu marido. O artigo 233 não deixava margem para dúvidas: “O marido é o chefe da sociedade conjugal”. Todas as decisões familiares estavam a cargo do marido, e a mulher precisava de autorização para exercer uma profissão, para viajar e até para gerir sua conta bancária. Neste contexto, a submissão ao homem fica escancarada e, além disso, estava amparada pela legislação até o advento do Estatuto da Mulher Casada em 1964, que retira a incapacidade relativa da mulher.

Como bem nos relembra Rita Segato (2025), o crime de estupro no Brasil, durante vigência do Código Penal de 1940, era tratado como um “crime contra os costumes” e não como um crime contra a pessoa. O crime de estupro era definido como a conjunção carnal com penetração vaginal, deixando outras formas de estupro não genitais, como o coito anal ou oral, como “atentado violento ao pudor”. “Ao optar por este enfoque no seu ato de nomeação, a lei revela mais uma vez, que zela pela herança e pelo patrimônio familiar, que passam através do corpo feminino, e não pela pessoa da mulher agredida (Segato, 2025, p. 184)”. Cabe ressaltar que, anteriormente, nesta seção dos crimes contra os costumes, havia ainda uma especificação em relação à vítima mulher quando se tratava de “mulher honesta” em diferenciação a mulheres que não cumpriam o padrão esperado ao comportamento feminino como, por exemplo, as adúlteras, as prostitutas ou ainda para aquelas apenas que apresentavam um comportamento sexual mais livre. Quando a mulher atendia aos requisitos de “honestidade”, poderia ser então considerada vítima e merecedora da “proteção do Direito Penal”, já quando era vista como “desonesta” a situação se alterava, indo de vítima à provocadora (Mello, 2010).

Ainda que esse tratamento diferenciado tenha sido retirado da legislação, Mello (2010) salienta que segue arraigado no sistema jurídico e na sociedade

brasileira, que a honestidade da mulher ainda é alvo de análise nos julgamentos dos crimes de estupro, conforme mostram os estudos da área.

Esta estratégia de recolher alguns marcos legislativos nos pareceu crucial para lançar luz sobre as marcas de uma hierarquia, por muito tempo legitimada, na relação entre homens e mulheres. Somente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira que passou a ser garantida a igualdade em direitos e obrigações. Esta conquista só foi possível a partir da atuação do movimento de mulheres, junto às parlamentares constituintes, que lutaram pela inclusão de direitos neste momento de reabertura democrática. Colocando em pauta a licença maternidade, a igualdade de direitos e de salários, de mecanismos para coibir violência contra as mulheres, entre outros.

Não foi sem resistência que este movimento foi recebido. Com a finalidade de ironizar e minimizar a atuação das mulheres, o movimento foi chamado de “Lobby do Batom”, em alusão ao que era considerado uma superficialidade feminina. Esta tentativa de provocação acabou sendo utilizada pelas próprias mulheres que marcaram presença com seus batons vermelhos, ressignificando e assumindo este símbolo do movimento como uma forma de resistência política.

Um dos lemas do movimento era “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” e ao nos depararmos com este lema inevitavelmente lembramos da fala da vereadora Marielle Franco, ao precisar reiterar a necessidade de ser ouvida: “A minha palavra é palavra de mulher, mas vale. Não é só palavra de homem que vale não”. Esta frase foi dita em 2017, durante sessão na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em que precisou reforçar que seus posicionamentos, debates e ideias também precisavam ser reconhecidos e respeitados enquanto parlamentar eleita pelo povo. Marielle havia sido a quinta vereadora com a maior quantidade de votos no Rio de Janeiro, era uma mulher preta, bissexual, nascida no Complexo da Maré e com uma carreira política ascendente no parlamento brasileiro. Seu brutal assassinato, em 2018, levantou a discussão sobre ter se tratado de um “feminicídio político”⁴.

⁴ Renata Souza propõe esta leitura em Souza, R. (2020) Feminicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 6(2), 119–133. Disponível em <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i2.42037>. Acesso em 03/2025.

Lei Maria da Penha: um marco legislativo

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais (...)

(Maria da Vila Matilde, Elza Soares)

Como apontado anteriormente, durante muito tempo a submissão da mulher ao homem esteve naturalizada. As leis reiteravam a submissão ao marido, “chefe da sociedade conjugal”, de modo que muitas violências exercidas dentro do âmbito conjugal eram vistas como assuntos que deviam permanecer restritos ao âmbito privado e naturalizadas no contexto familiar. Entretanto, este cenário começou a se alterar mudar quando os movimentos feministas e sociais reivindicaram a inclusão da violência contra a mulher como uma violação dos Direitos Humanos e, ainda, uma questão de saúde coletiva (Souza & Cunha, 2018).

Desse modo, vale ressaltar que foi um longo percurso até a Lei Federal 11.340/06, que nomeia a violência doméstica contra a mulher como crime e aponta mecanismos para evitar, enfrentar e punir a agressão contra as mulheres. Esta lei leva o nome de Maria da Penha, uma mulher que percorreu um longo percurso na justiça até que seu agressor recebesse algum tipo de punição. Maria da Penha Maia Fernandes sofreu duas tentativas de feminicídio de seu marido, na época, sendo que a última delas a deixou paraplégica. Mesmo levando o caso à justiça enfrentou muitos obstáculos o que deixou transparecer a impunidade de seu agressor, que mesmo quando foi condenado seguiu em liberdade. O tratamento dispensado pelo sistema jurídico brasileiro ao seu caso, fez com que este se prolongasse por longos anos. A morosidade da justiça levou Maria da Penha a denunciar o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou o país por negligência e omissão em 2001.

Frente a isso, pode-se considerar que é parte da nossa história recente a discussão sobre a violência contra as mulheres. Importante frisar que a Lei Maria da Penha é de 2006 e se torna um dispositivo jurídico que criou os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e promoveu alterações no Código de Processo Penal, no Código Penal e na Lei de Execução Penal. Instaurou uma série de medidas protetivas que podem ser decretadas pelo juiz visando cessar as

situações de violência como, por exemplo, a determinação do afastamento do agressor do lar, impedir sua aproximação, encaminhamento da mulher e filhos para programa de proteção, a suspensão de posse de arma de fogo do agressor, dentre outras. Com esta lei, houve a caracterização dos diversos tipos de violências, seja física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial, nomeando dinâmicas relacionais violentas que antes poderiam ser vistas como corriqueiras e naturalizadas dentro das famílias.

Esta lei foi um marco, uma das grandes conquistas na luta em prol das mulheres no Brasil visando: “coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Brasil, 2006)”. A definição legal de violência doméstica e familiar contra a mulher passou a ser caracterizada enquanto qualquer ação ou omissão, baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

Antes da criação desta lei, os crimes de violência contra as mulheres acabavam sendo considerados de “menor potencial ofensivo”, e assim, recebiam medidas despenalizadoras que tinham como desfecho a conversão da pena para o pagamento de cestas básicas e outras medidas alternativas. Estamos cientes de que nenhuma legislação é capaz de, por si só, ser a solução para um problema tão complexo como este. Entretanto, sem ter o respaldo de uma legislação que auxilie tanto no recebimento de denúncias como na execução de medidas protetivas e de acolhimento fica difícil vislumbrar cenários para superação destas violências. Pode-se dizer que já não se tolera com a mesma naturalidade o antigo ditado: “briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

Para além do aspecto da penalização dos diversos tipos de violência, esta lei contemplou um ponto importante no combate à violência contra as mulheres ao apresentar medidas de assistência e atendimento. Foi instaurada a necessidade de locais específicos com equipes multidisciplinares para o acolhimento dessas mulheres, promovendo mudanças no atendimento dos serviços públicos, ampliando campanhas de conscientização e de orientação sobre o encaminhamento adequado das denúncias.

Nomear feminicídio: para quê?

Ao delinear este recorte específico da violência que demonstra sua face mais extrema no feminicídio, consideramos importante abordar sobre a criação deste termo e sua definição. Afinal, quando falamos de feminicídio, estamos falando sobre o que? E em relação a este uso, o que justificaria esta denominação?

Neste debate, abre-se um leque de diferentes tipos de violências que podem ter como desfecho o assassinato de uma mulher. Em 1976, o termo *femicide* foi estabelecido por Diana Russel, socióloga feminista sul-africana que o utilizou pela primeira vez no Tribunal Internacional de Crimes Contra as Mulheres, realizado na Bélgica, para frisar as diferenças entre os homicídios femininos e masculinos. Este termo foi estabelecido como um ponto final de um contínuo de violências que têm como consequência a morte de uma mulher (Caicedo-Roa, Bandeira & Cordeiro, 2022).

Entretanto, foi somente após a década de 1990 que este termo ganhou maior repercussão com sua tradução para o espanhol quando Marcela Lagarde, antropóloga mexicana, que passou a ser utilizado para descrever sobre os assassinatos cruéis de mulheres em Ciudad Juárez, no México, que envolviam a mutilação, tortura e violações diversas. Neste período cunhou o termo “feminicidio”, em espanhol, para se referir ao conjunto de violações aos direitos humanos das mulheres ocorridas nesta cidade do México (Diniz, Costa & Gumieri, 2015).

A partir de então o termo feminicídio passou a ser adotado em diversos países, como é o caso do Brasil. Recuperamos uma definição que consta no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra a mulher:

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (Brasil, 2013, p. 1004).

Em 2015, foi instituída a Lei do Feminicídio que trouxe esta circunstância qualificadora para o crime de homicídio, que possibilitou quantificar os casos de assassinatos que ocorrem com base no gênero feminino, mais precisamente quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. O feminicídio, como passa a ser chamado este tipo de homicídio, passou a ser considerado um crime hediondo. No contexto jurídico, suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino. Recentemente, em outubro de 2024, foi promulgada nova Lei 14.994/2024 que passou a instituir o feminicídio como um crime autônomo, e estabeleceu, entre outras medidas, um aumento da pena de 20 a 40 anos de reclusão.

Neste cenário, mesmo diante do número alarmante que apresentamos no início desta pesquisa, alguns estudos indicam que é provável que ainda haja uma subnotificação de casos por falta de clareza por parte dos responsáveis pela notificação acerca da importância desta especificação nos registros de mortes (Oliveira, 2021; Atlas da violência, 2019).

A partir de um estudo realizado em uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Oliveira (2021) solicitou os números absolutos dos boletins de ocorrência, medidas protetivas e feminicídio e observou que a necessidade dos registros de feminicídio ainda não fica evidente para quem o realiza. Ou seja, apesar dos avanços, sabe-se que somente a instauração de novos mecanismos legislativos por si só não dá conta de garantir sua aplicabilidade prática.

A suspeita de subnotificação de casos de violência contra a mulher também é citada no levantamento do Atlas da violência (2019) expondo o quanto isso dificulta a elaboração de estatísticas já que a partir dos dados agregados da saúde não é possível uma elucidação da questão, uma vez que a classificação internacional de doenças (CID), utilizada pelo Ministério da Saúde, não lida com questões de tipificação legal e muito menos com a motivação que gerou a agressão.

Cabe frisar que a geração de dados sobre feminicídio é recente, uma vez que foi preciso um longo percurso para que fosse reconhecida a especificidade destes casos. Foi a partir da militância feminista e dos movimentos sociais que foram

criadas as condições históricas, políticas e culturais para o reconhecimento da gravidade deste cenário (Bandeira, 2019). Esta violência se diferencia da violência urbana de modo mais ampliado, pois há uma reação violenta especificamente dirigida às mulheres, ou a quem encarna o que é lido como feminino. O que nos leva a reiterar nosso questionamento: haveria algo do feminino que se apresenta como alvo privilegiado destes atos violentos?

Inicialmente buscamos refletir sobre as elaborações de Freud sobre a sexualidade feminina, e o lugar destinado ao feminino apostando que recolher estas formulações nos auxilie neste percurso de refletir sobre a violência exacerbada dirigida às mulheres na contemporaneidade. Conjugaremos à nossa leitura as elaborações posteriores feitas por Lacan e de psicanalistas contemporâneos.

Capítulo 1 - Algumas considerações sobre a sexualidade feminina: a leitura freudiana e suas repercussões

A visão muitas vezes difundida sobre o lugar atribuído às mulheres dentro da teoria freudiana pode se configurar como um obstáculo de trabalho entre as autoras que abordam o tema da violência contra as mulheres. Alguns de seus posicionamentos da época abrem para controvérsias quando o lemos com as lentes do século XXI. Freud, então, acaba sendo interpretado como um autor que reiterava a hierarquia masculina e uma consequente submissão feminina. Entretanto, insistimos na perspectiva psicanalítica para abordar este tema por apostar que seus escritos podem nos auxiliar a recolher sobre o lugar destinado ao feminino na cultura e verificar seus efeitos.

Assim, em vez de descartar a teoria freudiana após uma leitura apressada que pudesse considerá-la “datada” para os fenômenos contemporâneos, propomos partir destes textos clássicos e verificar as formulações que nos dão elementos para recolher sobre o lugar destinado ao feminino desde aquela época. O compromisso de estar à altura de nosso tempo nos convoca ao trabalho de revisitar os pressupostos teóricos que estão na base da teoria psicanalítica para, só assim, seguirmos.

1.1 Breves apontamentos sobre a sexualidade

Freud (1925) em “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos” dispara que comunicará resultados de sua “pesquisa psicanalítica”, marcando a indissociabilidade entre clínica e pesquisa que está colocada desde o princípio de suas publicações. Esclarece de saída que estas elaborações teóricas são feitas a partir de sua clínica, e não ao contrário.

Apresenta, então, um longo trabalho de construção de um referencial teórico de investigação dos caminhos pelos quais a sexualidade humana se desenvolve. Em 1915, acrescenta uma nota de rodapé em seu texto dos “Três Ensaio sobre a sexualidade” e indica:

Na concepção da psicanálise, portanto, também o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é um problema que requer explicação,

não é algo evidente em si, baseado numa atração fundamentalmente química (Freud, 1905, p. 35).

Esta nota marca um posicionamento importante que Freud sustenta. Em vez de supor um rumo dentro do “esperado” do desenvolvimento sexual que levaria um homem a interessar-se por uma mulher, ele acrescenta que este desfecho também requer explicações e esclarecimentos. Ou seja, indica que neste terreno da sexualidade não há caminho traçado previamente.

Merece destaque localizar o momento do surgimento da psicanálise ao final do século XIX. Neste sentido, houve um pioneirismo de Freud que se colocou a escutar as mulheres, sobretudo em seu trabalho com a histeria, que desafiavam os saberes médicos. Foi a partir do estudo desta singular manifestação do feminino da época, a histeria, que denunciava a castração do mestre ao encarnar a impropriedade do corpo do saber médico (Fuentes, 2009) em que se inaugurou uma via ao inconsciente. Diante da sintomatologia que as histéricas manifestavam com seus corpos, a medicina não era capaz de determinar uma causa orgânica, Freud se propôs a escutá-las e dar voz ao enigma que enunciavam (Fuentes, 2009). Cabe lembrar que ele era um neurologista e se aproximou inicialmente destes casos com Josef Breuer a partir do método da hipnose, quando verificou que este método não lhe garantia efeitos duradouros em suas pacientes.

O discurso histórico colocava em xeque o aparato científico da medicina ao revelar um corpo erógeno investido libidinalmente que não correspondia às regras do corpo da biologia. A partir da escuta clínica, recolheu como as palavras afetavam os corpos de modo a um órgão deixar de obedecer à sua função biológica para se transformar em um órgão sexualizado (Fuentes, 2009), como acontecia nos casos da cegueira histérica ou de um braço paralisado.

Os prazeres advindos do corpo eram alvo de restrições na Era Vitoriana, sendo este um tempo de recalçamento dos desejos (Machado, 2014). Assim, a sexualidade, tão presente quanto reprimida, do final do século XIX é o contexto do surgimento da psicanálise que se propôs a escutar os meandros da fantasia (Poli, 2007). A psicanálise surge nesse contexto repressivo e Freud recebe duras críticas pela importância que atribui à sexualidade de modo geral e, especialmente, à sexualidade infantil (Machado, 2014). Será a partir do século XX, que o corpo será

tomado pela via do saber e passa a ser estudado por diversos campos do conhecimento, do biológico ao social, da pedagogia à política. Apesar da escuta das mulheres ter sido um marco em sua prática clínica, Freud, ao longo de seus textos, não deixa de registrar seus impasses frente às elaborações sobre o desenvolvimento da sexualidade feminina.

A tese freudiana de que haveria um desenvolvimento psicosssexual em curso nos meninos e meninas desde o início da vida se choca aos costumes da época. Em sua obra “Os três ensaios sobre a sexualidade”, de 1905, descreve o percurso do desenvolvimento sexual infantil e nomeia o que ele acredita ter sido um descaso com o infantil que faz carecer de pesquisas que se proponham a explorar este tema em específico. Estabeleceu o desenvolvimento da sexualidade humana a partir de uma disposição perversa polimorfa infantil (Freud, 1905/1996), tese que sustentou ao longo de sua obra, que remete a variabilidade dos objetos da pulsão sexual, que não se submete a um fim único e específico, ainda que sempre vise se satisfazer.

Abordaremos alguns pontos que consideramos importantes ao recorte de nosso tema. O primeiro deles é o conceito de pulsão. Um conceito central em sua obra. A partir da formulação deste conceito irá delinear a distinção entre o que seria determinado pelo instinto, ligado à biologia e à natureza, e a pulsão que foge a qualquer programação prévia. Freud, em sua escrita, escolhe um termo específico, *Trieb*, para se referir à pulsão, em diferenciação ao termo mais usual *instinkt*, que se liga ao que é da ordem do instinto. Alguns psicanalistas sugerem que uma tradução possível mais próxima da língua portuguesa para o *Trieb* seria “impulso”. Nas traduções das obras de Freud há alguns momentos em que é utilizado o termo instinto quando está se referindo à pulsão. Já que o termo instinto pressupõe comportamentos padronizados ou hereditários que não condiz com o conceito de pulsão.

Assim, a pulsão é entendida como uma energia constante que gera uma excitação de modo contínuo no aparelho psíquico sendo essa energia pulsional uma força que, ao contrário do instinto, não possui um objeto específico previamente determinado (Freud, 1915). Este conceito freudiano subverte o entendimento, mais difundido, de que haveria um caminho definido a ser percorrido para o investimento libidinal do próprio corpo e, posteriormente, aos objetos presentes no mundo. Será

a partir da relação com o outro e do modo como este corpo infantil será manipulado e investido que irão se constituir os trilhamentos da pulsão. Recolhemos a seguinte definição de pulsão em seu texto “A pulsão e seus destinos”:

conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo (Freud, 1915/1996, p. 127).

Esta breve descrição sobre a pulsão encontra seu desdobramento em “Três Ensaaios sobre a Teoria da Sexualidade” (Freud, 1905). É nesse artigo que a pulsão é elevada à categoria de conceito central para a compreensão da sexualidade humana. Freud coloca ênfase na plasticidade de satisfação da pulsão que possui objetos dos mais variáveis. Os caminhos da pulsão em conexão com a sexualidade humana instauram a ausência de objetos que estariam colocados previamente. A abordagem da sexualidade a partir deste novo olhar colabora para afastar a sexualidade do entendimento de que haveria uma ordem natural a seguir, dada pela natureza. Os caminhos da pulsão variam conforme a montagem do circuito libidinal singular de cada sujeito.

O que coloca em cena que os circuitos pulsionais que irão constituir e marcar o corpo de cada um são contingentes. Se nos animais o instinto é a garantia de um saber biológico que responde pela atividade sexual voltada à reprodução da espécie, no ser humano, entretanto, é a pulsão que surge evidenciando que a busca por satisfação está na base da atividade sexual humana (Souza, 2020). Entre a pulsão sexual e objeto sexual haveria apenas uma “solda” (Freud, 1905, p. 104).

Neste momento, Freud inaugura a investigação de uma sexualidade que não é dada, se configurando como um longo percurso, sobretudo para a menina, a percorrer desde a constatação da diferença sexual até as consequências de sua dedução sobre a castração materna (Duba, 2012). E, com isso, restava como questão de que modo ocorre este desenvolvimento? Haveriam diferenças em relação aos meninos e meninas?

Freud apresenta suas elaborações sobre o Complexo de Édipo para ilustrar o processo em que se funda o par sexual, através do jogo de proibições e dos ideais do masculino e feminino (Soler, 2005). Diante de um limite, recorre ao mito grego.

O uso que Freud faz do mito de Édipo ganha seu recurso enquanto modelo para representar as contingências deste encontro diante da impossibilidade de uma identidade prévia no real (Bassols, 2022). A partir desta referência ao Édipo buscará delimitar o drama vivido pelo sujeito para a constituição e construção de sua identificação sexual (Bonfim, 2021).

Ao formular o complexo de Édipo, indica que as posições masculina e feminina portam a marca de uma diferença fundamental. Para a criança no momento em que estão em curso as elaborações sobre as teorias sexuais infantis, a diferença anatômica dos órgãos genitais seria lida em termos de ausência e presença. A mulher ficará como aquela que não tem. Ou seja, do ponto de vista perceptivo há um órgão que se dá a ver, e outro que não se dá a ver, este último seria o genital feminino. Neste momento da obra freudiana, há o uso do termo “pênis” para designar a marca desta diferença, que marca as meninas como aquelas que “não o tem”, culminando em sua elaboração sobre a “inveja do pênis”, que foi responsável por uma série de críticas e mal-entendidos posteriores.

Inicialmente, Freud chegou a considerar que o Complexo de Édipo da menina era vivenciado da mesma forma que a do menino, só que de modo inverso. Ao abordar a Organização genital infantil (1923) indica que para ambos os sexos apenas um genital é considerado, o masculino. E que o menino supõe inicialmente que todos tenham um órgão semelhante ao seu. Neste artigo, sinaliza que ainda faltavam conhecimentos dos processos correspondentes na menina. Cabe ressaltar que essa postura diante de seus achados clínicos deixa transparecer obstáculos que enfrentava em sua teorização.

Na fase fálica, o menino ao entrar no complexo de Édipo e iniciar a manipulação e estímulo de seu genital participariam fantasias incestuosas em relação à mãe. Ao manipulá-lo conseqüentemente é repreendido pela mãe, ou outro cuidador, que costuma remeter a autoridade do pai ou de um médico, em que ele já aponta para um terceiro que reiteraria esta proibição. Além disso, a ameaça de castração somada à visualização da ausência de pênis nas mulheres adquire uma significação que leva ao temor da perda de seu órgão (Freud, 1924).

É fundamental esclarecer que, na fase fálica, a sexualidade da criança não se restringe aos genitais, mas também envolve a sua relação com os pais. A ameaça de castração exerce seu efeito e coloca fim à possibilidade de satisfação do complexo de Édipo no menino, já que ambas as soluções estariam interditas: de se colocar no lugar do pai e relacionar-se com a mãe ou de substituir a mãe e se fazer amar pelo pai.

Assim, os investimentos objetais são abandonados e substituídos pela identificação. A autoridade do pai, introjetada no Eu, forma o núcleo do supereu que perpetua a proibição do incesto (Freud, 1924). Neste momento, as tendências libidinais próprias do complexo de Édipo são dessexualizadas e sublimadas em parte. Uma parte inibidas na meta e transformada em impulsos ternos. Inicia-se o período de latência, e para o menino o Complexo de Édipo sucumbe à ameaça de castração.

O que é decisivo para desfazer a incredulidade do menino diante da ameaça de castração é a visão do genital feminino. Os meninos ao constatarem a ausência de pênis na menina, de início, recusam a aceitá-la e supõem teorias que “o dela ainda é pequeno e irá crescer”. Até pouco a pouco chegarem à conclusão de que elas o perderam, que o possuíam e foi retirado. Supõem que esta ausência é resultado de uma castração, a qual foram submetidas. O que leva o menino a ter que lidar com a castração. A castração que está em jogo é a interpretação da criança sobre a castração da mãe.

Freud faz referência à Ferenczi ao relacionar a cabeça da Medusa, como um símbolo mitológico do horror relacionado a visão do “genital feminino sem pênis” (Freud, 1923 p. 154), escreverá um breve texto com este título “A cabeça da Medusa” (1922/1940), que teve uma publicação póstuma. O horror causado pela cabeça da Medusa é ligado ao horror à castração que remete ao menino, que não queria crer na ameaça de castração, e se depara com a visão do genital feminino. Em nota de rodapé no texto de 1923, sobre Organização Genital Infantil, acrescenta que “no mito se trata do genital da mãe. Atenas, que leva a cabeça da Medusa no escudo, torna-se por isso mesmo a mulher inabordável, cuja visão afasta qualquer pensamento de aproximação sexual” (Freud, 1923, p. 157). Freud indica que essa

visão da mulher como castrada pode estar ligada à depreciação da mulher pelo homem, que iremos abordar posteriormente nesta pesquisa.

A conclusão tirada pelas crianças neste momento do desenvolvimento geraria uma divisão entre aqueles que têm o genital masculino e aqueles que percebem que foram castrados, com isso, a distinção que se coloca está entre aqueles que “tem” e aqueles que “não tem”. Irá distinguir, assim, que neste estágio da organização genital infantil a oposição seria entre o genital masculino e o castrado.

A visão dos genitais realizada na infância era lida como ausência ou presença do pênis. Para os meninos, a instalação do complexo de castração é a marca desta percepção da diferença sexual, que desencadeia uma angústia pelo medo de perder seu órgão, diante do horror despertado pela castração feminina. Levando-o a renunciar libidinalmente à mãe e se identificar ao pai.

O complexo de Édipo e o complexo de castração são o terreno em que se estabelecem as identificações masculinas e femininas. Em seu artigo “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (Freud, 1925) aponta que havia um percurso diferente para ambos os sexos e seguirá defendendo este posicionamento. Se a menina entra no complexo de Édipo é na medida em que ela não tem (Lacan, 1956-57/1995). Para o menino, a saída do complexo de Édipo é devido ao medo da castração, já para a menina quando se depara com a diferença sexual é que se dá a sua entrada.

Entretanto, se o complexo de Édipo no menino seria dissolvido pelo complexo de castração, restava em aberto como a menina alcançaria esta dissolução.

1.2 Sobre a sexualidade feminina

“(…) como ela vai encontrar o caminho para o pai? Como, quando e por que se desliga da mãe?” (Freud, 1931, p. 285). Em “Sobre a sexualidade feminina” apresenta a problemática do complexo de Édipo nas meninas. Tanto para o menino quanto para a menina a mãe é o primeiro objeto de amor, entretanto, o menino a mantém, já a menina precisará trocar de objeto da mãe para o pai para atingir a

feminilidade (Freud, 1931). Em seu percurso, a menina também precisará fazer uma mudança de zona erógena. Assinalou a importância de ambas as mudanças para o desenvolvimento da mulher, embora ainda não soubesse dizer de que modo estariam relacionadas (Freud, 1931). Ao passo que no menino haveria a conservação de ambos, de zona erógena e de objeto, o processo do complexo de Édipo seria vivido pela menina de modo mais longo e complicado, já que estas mudanças não refletem um processo natural.

Duas mudanças seriam necessárias para o desenvolvimento da feminilidade. Ambas são assinaladas como importantes ao desenvolvimento na mulher, entretanto, Freud ainda estava buscando entender como a menina se separava da mãe e suas repercussões. Assinala que até aquele momento ainda não tinha atribuído tanta importância à relação da menina com a mãe (Freud, 1931). Somente neste escrito aponta que em alguns casos havia uma ligação intensa com o pai e que antes disso teria acontecido uma fase de ligação intensa com a mãe. Atribuindo assim uma grande importância a esta fase pré-edípica (Freud, 1931).

Na fase fálica da menina a obtenção de sensações prazerosas com seu próprio corpo ocorrem a partir da estimulação do clitóris, sendo esta a principal zona erógena neste período (Freud, 1933). Entretanto, não seguirá assim, segundo Freud, deve ceder à vagina sua sensibilidade e, com isso, sua importância. Já havia citado, em 1905, sobre essa mudança de “zona genital dominante” nas meninas (Freud, 1905), mas sem desenvolvê-la. O clitóris seria a zona erógena primária da menina durante os primeiros estágios do desenvolvimento, sendo comparado a um “pequeno pênis” em sua função, até que, com a puberdade, a excitação sexual deveria ser transferida para a vagina, considerada a zona erógena adequada.

Além da mudança de zona erógena, no percurso da menina no Complexo de Édipo espera-se que ela se vincule ao pai, afastando-se da mãe, que foi seu primeiro objeto de amor. Seria preciso fazer essa troca do objeto amoroso da mãe para dirigir-se ao pai de modo a garantir sua posição feminina. O que produzia esta mudança, ou seja, o que levava ao afastamento da mãe ficava ainda incompreendido. E constata: “Tudo no campo dessa primeira ligação com a mãe, pareceu-me tão difícil de entender analiticamente tão esmaecido pelo tempo, tão obscuro e quase impossível de ser verificado [...]” (Freud, 1931, p. 287).

Para compreender as saídas da menina diante da castração indica três direções: a inibição sexual ou à neurose; a mudança de caráter no sentido da masculinidade; e uma terceira que seria a feminilidade normal.

Em sua inibição sexual, a menina que até então obtinha prazer pelo seu clitóris, diante da inveja do pênis renuncia à satisfação, rejeita o amor à mãe ao percebê-la castrada e reprime seus impulsos sexuais. O seu amor dizia respeito à mãe fálica. Momento em que se direcionaria ao pai para buscá-lo. Freud indicava que a situação feminina se estabeleceria quando o desejo por um bebê, em uma equivalência simbólica, substitui o desejo pelo pênis (Freud, 1933).

Em relação a saída pelo desenvolvimento de um complexo de masculinidade, a menina se recusaria a reconhecer a ausência do pênis e continua a se ocupar do clitóris, e se refugiando na identificação com a mãe fálica, ou com seu pai na esperança de um dia vir a obter o pênis.

Na saída pela feminilidade normal o que a levaria a distanciar-se da mãe decorreria de um sentimento de hostilidade em relação à mãe, que se torna alvo de sua reivindicação por sua “falta de pênis e não lhe perdoa esta desvantagem” (Freud, 1933, p. 279). Substitui o desejo de ter um pênis pelo desejo de ter um filho do pai. Para a menina, a percepção da diferença sexual é subjetivada como uma posição inferior. Assim, à menina restaria uma posição que portava uma negatividade e que gerava uma hostilidade correspondente dirigida à mãe.

As saídas elencadas por Freud ao complexo de castração na menina estão subordinadas à lógica fálica. Neste referencial, para a mulher restaria apenas esta identificação pelo negativo, enquanto a que não tem. E sua saída para substituir seu desejo por um pênis estaria ligado ao tornar-se mãe. A repercussão de seus escritos sobre o feminino para as mulheres analistas e para as feministas da época foi expressiva, abordaremos a seguir.

1.3 Repercussões sobre o lugar destinado às mulheres na teoria freudiana

Freud estava às voltas com alguns obstáculos em relação ao seu entendimento do desenvolvimento sexual das meninas, e o contexto de sua época era de grande repressão às mulheres. É possível localizar que o feminismo, enquanto um movimento, e a prática da psicanálise podem ser percebidos como

uma resposta a um período em que se iniciava o declínio dos semblantes da autoridade do pai e da família patriarcal (Fuentes, 2009). Assim, pode-se dizer que já havia um processo em curso de transformação da organização da família e da sexualidade. Importante esclarecer que quando falamos sobre “feminismo” estamos falando sobre um movimento heterogêneo e que permite que falemos em “feminismos”, no plural, já que dentro deste conceito guarda-chuva há diferentes posicionamentos políticos e pautas. Além disso, o movimento feminista foi se modificando ao longo do tempo para incluir e acompanhar as reivindicações sociais das mulheres.

Um ponto relevante passou a ser questionado por Simone de Beauvoir (2009) levando ao centro de sua discussão a definição de mulher enquanto “outro” do homem. Neste sentido, a autora aponta que a mulher era apenas definida em relação ao homem não sendo uma simples diferença, e sim uma diferença hierárquica e desigual, onde a mulher ocupava a posição de inferioridade. O homem é considerado o ser humano “normal”, o sujeito, enquanto a mulher é o “outro”, definida em função da ausência de qualidades atribuídas ao homem.

Fuentes (2009) recolhe os diversos nomes que designavam a mulher ao longo da história. Em seu percurso de pesquisa, indica que as representações da mulher na civilização ocidental revelam não somente os fatos históricos e as consequentes relações sociais e de poder de uma dada cultura, como também algo que há de estrutural na abordagem do feminino. Como localizado pela crítica feminista, a “maldição do sexo” que recaiu sobre as mulheres na história da civilização resulta de um processo de dominação, controle e exploração. A partir da orientação lacaniana, Fuentes (2009) visa recuperar, ao lado dos acontecimentos históricos, o que poderia provocar este tipo de resposta diante do feminino.

A mulher, regida por Outra coisa que escapa à lógica masculina e que pode levá-los a atos desmedidos, era considerada a causa da desgraça humana, notadamente no mito de Pandora, a quem é imputada pela maldição da vida terrestre (p.39).

Uma forma sistemática de designação da mulher foi difamando-a como um objeto desvalorizado, a partir de um discurso que a toma em comparação ao homem só que um homem incompleto: inacabada, defeituosa, inumana (Fuentes, 2009). A autora salienta que boa parte dos filósofos da época buscavam demonstrar a

inferioridade da mulher em relação ao homem, tratando tal diferença como natural, universal e invariável.

Os avanços a partir do movimento organizado do feminismo modificaram a inserção das mulheres na cultura ocidental, permitindo uma emancipação jurídica e política inédita até então. Fuentes (2009) aponta que

O *penisneid* foi o nome de um impasse que Freud encontrou na clínica com mulheres e de uma querela que se teceu no embate com o feminismo, aportado ao interior do campo psicanalítico por algumas analistas mulheres que no espírito do movimento feminista, buscavam as bases epistêmicas para retirar a mulher da condição de submissão ao sexo masculino (p. 17).

Simone de Beauvoir (2009) em sua obra “O segundo sexo” inicia uma argumentação que se propõe a questionar o que se tentava propor como uma essencialidade sobre o ser feminino. A autora rejeita a função da fêmea para definir a mulher e em sua obra lança a pergunta: o que é uma mulher? Beauvoir aponta uma diferença fundamental ao sinalizar que “um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo” (Beauvoir, p. 15) ao passo que afirma “se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar sou uma mulher” (Beauvoir, p. 15). Ao mesmo tempo que sinalizava essa necessidade de declarar-se, aborda o quanto que a mulher não possuía uma definição em si, mas apenas em referência ao homem, de modo que este seria o sujeito, e ela o outro.

Assim, Beauvoir reflete sobre a posição submissa e inferior ao homem que se encontrava, ao argumentar de modo contundente que esta situação precisava de mudanças. Dentre os argumentos utilizados para a manutenção da mulher submissa estava a velha moral, que via na solidez da família a garantia da propriedade privada, exigindo a presença da mulher no lar de forma vigorosa ao considerar sua emancipação uma ameaça.

Neste ponto em específico, havia uma discordância em relação ao determinismo biológico para a construção da sexualidade humana e, neste sentido, podemos observar certa ressonância com o discurso freudiano. Entretanto, outras formulações encontradas em Freud receberam, e seguem recebendo críticas e suscitando polêmicas. Muito desse descontentamento e resistência em relação à teoria psicanalítica até os dias de hoje se relaciona à leitura freudiana da sexualidade

humana que é lida como orientada a partir da centralidade do falo e da hipótese da “inveja do pênis” desenvolvida por Freud (Souza, 2020).

Como um contraponto, Beauvoir atesta que “a inveja da menina resulta de uma valorização prévia da virilidade. Freud a encara como existente quando seria preciso explicá-la” (Beauvoir, 2009, p. 75)

a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos; o lugar que o pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo confirma a ideia de superioridade masculina (Beauvoir, 2009, p. 76).

Os movimentos feministas questionavam o que se encontrava estabilizado sobre os papéis sociais destinados aos homens e às mulheres. Ainda que se esperasse que as mulheres se mantivessem submissas, erguiam-se vozes que buscavam colocar em xeque a suposta naturalidade biológica que conferia maior *status* social e direitos ao homem.

Após a segunda guerra mundial e o voto das mulheres, adquirido em numerosos países ocidentais, o feminismo, sem cessar de ser um movimento de reivindicações sociais e políticas, se desenvolveu em outros campos: do corpo, da escritura, dos saberes. As reivindicações no domínio da família e da sexualidade desembocaram nas lutas pelo planejamento familiar, pela contracepção, pelo aborto, por uma redefinição dos direitos do casamento, pela transmissão do nome etc. O feminismo contribuiu para politizar o corpo (Brousse, 2007, p. 143).

Nesta época, o movimento feminista apontava que o corpo da mulher não pertencia à mulher, era um corpo falado, usado e controlado pelo poder masculino. Sob o ponto de vista dos psicanalistas também observamos reflexos deste olhar para o corpo feminino. A este respeito Ondina Machado questiona: “O que eram as conversões históricas, senão a expressão dessa denúncia? O que eram as conversões, senão a manifestação de um poder sobre seu próprio corpo que denunciava um ponto de impotência no discurso masculino?” (Machado, 2012, p. 122).

A discussão sobre o aborto é uma demonstração marcante de que o corpo da mulher não pertence a ela mesma, já que lhe é retirado o direito de decidir e que caso opte por concretizar um aborto será responsabilizada penalmente. Machado (2018) em seu artigo “O corpo e violência na psicanálise”, sinaliza que é inegável

o estatuto social do corpo feminino como um “corpo público”, no sentido de que desde a propriedade da gestação, até as maneiras de se vestir, tudo se torna alvo da consideração pública. E cita ainda que a discussão sobre o aborto demonstra o quanto esse corpo entra no discurso político. À época que a autora escreveu este artigo fazia menção à discussão sobre a PEC⁵ 181/2015 que visava a ampliação da criminalização do aborto no Brasil, considerado um retrocesso ao inserir como crime até mesmo os casos em que já há autorização, como quando há risco de vida para gestante, gravidezes decorrentes de estupros e em caso de feto anencéfalo.

No momento de escrita desta pesquisa estamos mais uma vez diante de uma tentativa semelhante, com a retomada da PEC 164/2012, que prevê a alteração do texto da constituição visando a criminalização do aborto em todas as modalidades, incluindo casos de violência sexual, anencefalia fetal e de risco à saúde da gestante, já previstos desde 1940. Não nos deteremos neste debate, entretanto, é sabido que mesmo nos casos em que há previsão legal o acesso e a garantia deste direito não se dá sem entraves⁶. Frente a isso, podemos constatar como insiste a tentativa de disputa pelo controle dos corpos femininos que se disfarça de uma pretensa “defesa da vida”.

Assim, a primeira onda do feminismo ficou conhecida pela reivindicação da igualdade de direitos, ao acesso à educação, do direito à propriedade privada, ao divórcio e à luta das sufragistas pelo direito ao voto na Inglaterra (Souza, 2020). No movimento da época, o entendimento que se tinha era de que a psicanálise freudiana trabalhava para manter uma lógica binária da sexualidade e o prolongamento do patriarcado.

Inaugurou-se uma resistência diante dos escritos de Freud em torno do feminino, sob acusações de que a psicanálise se ocuparia em “readaptar as mulheres insatisfeitas à norma social vigente” (Souza, 2020, p. 62). E no momento histórico em que Freud inaugurava o método psicanalítico houve uma grande quantidade de práticas dentro da abordagem da medicina que, de fato, pretendiam esta readaptação. Souza (2020) ressalta que as mulheres foram alvos da popularidade de

⁵ Proposta de Emenda Constitucional

⁶ “Pesquisadores apontam dificuldade de acesso ao aborto legal no SUS”. Reportagem publicada em 03/07/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-07/pesquisadores-apontam-dificuldade-de-acesso-ao-aborto-legal-no-sus> Acesso em janeiro/2025.

tratamentos psiquiátricos como: lobotomia, eletrochoques e de drogas psicotrópicas em que a finalidade era adaptá-las a uma determinada ordem conservadora, em que deviam se restringir ao seu papel na família como esposa e mãe.

Gilka Machado em 1915 publica no livro *Cristais Partidos* seu poema “Ser Mulher”:

Ser mulher, vir à luz trazendo a alma talhada
para os gozos da vida; a liberdade e o amor;
tentar da glória a etérea e altívola escalada,
na eterna aspiração de um sonho superior...

Ser mulher, desejar outra alma pura e alada
para poder, com ela, o infinito transpor;
sentir a vida triste, insípida, isolada,
buscar um companheiro e encontrar um senhor...

Ser mulher, calcular todo o infinito curto
para a larga expansão do desejado surto,
no ascenso espiritual aos perfeitos ideais...

Ser mulher, e, oh! atroz, tantálica tristeza!
ficar na vida qual uma águia inerte, presa
nos pesados grilhões dos preceitos sociais! (Machado, 1915)

Longe de visar garantir uma essencialidade ao que poderia, então, “definir a mulher” Gilka Machado traz um testemunho da opressão masculina que aprisionava as mulheres deixando-as longe de sua liberdade. Faz menção à figura da águia, um símbolo de força, mas que estaria presa aos grilhões dos preceitos sociais e, portanto, inerte. Com tanta repressão direcionada às mulheres, sobrava uma “vida triste, insípida e isolada”. Na busca por um parceiro amoroso, um companheiro, e apenas encontrar “um senhor”, o que nos remete ao modelo patriarcal em que o pai ou o marido que detinham o poder sobre a família, e sobretudo, acerca das mulheres.

Encontramos uma passagem em “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, de 1925, em que Freud aborda diretamente que não se deixará influenciar pelos “partidários do feminismo” em relação à equivalência e equiparação dos sexos. Ao mesmo tempo em que mantém em aberto as definições sobre masculinidade e feminilidade, ressaltando estas definições como possuidoras de “conteúdo incerto”:

Em tais juízos não nos deixaremos influenciar pela contestação dos partidários do feminismo, que desejam nos impor uma total equiparação e equivalência dos sexos, mas admitiremos de bom grado que também a maioria dos homens fica muito atrás do ideal masculino e que todos os indivíduos, graças à disposição bissexual e à herança genética cruzada, reúnem em si caracteres masculinos e femininos, de modo que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto. (Freud, 1925, p. 268)

Curioso observar que neste momento temos a indicação de Freud de um apontamento crítico em relação à primeira onda⁷ do feminismo, que buscava a equiparação dos direitos concedidos aos homens e às mulheres. Cabe discorrer aqui sobre o contexto do movimento feminista nesta época que buscava reivindicar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, denunciando a opressão masculina sobre as mulheres que até então era lida como natural. Esta opressão utilizava-se como justificativa uma suposta superioridade natural dos homens em relação às mulheres, que estavam sempre sob tutela de um homem, seja ele seu genitor ou seu marido. As mulheres ficavam impedidas de exercer seu papel de cidadãs, como direito ao voto, e de exercer diversos cargos intelectuais e de prestígio, estando restritas aos afazeres domésticos e cuidados com a família.

Neste aspecto não podemos deixar de recolher que durante a escrita de sua teoria já estavam em curso movimentos feministas e Freud optou por não os incluir em seu debate. A partir do trecho citado anteriormente, vemos que sua preocupação era de demarcar a diferença que constatou no desenvolvimento e na resolução do complexo de Édipo que não ocorriam da mesma forma, nos meninos e meninas. Sobre este aspecto cabe marcar que Freud se opõe à “equivalência dos sexos” ao mesmo tempo em que acena para uma falta de precisão sobre o que caracterizaria o masculino e o feminino. Acreditamos se tratar de assuntos diferentes quando abordamos as reivindicações dos movimentos feministas que buscavam a emancipação e a conquista de direitos civis e políticos igualitários. Já Freud estava descrevendo sobre o desenvolvimento da sexualidade que sustentou ocorrer de

⁷ A nomeação de “primeira onda” é um dos modelos mais usados para se referir à história do movimento feminista de modo a caracterizar os diferentes tempos em que este movimento se organizou de acordo com o contexto histórico que carregou pautas e reivindicações que foram se modificando ao longo do tempo. A primeira onda - iniciada na Inglaterra - buscava equiparação dos direitos políticos, direito ao voto e igualdade de direitos entre homens e mulheres.

modo diferente para meninos e meninas, e neste sentido não havia neste campo a possibilidade de igualdade.

O movimento feminista buscava a defesa dos direitos das mulheres enquanto cidadãs, de participar da vida política e social reivindicando o acesso ao ensino, aos diversos tipos de empregos e profissões de prestígio que estavam disponíveis somente para homens. Entendemos aqui que a discordância ao citar “equivaler os sexos” foi colocada por Freud para demarcar uma diferença que não podia ser eliminada. A diferença que colocava para ele um ponto de partida que se relacionava com um índice anatômico. A reivindicação de direitos sociais e políticos igualitários não se referem a mesma coisa. Freud estava interessado em compreender como acontecia o processo de desenvolvimento sexual que culminava em diferentes escolhas objetais e sobretudo, buscava entender o processo de mudança de objeto primordial da mãe para os demais a serem escolhidos ao longo da vida. Como salienta Mitchell (1974):

A psicanálise não descreve o que uma mulher é — muito menos o que ela deveria ser; ela só pode tentar compreender como a feminilidade psicológica se produz. (...) Ao tentar entender a psicologia das mulheres, Freud levou em conta as demandas culturais específicas que foram feitas sobre elas. Não era sua preocupação se isso estava certo ou errado, pois, a esse respeito, ele não era nem político nem moralista. Poderíamos ter preferido que ele fosse, mas nem em sua teoria nem em sua prática podemos encontrar uma desculpa para essa suposição (Mitchell, 1974, p. 338-9 citado por Scaramussa, 2022).

Assim, em nossa leitura não nos parecem posicionamentos necessariamente discordantes, apenas estão abordando aspectos diferentes que perpassam a diferença sexual, mas que não são excludentes entre si.

Contudo, não é difícil encontrar discordâncias à Freud por muitas vezes ser lido como um autor que endossava uma posição lida como machista em relação às mulheres. Como bem localizam Lima e Vorcaro (2020), nos debates contemporâneos da psicologia relativos às questões de gênero e sexualidade não é raro vermos que a teoria psicanalítica acaba sendo descartada de modo apressado. Isto porque acaba sendo tomada como historicamente datada, e que estaria a favor da reprodução de arranjos normativos de gênero e de orientação sexual (Lima & Vorcaro, 2020).

Porchat (2014) indica que o encontro da psicanálise e o feminismo é uma história de confronto, tendo no centro do debate a sexualidade feminina, a explicação da aquisição do gênero e o papel da psicanálise na reprodução da hierarquia entre os gêneros, que resultaria na desvalorização do gênero feminino. O desprezo pelo orgasmo clitoridiano em detrimento do orgasmo vaginal foi interpretado como um modo da psicanálise se colocar a serviço da repressão da sexualidade feminina (Porchat, 2014). Freud indicou uma dupla castração destinada à mulher de se abrir mão da masturbação clitoridiana para a vagina. Nessa concepção, o clitóris era considerado uma espécie de zona sexual transitória, ainda marcada por traços masculinos, que deveria ser substituída pela vagina como expressão da feminilidade madura. Este aspecto repercutiu mal para as mulheres que estavam em busca de liberdade sexual e emancipação.

Por outro lado, Gayle Rubin é abordada por Porchat (2014) como autora que criticava as feministas que justamente recusavam a psicanálise. A autora considera que a psicanálise freudiana fornece um conjunto de elementos que permitem justamente compreender a aquisição do gênero, ainda que entendamos que esta nomenclatura “gênero” não é a mais adequada em psicanálise. Rubin (apud Porchat, 2014) considerava que a psicanálise identificava aspectos das estruturas profundas da opressão sexual ao descrever certa “domesticação das mulheres operada pela cultura fálica” (p. 60).

Cabe ressaltar que o momento do surgimento da psicanálise foi um período marcado por muitas interdições e repressão da sexualidade. Neste aspecto, Iannini (2024) destaca que Freud sublinhou o caráter adoecedor das proibições e restrições impostas pelas normas do casamento heterossexual e monogâmico, ainda que desconfiasse da possibilidade de harmonia neste campo. O posicionamento de Freud ao destacar que não existia um vínculo natural entre pulsão e objeto abriu para o questionamento de uma suposta ordem natural da sexualidade (Iannini, 2024). Concordamos com o autor ao indicar que “Freud percebeu que não há como fazer clínica sem fazer, no mesmo gesto, crítica social: a clínica é política, porque o inconsciente é político” (Iannini, 2024, p. 123).

Neste sentido, cabe demarcar nosso posicionamento de nos afastar de uma prática da psicanálise que seria adaptativa ao funcionamento social e cultural. Trata-

se de reconhecer que “o eu é uma montagem constituída pela alienação aos outros que normatizam sua imagem, a exemplo das próprias normas sociais (...) as quais impõem modos ideais de funcionamento que desprezam o desencaixe singular que atravessa cada sujeito à sua maneira” (Iannini, 2024, p. 123). Soler (2005) localiza no contexto da época da escrita de Freud um aspecto que não pode passar despercebido:

A definição histórica dos mais-de-gozar acessíveis às mulheres, ou, mais precisamente, a reduzida série dos objetos compatíveis com os semblantes da mulher, devia ter algo a ver com o bloqueio libidinal percebido por Freud. Ele apresenta não apenas uma mulher totalmente inserida na problemática fálica, mas, além disso, prisioneira de uma situação da sociedade em que não havia salvação fora do casamento, e que a condenava, portanto, salvo algumas exceções, a só realizar seu falicismo como mãe. Assim, não se trata tanto de questionar os fenômenos percebidos por Freud, mas de perceber o que eles devem, a despeito da universalidade da castração, às ofertas do discurso de sua época (Soler, 2005, p.183).

Diante disso, recolhemos que os fenômenos clínicos descritos por Freud refletem menos uma tentativa de verdade universal sobre a mulher e mais sobre os efeitos de um contexto histórico e discursivo que confinava seu desejo. Como abordado por Poli (2007), o valor da maternidade atribuído em sua obra como uma boa solução para a angústia, foi uma constatação recolhida a partir do que suas pacientes lhes traziam em sua clínica.

Importante frisar que Freud traz, como abordado anteriormente, o que chamou de três saídas típicas para a feminilidade, entretanto, isto não quer dizer que sua prática clínica se guiava pela condução à algum tipo de “normalidade”. Já que precisamos frisar que não foi sem razão que assinalou no início de sua obra sobre os “Três ensaios sobre a sexualidade” (Freud, 1905/1996) a disposição perversa polimorfa infantil que frisa que não há um caminho normal a ser percorrido pela pulsão. Assim, os posicionamentos críticos à Freud acabam por deixar passar este ponto central em sua obra, e apenas se fixam em críticas dirigidas à suposição de uma postura normativa que não é observada na clínica exercida por Freud e nem mesmo em seus escritos.

Como marca do início dos textos freudianos, seu alvo de grande dedicação foi o percurso da formação da sexualidade humana. Porchat (2014), ao refletir sobre

o conceito de gênero, aponta que foi Freud que se ocupou desta investigação antes de haver a proposição da separação de sexo e gênero realizada posteriormente por Robert Stoller. As elaborações de Freud já indicavam que, ao contrário do que se poderia supor, não estavam claras as coordenadas para o desenvolvimento da sexualidade. Portanto, isso contraria à ideia de que haveria um caminho natural, ou biológico, que pudesse determinar a subjetividade da mulher, ou do homem, ou até mesmo a escolha heterossexual, comumente recolhida do social da época enquanto uma orientação “normal”. Assim, cabe distanciar o posicionamento de Freud deste tipo de entendimento, já que sua leitura considerava que nenhum destes destinos poderiam ser lidos como pré-estabelecidos.

1.4 *Dark continent*: impasses do feminino

Em 1926, em “A questão da análise leiga” Freud indica “sabemos menos sobre a vida sexual da menininha do que sobre a do menininho. Não precisamos ter vergonha dessa diferença, uma vez que também a vida sexual da mulher adulta é um *dark continent*” (Freud, 1926/2020, p. 240). A referência como “continente negro” evidencia o impasse de Freud sobre o que ainda restava obscuro acerca do feminino.

Na Conferência sobre a Feminilidade assinala “sobre o enigma da feminilidade ruminaram os seres humanos de todos os tempos” (Freud, 1933/2010, p. 314). Ao final de seu escrito indica que nele consta tudo que ele tinha a dizer, atestando que certamente seria incompleto e fragmentário. Esclarece que a mulher estava sendo retratada ali por sua função sexual e frisa que “uma mulher há também de ser um indivíduo humano em outros aspectos” (Freud, 1933/2010, p. 293). Neste momento, está reconhecendo um limite do quanto foi possível a ele avançar neste ponto e assinala:

Se quiserem saber mais sobre a feminilidade, interroguem suas próprias vivências, ou dirijam-se aos escritores, ou esperem até que a ciência possa lhes dar informação mais profunda e coerente (Freud, 1933/2010, p. 293)

Para Freud, a função fálica seria organizadora da sexualidade feminina na medida em que é pelo desejo de ter o falo que se desenvolve o acesso à feminilidade (Bonfim & Vidal, 2009). A menina ao perceber-se privada do falo, passa a desejá-lo e visa obtê-lo, o que daria início à “inveja do pênis” e sua consequente

reivindicação à mãe, quem acredita que a privou. Tal hostilidade em relação à mãe encontra sua resolução ao se voltar para o pai, em busca de obter o falo por meio dele. Uma saída considerada normal para a mulher estaria ligada ao tornar-se mãe. Uma realização simbólica do desejo inicial de ter o falo seria substituída pela realização de ter um bebê/falo.

Contudo, adverte que não possui a resposta sobre a feminilidade ao assegurar que

Corresponde à singularidade da psicanálise não querer descrever o que a mulher é - isso seria uma tarefa quase impossível de resolver - mas, sim, pesquisar como ela se torna mulher, como se desenvolve a partir da criança dotada de disposição bissexual (Freud, 1933/2010, p. 269).

Assim, por mais que tenha se dedicado longamente a compreendê-la, a resolução do complexo de Édipo na menina restou enigmática. Diferentemente do Édipo masculino, cujo desfecho é mais delimitado, não soube precisar o momento em que o complexo de Édipo na menina se encerra, indicando que a menina segue ligada ao pai, e possivelmente à mãe, por mais tempo. Ao contrário do Édipo masculino, em que a renúncia se faz sob a perspectiva de um adiamento, a renúncia feminina seria dupla com a constatação de não possuir o falo, e marcada pelo ressentimento em relação à mãe, fonte de sua insatisfação, muitas vezes devastadora (Duba, 2012).

Em sua abordagem do feminino, Freud dá ciência ao leitor de seus impasses. Neste percurso que recolhemos suas formulações sobre a sexualidade feminina seguiram baseadas na constituição da mulher a partir de uma falta e uma frustração hostil correspondente:

Freud, de fato, orientou-se pelo falo como símbolo da castração para pensar a feminilidade. No inconsciente, o ser feminino estaria irremediavelmente marcado pela falta, afetado pelo sinal menos. Esse é um ponto de vista enraizado na potência da impressão (lembrança infantil) da comparação imaginária dos corpos macho e fêmea, que faz acreditar em uma ausência do lado mulher e na castração da mãe. Desse ter, cavilhado no corpo, resultaria o fato de o homem se pensar como completo, ao passo que o outro sexo seria marcado por uma irremediável incompletude, com sua parcela de decepção, reivindicação, avidez e rivalidade eterna entre homens e mulheres. (Alberti, 2021, p. 3)

Com Lacan o que se esclarece é que Freud, ao formular sua teoria sobre a feminilidade, permaneceu restrito a uma descrição orientada quase exclusivamente pela lógica fálica que, mais adiante, formalizará como gozo fálico. Lacan desloca essa compreensão ao evidenciar que o falo não se confunde com o pênis, e se constitui como significante que desempenha o papel de operador do desejo que remete à castração materna e ao índice da falta que constitui o sujeito. Com isso, apresenta uma leitura do texto freudiano avançando nessa teorização destacando o falo de sua vertente imaginária do pênis, localizando-o como significante ao qual ambos os sexos estão referidos (Machado, 2012) enquanto marca da falta, aspecto que nos dedicaremos no capítulo seguinte.

Capítulo 2 - A lógica fálica e a degradação do objeto

2.1 O falo como significante: entre ser e ter

A partir de seu retorno aos escritos freudianos, Lacan em sua leitura do Complexo de Édipo irá explorar seus três tempos, no Seminário 5, que lançará luz à estrutura que opera na constituição do sujeito desejante. Em a “Significação do falo” retoma essa discussão estabelecendo o falo como um significante (Lacan, 1958/1998). O falo será esclarecido por sua função, distanciando-o de ser uma fantasia ou um objeto, e “menos ainda o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza” (Lacan, 1958/1998, p. 696).

Com Freud, a leitura poderia ficar muito centrada na visão da mulher enquanto castrada e o homem não, repousando a ênfase de que ela seria obrigada a lidar desde sempre com a falta do pênis. Entretanto, Lacan aponta para uma inversão, e indica que seria o homem que viveria mais diretamente a falta a partir do suporte do falo, que ele acredita possuir. Poderíamos questionar a razão de Freud, então, ter atribuído ao imaginário do pênis este lugar de suporte privilegiado de poder. Lacan sugere que a escolha do pênis como suporte pode ser lida como uma ironia, pois se destaca precisamente porque costuma faltar. Ao se oferecer como suporte natural para essa ambiguidade por sua própria natureza de "tudo ou nada", ora representando um poder absoluto por alguns minutos, ora potência perdida e detumescente no restante do tempo (Vieira, 2008).

Esta é uma orientação que desloca o valor do falo, que em Freud era tido como como um binário dividido em uns têm e outros não, para uma inscrição de um símbolo da falta. Uma falta que está colocada para ambos os sexos. Em relação a este jogo, haveria uma mudança em que o referente passa a ser a falta e não a completude. Assim, o falo organiza a partilha e, ao sustentar as formas fixas da potência, seu imaginário ofusca seu avesso detumescente, fazendo com que aquele que dele se apropria esqueça o quanto de ilusionismo existe em seu poder, a ponto de o falo assumir a função do próprio objeto perdido.

No escrito sobre “A significação do falo” (Lacan, 1958/1998) ressalta que não se trata do pênis, o órgão, e coloca ênfase em sua função de significante como Rabinovich (2005) indica:

(...) quando dizemos "falo" remetemos a algo que tem a ver estritamente com a sexualidade, ainda que obviamente não se trate do órgão pênis; porque o falo é o significante privilegiado da marca pela qual se unem sexualidade e linguagem (p. 36).

Ao comentar este escrito de Lacan, Rabinovich (2005) aponta que o falo tem o privilégio de ser o significante que indica como a linguagem permite o nascimento do desejo. Lacan abordará uma diferenciação entre necessidade, demanda e desejo. Para aprendermos esta dimensão da linguagem permitir o nascimento do desejo, é preciso uma diferenciação do que chamamos demanda em relação à satisfação de uma necessidade. Na relação com o Outro primordial haveria um desvio das necessidades, já que estas estão sujeitas à demanda, que retorna do Outro alienada. O bebê é falado desde o início da vida e será a mãe que irá, por exemplo, a partir do choro do bebê nomear o que este está sentindo.

demanda em si refere-se a algo distinto das satisfações por que clama. Ela é demanda de uma presença ou de uma ausência, o que a relação primordial com a mãe manifesta, por ser prenhe desse Outro a ser situado *aquém* das necessidades que ele pode suprir (Lacan, 1958/1998, p. 697).

Ao estar *aquém* das necessidades, a demanda é duplamente insatisfeita, do lado biológico, ao não saciar a necessidade, e do lado do significante que deixa sempre um resto (Rabinovich, 2005). Será a partir da ausência de uma resposta total à demanda que o sujeito será levado ao campo do desejo (Bonfim, 2014). A divisão se instala entre o falo que queria ser e o que tem a oferecer.

Em seu Seminário livro 5 “As formações do inconsciente”, Lacan irá dedicar algumas seções para discorrer sobre os Três Tempos do Édipo. A relação primordial da criança com a mãe é apresentada como um ternário imaginário, em que o terceiro termo seria o falo, na medida em que a criança revela depender do desejo da mãe e nada mais. Uma subjetivação acontece quando se instaura que a mãe pode ou não estar presente. “O que deseja o sujeito?” (Lacan, 1957-58/1999, p. 188).

Neste momento, o desejo da criança é o desejo do desejo da mãe. Lacan assinala uma diferença entre desejar um objeto e desejar o desejo de alguém. Essa simbolização abre para a criança uma dimensão daquilo que a mãe pode desejar de diferente, no plano imaginário, é o que ele localiza como desejo de Outra coisa. “Há nela o desejo de Outra coisa que não o satisfazer meu próprio desejo, que começa a

palpitar para a vida” (Lacan, 1957-58/1999, p. 188). Há algo de enigmático neste vai e vem da mãe, insondável no desejo materno, que vai deslocando a criança da equivalência com o falo imaginário.

A castração materna é o momento de descoberta da mãe como desejante, é o momento em que o significante fálico pode, enquanto tal, chegar a ser a marca do desejo. [...] Na criança o ter aparece como aquilo com o que pensa responder ao desejo da mãe, só pode responder ao desejo materno através de um ter, ter sem dúvida sempre insuficiente (Rabinovich, 2005, p.55).

Estabelece como fundamental o triângulo filho-pai-mãe e indica a dimensão da metáfora paterna. Avançando na montagem freudiana que localizava a mãe e o pai, Lacan neste seminário os esclarece enquanto funções já que mesmo quando não é possível ter o par, pai e mãe presentes em “carne e osso” estas funções simbólicas podem ser desempenhadas. Assim, não se trata de um objeto real. Nesta leitura, o pai é o pai simbólico, indicando, então, o pai como uma metáfora. Sendo a metáfora sua indicação para um significante que surge no lugar de outro significante.

Assim, o pai é um significante que substitui outro significante, o Nome-do-pai entra no lugar do falo como objeto de desejo da mãe, como significante que veicula a lei. Lacan indicou que a criança bem gostaria de ser o único objeto de amor da mãe, mas “fica claro que não é só a mim que ela quer. Há outra coisa que mexe com ela - é o x, o significado. E o significado das idas e vindas da mãe é o falo” (Lacan, 1957-58/1999, p. 181). Há algo no desejo da mãe que resta enigmático.

Diante desses apontamentos, de modo sucinto, podemos dizer que no primeiro tempo, a criança busca poder satisfazer o desejo da mãe, de ser ou não ser seu objeto de desejo. Ao que Lacan indica que a criança está no lugar de assujeito neste momento, por estar assujeitada aos caprichos de sua mãe. A mãe que introduz a criança no mundo da linguagem, no simbólico. O pai ainda está velado, o que não impede que exista na realidade. No segundo tempo, o pai intervém como privador da mãe, com ênfase ao lugar dado à palavra do pai. Neste sentido, a privação enquanto marca de uma ligação da mãe com uma lei que não é a dela, e sim de um Outro. No terceiro tempo, a intervenção do pai é como aquele que detém o falo, e

não aquele que o é, restaurando a instância do falo como objeto desejado da mãe. No declínio do complexo de Édipo o pai é internalizado como ideal do eu.

Lacan (1957-58/1999) indica a função normativa do terceiro tempo do Complexo de Édipo “não simplesmente na estrutura moral do sujeito, nem em suas relações com a realidade, mas quanto à sua assunção de seu sexo” (Lacan, 1957-58/1999, p. 171).

Para o menino, é neste terceiro tempo que se constitui a identificação com o pai enquanto aquele que detém o falo e dará origem à constituição de seu ideal do eu tomando o pai como modelo viril. Após a intervenção do pai ele pode se afastar deste lugar de ser complemento da mãe.

A metáfora paterna desempenha nisso um papel que é exatamente o que poderíamos esperar para uma metáfora — leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde (Lacan, 1957-58/1999, p. 201).

Ficará guardado de reserva significação da virilidade que será desenvolvida futuramente, “o título de direito à posição viril, sustentação na cultura do que é ser homem” (Bonfim, 2021). Em torno do encontro com a castração materna e a sua própria castração, irá buscar solucionar este impasse com a identificação paterna, “aquele que supostamente possui a insígnia fálica e a aparência de ter escapado ao perigo da castração. Esse é o próprio signo da impostura: fazer semblante de ter o que não tem, fazer semblante de ter ‘o significante do poder, o cedro’” (Bonfim, 2021, p. 93).

Lacan (1957-58/1999) assinala que na menina o desfecho do Édipo se dá diferente, ela não precisa fazer essa identificação com o pai e nem guardar esse título de direito à virilidade. Ela sabe onde ele está, sabe onde deve ir buscá-lo, no pai e vai em direção àquele que o tem. Indica que “nas verdadeiras mulheres há sempre algo meio extraviado” (Lacan, 1957-58/1999, p. 202). Esta noção de extravio antecipa uma construção posterior em seu ensino, sobre a posição feminina ligada à lógica do não-todo, do que escapa à lógica fálica e não pode ser totalmente simbolizado.

Uma nostalgia é experimentada pela menina em vez de ameaça (Lacan, 1958/1998). Já que não se pode ameaçá-la com a perda do que não tem, experimenta

então a nostalgia do que nunca teve (Rabinovich, 2005). Lacan comenta sobre a saída pela mascarada feminina no Seminário 5, em que se assume a posição de “ser o falo”, visando encarnar o objeto que falta ao outro, do lado da mulher.

A mascarada feminina é uma das saídas femininas que foi descrita por Joan Rivière ao abordar o caso clínico de uma paciente que logo após um momento em que ela exercia uma posição fálica, sobretudo em relação ao seu trabalho em que precisava fazer apresentações em público, e em momentos seguintes vivenciava uma angústia e se colocava a desempenhar sua feminilidade de forma acentuada para seduzir os homens e evitar ser uma figura de ameaça a eles.

Como um véu que cobre o corpo feminino, a máscara tem o objetivo de provocar o desejo na medida em que não mostra, mas deixa aberta a suposição de que algo exista, lá onde não há nada, ou, lá onde só há o nada, o vazio ou a identificação da existência do vazio (Maurano & Souza, 2023, p. 112).

Se do lado do homem este visa se proteger da falta por meio do “ter”, para sustentar sua virilidade. Já no caso da mulher, ela encontra como meio de proteção para esconder sua falta através de mascaradas, ao se fazer de falo, sendo que não o possui.

Brousse (2012) aponta que Joan Rivière “mostra finalmente que a única maneira de verdadeiramente tocar o feminino é pela máscara mesma e não pelo que há por trás da máscara” (p. 7). A mulher por não o possuir restaria a ela fazer parecer ser o falo de um homem. Quando na realidade nenhum dos dois possui o falo. Trata-se de um parecer que substitui o ter para protegê-lo, por um lado, e para mascarar sua falta no outro,

é para ser o falo, isto é, o significante do desejo do Outro, que a mulher vai rejeitar uma parcela essencial da feminilidade, nomeadamente todos os seus atributos na mascarada. É pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo que amada (Lacan, 1958/1998, p. 701).

Vidal e Bonfim (2019) assinalam a diferença entre se prestar à dimensão de semblante, de objeto causa de desejo, e de se identificar com o lugar de objeto. A condição de semblante demonstra maior liberdade da mulher com o próprio semblante, ao poder servir-se dele para se fazer desejar por um homem:

Nesse sentido, seguindo Lacan, o conceito de mascarada proposto por Joan Rivière, no qual não há diferença entre a feminilidade genuína e a mascarada, nos é oportuno. A máscara é um recurso

para recobrir o vazio da nomeação, o buraco a nível simbólico. Nos termos lacanianos, a feminilidade sem um significante para representá-la pode se servir do semblante para ser desejada por um homem (Vidal & Bonfim, 2019, p. 70).

Diante disso, o modo de se posicionar no masculino e no feminino está longe de ser uma atribuição natural e se trata de um efeito de significação sustentado por este significante único, que introduz a criança na realidade dos semblantes masculino e feminino (Fuentes, 2009). De modo inicial, Lacan diferencia a posição masculina e feminina a partir da dialética fálica.

Desse modo, o falo, em sua dimensão significante, se coloca como único símbolo no inconsciente para os dois sexos e desnaturaliza a relação do sujeito com a sexualidade (Bassols, 2022), descola da referência anatômica e produz uma marca quando descobre que o Outro, primordialmente a mãe, não tem o falo. Para além do dilema de ter o falo é preciso que o sujeito entenda que não é o falo materno, para então poder assumir uma posição sexuada em relação a um parceiro (Fuentes & Antelo, 2020). Lacan indica para a estrutura a qual se submeterão ambos os sexos:

Digamos que estas relações giraram em torno de um ser e de um ter que, por se reportar a um significante, o falo, têm o efeito contrário de, por um lado, dar realidade ao sujeito nesse significante e, por outro, irrealizar as relações a serem significadas (Lacan, 1958/1998, p. 701).

Assim, recolhemos que o significante fálico permite ao sujeito se posicionar como aquele que tem o que interessa ao Outro, ou como aquele que busca ser este objeto valioso para o Outro. Esse jogo de posições recobre o que se instaura do falo como significante da falta, como negatividade radical em relação ao desejo, já que ninguém é ou tem o falo que viria a completar o Outro (Lima, 2022).

No percurso do desenvolvimento do ensino de Lacan, haverá uma progressiva relativização em relação à norma fálica, em que passará a privilegiar a dimensão de uma invenção singular de cada sujeito para lidar com o sem sentido do gozo (Lima & Vorcaro, 2020), não nos aprofundaremos aqui, contudo, indicaremos este desenvolvimento no capítulo 4. Em “Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina”, Lacan (1960) irá apontar para uma lógica para além do falo do lado dito feminino, sendo este um desenvolvimento que se localiza em um momento de seu ensino posterior ao que recolhemos nesta seção.

A seguir, iremos desenvolver algumas diferenças em relação à localização no masculino e no feminino em relação ao objeto para nos aproximarmos do que acontece nas relações amorosas. Lacan (1960/1998) sinaliza “se a posição do sexo difere quanto ao objeto, é por toda a distância que separa a forma fetichista da forma erotomaniaca do amor” (p. 742). Aproximaremos este ponto do que Freud recolheu do modo de um homem se dirigir a uma mulher ao indicar que haveria uma separação entre amor e desejo. Visamos trazer algumas reflexões a partir do destaque feito por Lacan acerca da forma fetichista do homem amar, ao localizar a mulher enquanto causa de seu desejo, que pode vir a levar à sua identificação enquanto objeto degradado.

2.2 Sobre a depreciação do objeto e o modo fetichista masculino

“Por preço de ocasião” (1986) Comprou a esposa numa liquidação, pendurada que estava, junto com outras, no grande cabide circular. Suas posses não lhe permitiam adquirir lançamentos novos, modelos sofisticados. Contentou-se pois com essa, fim de estoque, mas preço de ocasião. Em casa, porém, longe da agitação da loja - homem escolhendo mulher, homem pagando mulher, homem metendo mulher em saco pardo e levando às vezes mais de uma para aproveitar o negócio - percebeu que o estado da sua compra deixava a desejar. “É claro”, pensou reparando na sujeira dos punhos, no amarrotado da pele, nos tufo de cabelo que mal escondiam rasgões no couro cabeludo, “eles não iam liquidar coisa nova” Conformado, deitou-a na cama pensando que ainda serviria para algum uso. E, abrindo-lhe as pernas, despejou lá dentro, uma por uma, brancas bolinhas de naftalina.

(Marina Colasanti, 1986)

Recorremos aos escritos psicanalíticos de Freud para verificar a localização que ele propôs sobre a coletânea de textos que ele intitulou de Contribuições para a psicologia da vida amorosa que incluem os escritos “Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens” (1910), “Sobre a mais geral degradação da vida amorosa” (1912), e “O tabu da virgindade”, (1917). Freud assinala as consequências na vida amorosa do homem ao demarcar uma falha na combinação entre a corrente afetiva e sensual, implicando em uma separação entre amor e desejo. Para desejar, o homem buscaria objetos sexuais que não remetessem às imagens incestuosas. Com isso, utilizaria uma tática protetora de desqualificar e depreciar o objeto sexual, a fim de garantir maior prazer (Bonfim, 2021, p. 169).

Freud (1910) em “Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens” apontou que uma condição é de que a mulher casta e insuspeita, ligada à imagem dos bons costumes, não exerce o fascínio que a transforma em objeto amoroso. E sim uma mulher de “má fama”, cuja fidelidade resta em dúvida, sendo aquela que exercia sua sexualidade de modo mais livre contrariando o ideal da época da mulher pura e idealizada. De modo mais direto, denominou de “amor à prostituta⁸” (p. 261)

Em diversos trechos deste texto podemos ver referências à mulher como objeto de posse. Encontramos a frase “dono legal da mulher amada” ao fazer referência ao marido. Em nossa leitura atual deste texto essas expressões nos saltam aos olhos. Poderíamos questionar a Freud, por não ter se sobressaltado em relação a isso, entretanto, não é sem razão que lhe dedica esta série de escritos para caracterizar o que recolheu do modo do homem se dirigir a uma mulher. E ao mesmo tempo, indica a repressão por parte da cultura da época, ao perceber que havia em curso um empenho por uma reforma neste modelo.

Freud esclarece que a investigação psicanalítica pretendia apenas descobrir os nexos e relacionar o que estava manifesto àquilo que restava oculto. Neste sentido, localiza que seu trabalho consistia em recolher o que se apresentava em sua época, sem seguir qualquer tendência que já previa mudanças em relação ao que se estabelecia na cultura daquele momento. Como indica no seguinte trecho:

Em vista do empenho por uma reforma na vida sexual, tão intenso na cultura de hoje, não seria supérfluo lembrar que a investigação psicanalítica, como toda pesquisa, é alheia a qualquer tendência. Ela pretende tão só descobrir nexos, relacionando o que é manifesto ao que se acha oculto. Ela estará de acordo, se as reformas utilizarem suas averiguações para trocar o que é prejudicial pelo que for vantajoso. Mas não pode predizer se outras instituições não acarretarão outros sacrifícios, talvez mais graves (Freud, 1912, p. 279).

Esta localização indica que ainda que houvesse uma modificação na intensa repressão da vida sexual que percebia em sua época, já aponta para a ausência de garantias de que um novo modelo fosse menos prejudicial. Consideramos esta uma

⁸ O termo utilizado por Freud é “*Dirnenliebe*”. A nota da tradutora da edição de 2024 da Editora Autêntica esclarece que o termo “*Dirne*” significa em geral “prostituta”, mas não necessariamente aquela que cobra por seus serviços, podendo significar uma gama de sentidos que engloba a “mulher de vida fácil” até “mulher fácil”.

postura advertida de que mesmo uma reforma no modelo, da época de Freud, não seria garantidora de um bem maior a ser alcançado.

Recolhe-se, assim, sobre o lugar da psicanálise nesta discussão em evidenciar um posicionamento de não se deixar enganar acreditando que no momento seguinte alcançaríamos um “bem-estar”, uma suposta maior harmonia. E sim caberá ao psicanalista lidar com o que causa e coloca em cena o mal-estar próprio da inserção na cultura, a partir de uma abordagem que leva em consideração o que se apresenta como sintoma e fonte de mal-estar para aquele sujeito e em determinada época.

Como marca da repressão da época em torno da mulher, no ponto seguinte deste mesmo texto, assinala que o valor da mulher seria definido por sua integridade e pureza sexual. A separação feita por Freud, entre a “virgem” e “prostituta”, poderia parecer à primeira vista algo distante do que recolhemos ainda hoje nos relatos sobre os encontros, e desencontros, amorosos, mas podemos apenas substituir os termos para os que encontramos no discurso corrente atual. Por exemplo, ao vermos a separação, por parte dos homens, daquelas mulheres que seriam “para casar”, tidas como “mulher de valor”, “de família”, e as mulheres “sem valor”, “apenas pra transar” que usam para adjetivar aquelas que exercem sua sexualidade de modo mais livre. Podemos encontrar hoje essa leitura mais distante da manutenção da virgindade e ligada à quantidade de parceiros amorosos que a mulher já teve, o que costuma ser atrelado como uma forma de definir o “valor” das mulheres. Vidal e Bonfim (2019) apontam que não há como contestar que este pensamento se encontra pautado em discursos disciplinadores em torno dos corpos das mulheres, ainda assim chama a atenção que a posição de objeto desvalorizado seja fonte de excitação sexual.

Freud, então, desenvolverá a origem desta escolha de objeto aproximando da fixação nos sentimentos tenros na mãe, ao trazer consequências advindas da relação materna e de suas fantasias incestuosas que levariam o homem a produzir uma separação entre amor e desejo. Indica uma tendência dos homens a amar a virgem, tal como a mãe, e desejar aquelas consideradas “mulheres de má reputação” (Bonfim, 2021). Desse modo, esta primeira tendência de interditar a aparição da

sensualidade frente à mãe possibilitaria somente a dimensão da ternura, introduzindo uma fratura entre essas correntes da vida amorosa (Lima, 2022).

“Quando amam, não desejam, e quando desejam, não podem amar (Freud, 1912, p. 275)”. É como Freud se refere à vida amorosa masculina. Ao abordar sobre a vida sexual dos homens retrata que o homem para desejar precisa depreciar o objeto. Assim, para desejar, precisaria tratar a mulher como objeto rebaixado, depreciado.

Esta seria, portanto, a função da degradação do objeto sexual na vida amorosa dos homens: na medida em que a barreira do incesto proíbe a expressão da sensualidade dirigida à mãe, no momento em que o sujeito se aproxima de um objeto amoroso, que, na perspectiva do Édipo, seria inclusive escolhido como substituto da própria mãe, ele precisa degradar esse objeto para se certificar de que não está diante do objeto materno idealizado. A degradação viria, assim, afastar a possibilidade de que esse objeto se pareça demais com a mãe idealizada. (Lima & Iannini, 2024, p. 497)

Essa condição, acrescenta Freud, está relacionada à presença de componentes perversos, apontados por ele no sentido de serem desviantes, nas metas sexuais do homem que ele não ousa satisfazer com a mulher idealizada, à qual dedica respeito. O que pode se ligar à impotência sexual descrita por Freud vivenciada por alguns pacientes ao estar diante de um objeto sexual portador de um traço que os remete à mãe, idealizada e proibida, produzindo a impotência como forma de recuar frente à transgressão iminente da barreira do incesto (Lima & Iannini, 2025).

Neste aspecto, Freud delineia uma diferença de tratamento colocada pela cultura ao exercício da sexualidade de homens e mulheres, que possuem valorações bem diferentes. Para as mulheres havia uma proibição de que os impulsos sexuais não se manifestassem até o momento apropriado aceito pela cultura patriarcal, ou seja, dentro dos moldes do casamento, o que pode-se relacionar com a frigidez que era observada do lado das mulheres da época.

A mulher civilizada costuma não transgredir a proibição no período da espera, e desse modo adquire o íntimo nexos entre sexualidade e proibição. Geralmente o homem infringe esta proibição, sob condição de depreciar o objeto, e por isso leva tal condição para sua vida amorosa posterior (Freud, 1912, p. 279).

Outro aspecto em relação à mulher é ressaltado com o “Tabu da virgindade” (1917) que Freud aborda a partir da valorização do atributo da virgindade que passa

pelo direito da posse masculina sobre a mulher, ao não precisar lidar com a ideia do “comércio sexual com outro homem” (Freud, 1917, p. 286). A exigência pela virgindade no casamento perpassa pela “a continuação lógica do exclusivo direito de posse sobre uma mulher, que constitui a essência da monogamia — a ampliação desse monopólio ao passado” (p. 286). A figura da mulher neste escrito se encontra ligada ao mistério, ao estranho, podendo evocar medo e hostilidade:

Ali onde o primitivo ergueu um tabu, é porque teme o perigo, e não se pode negar que um temor básico ante a mulher se exprime em todos esses preceitos para evitá-la. Talvez ele se fundamente no fato de a mulher ser algo diferente do homem, eternamente incompreensível e misteriosa, estranha e, por isso, aparentemente hostil. O homem teme ser debilitado pela mulher, ser contagiado por sua feminilidade e, então, mostrar-se incapaz (Freud, 1917, p. 291).

No Seminário 5, ao abordar a degradação, a *Erniedrigung*, da vida amorosa, Lacan recupera o desejo da mãe ser apresentado por Freud ligado ao princípio desta degradação. Presente em alguns sujeitos que não abandonaram o objeto incestuoso, ou pelo menos não o abandonaram o bastante nestes casos em que Freud apresentou a dissociação entre amor e desejo.

Esses sujeitos não conseguem pensar em abordar a mulher quando, para eles, ela goza de seu pleno *status* de um ser passível de ser amado, de um ser humano, de um ser no sentido acabado, de um ser que, como se costuma dizer, pode dar e pode se dar. (Lacan, 1957-58/1999, p. 339).

Assinalando que o objeto está presente sob uma máscara, já que não é à mãe que o sujeito se dirige, mas à mulher que a sucede, que toma o lugar dela. A figura da “prostituta” entra no lugar oposto diametral da mãe, como pontua Lacan (1957-58/1999).

Lacan (1960), em “Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina”, ao abordar sobre o falo retoma Freud e cita a bifurcação das diferentes formas de amar, sinalizando a distância que separa a forma fetichista, que seria masculina, da forma erotomaniaca de amar, feminina.

No Seminário 10, ao desenvolver sobre a função de causa recorrerá ao modelo do fetichista tomando, então, como exemplo, o objeto fetiche. Em que relata que o objeto está “atrás do desejo”, assinalando o objeto causa de desejo como aquele que se furta à captação. Indica que “não é o sapatinho, nem o seio, nem seja

o que for em que vocês encarnam o fetiche” (Lacan, 1962-63/2006, p. 116). No capítulo seguinte iremos desenvolver de modo mais detalhado o conceito de objeto *a*, que se faz essencial para esta aproximação em sua elaboração sobre esse objeto específico que comporta a dimensão da falta e sua função de causa de desejo.

Ao assinalar que o fetiche causa o desejo, indica que não é preciso calçar o sapato, por exemplo, basta que ele esteja ali na cena. Este aspecto aponta para o fetiche enquanto condição para que o sujeito sustente seu desejo, o desejo engancha-se onde puder (Solano-Suárez, 2006). Miller (2005) aponta que a ilustração do fetichismo revela o *status* do desejo como tal “que ele está suspenso a um objeto distinto daquele que ele visa” (p. 50).

Freud assinala que “certo grau de fetichismo está habitualmente presente no amor normal” (Freud, 1905/1996, p. 145), assim, o aspecto patológico seria apenas quando se trata de uma exacerbação que toma o lugar do objeto normal.

Ao recuperar o que Freud propõe sobre o Fetichismo (1927) indica que, em certo número de homens, a escolha de objeto estaria dominada por um fetiche. Indica que na análise destes casos recolheu o propósito do fetiche como um substituto do pênis, mas que não seria um substituto qualquer e sim de um específico, ao que ele liga ao substituto do falo da mãe. Em que o menino acreditou ainda durante sua infância e do qual não quer abrir mão. Ao ter que lidar com a mulher como castrada coloca em risco seu próprio pênis e seu narcisismo. Haveria então uma recusa, *Verleugnung*, da realidade da percepção da falta de pênis na mulher. O horror à castração levaria à criação deste substituto.

No fetiche se recorta um traço, um detalhe do corpo que é elevado à condição de objeto de gozo que desempenha o papel de velar a castração. O fetiche pode ser lido como semelhante à estrutura de uma lembrança encobridora já que o objeto fetiche oculta e ao mesmo tempo aponta para o lugar da falta (Bonfim & Vidal, 2019). Assim, Freud aponta que “o horror à castração ergueu para si um monumento na criação deste substituto” (Freud, 1927/2019, p. 318). Gomes (2021) aponta para a sustentação da ambiguidade nesta caracterização do objeto fetiche, mantendo “indefinida a ocorrência ou não do encontro traumático com o real da castração” (Gomes, 2021, p.).

A ternura e a hostilidade no tratamento do fetiche - que correspondem à recusa da realidade e ao reconhecimento da castração - mesclam-se em proporções desiguais em casos

diversos, de modo que uma ou outra se dá a conhecer com maior nitidez (Freud, 1927/2019, p. 321).

Ainda neste escrito de Freud, encontramos uma nota do tradutor em que se ressalta um grande esforço do sujeito para manter a operação da *Verleugnung*, através de um duplo movimento no qual a percepção indesejada é, ao mesmo tempo, aceita e negada. Em que haveria um esforço de conciliar estas duas posições ambíguas de tanto se defender contra a castração ao mesmo tempo que indica a percepção desta ameaça. “Ele permanece como o signo do triunfo sobre a ameaça de castração e como a proteção contra ela (...) emprestando à mulher aquela característica através da qual ela se torna suportável como objeto sexual” (Freud, 2019/1927, p. 318).

O surgimento do objeto fetiche visa proteger contra o horror da castração da mulher. Em “A cabeça da Medusa”, Freud já indicava o horror à castração que o menino experimenta diante da visão do genital feminino, citado no capítulo anterior. Como assinala Murta (2021) o fetiche eleito é como se fosse um triunfo sobre a ameaça de castração, dotando as mulheres de características mais suportáveis como objetos sexuais.

Outro aspecto ressaltado por Rivera (2023) é o deslocamento que o fetiche realiza em relação à anatomia para o domínio da fantasia e do desejo:

Trata-se, em geral, de uma deriva sobre a imagem do corpo da mulher-mãe na qual cada fetiche é uma espécie de “parada” no meio do caminho, cristalizando o suspense da revelação tão ansiada e ao mesmo tempo temida de modo a manter intacta a possibilidade que este corpo seja ao mesmo tempo o suporte da falta e da não-falta (n.p.)

O fetiche atua neste sentido como um véu desta falta, que visa uma completude que se mostra ilusória.

A distinção entre ser e ter o falo permite apontar para a degradação amorosa masculina como efeito de uma montagem defensiva contra a castração. Enquanto a mulher é reduzida a um objeto na fantasia do homem, seja como fetiche seja como ideal inatingível, o que se evita é lidar com a perda de sua consistência fálica, sustentando-se na crença de que o falo pode ser possuído, ou encontrado no Outro.

Podemos pensar que no momento em que a mulher se recusa a ser mero suporte desta fantasia, ou quando toma uma posição de modo a recusar esta

objetificação, pode ser percebida como uma ameaça à estabilidade psíquica da montagem masculina?

No capítulo seguinte propomos nos aproximar desta discussão sobre a irrupção do ato violento a partir dos conceitos de objeto *a* e da passagem ao ato.

Capítulo 3 - Do que se defende aquele que passa ao ato?

Neste momento, nos interessa refletir sobre o que entraria em cena no momento em que a saída escolhida é passar ao ato violento. Recolhermos com Lacan (1962-63/2005) que o momento da passagem ao ato “é o do embaraço maior do sujeito” (p. 19). Acreditamos que o aprofundamento neste conceito, a partir do Seminário 10 “A angústia”, pode nos ajudar a enriquecer esta reflexão acerca do feminicídio.

Na angústia o sujeito é afetado e implicado no mais íntimo de si mesmo indicando “estreita relação da angústia com o aparelho do que chamamos de defesa” (Lacan, 1962-63/2005, p. 191). Esta tentativa de aproximação teórica ao questionar o que entraria em cena nestes casos, nos levou a acionar o conceito de passagem ao ato visando localizar algumas coordenadas propostas por Lacan (1962-63/2005) e Miller (2005; 2014) perpassando os conceitos de angústia, objeto *a* e grande Outro.

3.1 Angústia: afeto que não engana

Para avançarmos na compreensão da passagem ao ato é necessário situar do que estamos falando quando citamos a angústia. A depender da abordagem, outros nomes podem ser dados a isto que se manifesta como um desvelamento do real⁹, sentido como uma ruptura, um desamparo, e que pode se manifestar em momentos agudos com uma sensação de “sem saída”. Pela abordagem da psiquiatria, podemos dizer que a angústia acabou sendo atenuada com o termo ansiedade, que já passou a ter um uso corriqueiro, abarcando diversos transtornos de ansiedade, como o transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de pânico, etc., listados nos manuais diagnósticos. Neste ponto, cabe uma diferenciação entre a abordagem psiquiátrica e a psicanalítica. Se para o psiquiatra se visa eliminar as manifestações vistas como disfunção e transtornos, para o analista não se trata de eliminar a angústia, e sim de verificar caso a caso elementos que podem fornecer pistas, ou levar a alguma localização, acerca do que se manifestou como ponto de ruptura.

⁹ Real aqui a partir da orientação lacaniana em referência ao que é irrepresentável, que escapa à simbolização. Dentre aproximações de definições do real elencamos algumas que Vieira (2021) situa, a partir de diferentes momentos do ensino de Lacan: “aquilo que surpreende” (p. 24); “A presença de uma ausência” (p. 24); “O real da surpresa traumática e o da repetição incessante” (p. 25).

No senso comum, há um entendimento de que o traumático advém como consequência de um evento externo dramático que desencadearia, conseqüentemente, uma reação de angústia naquele que o vivenciou. Entretanto, a clínica nos mostra que a dimensão do traumático nem sempre se associa com o dramático ou o trágico (Tarrab, 2005) e pode se manifestar em episódios corriqueiros do cotidiano:

Fomos ensinados pela clínica que a angústia pode irromper na vida de alguém a partir de episódios mínimos, insignificantes: um ruído, o rosto de um desconhecido, uma música em um domingo à noite, o comentário desprezível de um amigo, o olhar triste de alguém, algo quase insignificante nos toca levemente e a partir daí irrompe o insuportável, algo incompreensível ao qual, quando o sofremos, não conseguimos atribuir nenhum sentido (Tarrab, 2005, p.127, tradução nossa¹⁰).

O que nos traz o aspecto da dimensão subjetiva que a experiência de angústia delinea com a vivência de um “sem sentido” por parte do sujeito. A experiência de angústia não deixa dúvidas para quem a vivencia, apesar de não se saber dizer qual o sentido do que lhe acontece, sabe que precisa fazer algo para que isso cesse, como pontua Mauricio Tarrab (2005). Acerca da prática do analista, na primeira lição do Seminário 10, Lacan adverte: “Sentir o que o sujeito pode suportar de angústia os põe à prova a todo instante” (1962-63/2005), apontando um aspecto importante ao manejo clínico diante da angústia na direção do tratamento.

Estamos aqui tratando da angústia lacaniana, como nomeia Miller (2005), “concebida como a via de acesso ao que não é significante” (p. 11). Antes mesmo do Seminário 10, que abordará mais detidamente sobre a angústia, no Seminário 8 sobre a transferência, Lacan já apontava a relação da angústia com o desejo: “Para que a angústia se constitua, é preciso que haja relação com o nível do desejo” (Lacan, 1960-61/2010, p. 443).

Lacan lança mão de uma fábula para tratar da angústia ao abordar este lugar indeterminado frente ao desejo do Outro. Narra uma situação hipotética, que ele convida seu público a imaginar, de que estaria vestido a máscara de um animal ao

¹⁰ “Hemos sido enseñados por la clínica que la angustia puede irrumpir en la vida de alguien a partir de episodios mínimos, intrascendentes: un ruido, el rostro de un desconocido, una música un domingo por la noche, el comentario inadvertido de un amigo, la mirada triste de alguien, algo casi nada nos toca levemente y a partir de allí irrumpe lo insoporable, algo incomprendible que cuando lo sufrimos podemos encontrarle ningún sentido”.

colocar-se diante de um louva-a-deus. Nesta espécie de inseto a fêmea devora o macho após o ato sexual. Assim, a inquietação que ele experimenta é de, sem poder supor qual máscara estaria usando e sem conseguir ler no globo ocular do inseto sua própria imagem, não poder prever o que poderia lhe acontecer. Caso este louva-a-deus que está diante dele seja uma fêmea, poderia devorar-lhe, caso não o fosse, poderia simplesmente ignorá-lo. Utiliza esta fábula para lançar a pergunta chave sobre a subjetividade “*Che vuoi?*”, “Que queres?”, que pode ser ampliada para o “Que quer ele de mim?” Assinalando para a experimentação de angústia ligada a “não saber que objeto *a* sou para o desejo do Outro” (Lacan, 1962-63/2005, p. 353). Lucero e Vorcaro indicam que:

A angústia guardaria relação com esta presença enigmática do desejo do Outro, que irá questionar o sujeito em seu próprio ser de objeto. Afinal, há um perigo constante de ser “devorado”, de se tornar apenas o instrumento do gozo, quando o sujeito se torna o objeto do desejo do Outro (Lucero & Vorcaro, 2016, p. 65).

Observa-se neste ponto uma diferença em relação à angústia abordada por Freud que estava ligada à perda do objeto, enquanto para Lacan a angústia surge quando a falta vem a faltar (Miller, 2005). No Seminário 10, a angústia é circunscrita como marca de uma perturbação “É o que a angústia quer dizer, a saber, estranheza, desacordo, perturbação” (Miller, 2005, p. 61). Na angústia haveria algo da ordem de uma indeterminação, ao que Lacan assinala que não é sem objeto. Neste momento do ensino irá se deter na introdução da noção de objeto *a*, escolhendo esta letra como marca de um objeto que não é como os demais, trata-se de um objeto muito específico. Exploraremos a seguir alguns aspectos deste objeto que está no cerne da prática analítica e que nos aproxima do desenvolvimento sobre a passagem ao ato.

3.2 Objeto *a* e sua relação com a angústia

No contexto do Seminário 10, o objeto *a* é abordado por Lacan e nos interessa explorar aqui dois aspectos: sua função de causa de desejo e, por vezes, de desencadeador de angústia. Este último será o viés que se observa presente na passagem ao ato e no *acting out*, que terão sua diferenciação descritas neste seminário. Ao abordar o objeto *a*, Lacan indica que “Se ele se inscreve no âmbito de um Seminário que intitulei de ‘a angústia’, é por ser essencialmente por esse

meio que se pode falar dele, o que também quer dizer que a angústia é sua única tradução subjetiva” (Lacan, 1962-63/2005, p. 113).

Neste seminário, o objeto *a* é apresentado por Lacan como fruto da operação da constituição do sujeito no campo do Outro. “o S, sujeito ainda desconhecido, tem que se constituir no Outro” (Lacan, 1962-63/2005, p. 296). Assim, não há como falar em sujeito antes deste momento da entrada na linguagem. Neste processo, duas operações que se alternam são a alienação e a separação. A partir de uma alienação inicial que o sujeito precisa consentir com a perda com a entrada na linguagem, para a entrada no simbólico. Esta perda instaura uma falta. Lacan exemplifica a alienação com o exemplo de ter que escolher “a bolsa ou a vida!” (Lacan, 1964/2008, p. 207). Caso escolha a bolsa, perde-se tanto a bolsa como a vida. Caso escolha a vida, terá a vida sem a bolsa, e assim, uma vida decepada. No segundo momento, a operação de separação se dá quando o sujeito encontra uma opacidade no Outro, que aponta para incompletude, um ponto de falta no Outro ao que indaga “Pode ele me perder?” (Lacan, 1964/2008, p. 210).

A aproximação que Lacan delineia entre a angústia e o desejo, conforme indicado na seção anterior, nos leva a desenvolver o aspecto de causa de desejo que participa da formulação do objeto *a*, em sua função de resto na constituição do sujeito na relação com o Outro, sendo justamente o que escapa à captura pelo significante. “(...) esse dejetivo, essa queda, o que resiste à ‘significantização’, que vem a se mostrar constitutivo do fundamento como tal do sujeito desejante” (Lacan, 1962-63/2005, p. 193). Este trecho condensa esta especificidade do objeto *a* marca da entrada no mundo da linguagem que inaugura uma falta estrutural, de uma perda que deixa um resto que escapa à representação.

Lacan aponta a radicalidade da perda no momento de constituição do sujeito ao se referir à “libra de carne” que não se trata da perda de um objeto externo qualquer, e sim do que é parte do próprio corpo, de si. Para constituição do sujeito é preciso que se abra mão de algo do corpo, “algo de separado, algo de sacrificado, algo de inerte, que é a libra de carne” (Lacan, 1962-63/2005, p. 242).

A falta é radical, radical na própria constituição da subjetividade, tal como esta nos aparece por via da experiência analítica. Eu gostaria de enunciá-la com esta formulação: a partir do momento em que isto é sabido, em que algo chega ao saber, há alguma coisa perdida, e a maneira mais segura de abordar esse algo perdido é

concebê-lo como um pedaço do corpo (Lacan 1962-63/2005, p. 149).

Esta operação produz um irreduzível, um resto, que será nomeado como objeto *a*, “objeto externo a qualquer definição possível da objetividade” (Lacan, 1962-63/2005, p. 99). O conceito de objeto *a* ocupará lugar central a partir da abordagem da angústia, nomeada enquanto um afeto que não engana. Ao se referir ao objeto da angústia indica que ela não é sem tê-lo, aponta para um objeto que resta inapreensível pelo significante, em que se elegeu a letra *a* para nomeá-lo de modo a sustentar a indeterminação deste objeto. “É preciso, primeiro, pensar que, se ele é designado como objeto *a*, é porque ele não tem nome” (Miller, 2005, p. 66).

Partindo desse conceito, Lacan demonstra que o desejo depende da extração de um objeto no Outro de modo a garantir um furo, um espaço no qual o sujeito possa existir (Guimarães, 2007). Assim, Lacan (1962-63/2005) nos ensina que a angústia não é o vazio, o que a provoca é justamente quando a falta vem a faltar.

Nos apoiamos em Miller (2005) para auxiliar nesta compreensão, ao localizar que a angústia surge quando o que estava invisível invade a cena: “O importante do Seminário é marcar que, quando a angústia surge, o objeto da angústia como objeto ansiogênico, não-especularizável, é paradoxalmente especularizado, o invisível é entretanto visto” (p. 62).

Lacan delinea este objeto não especular e não orientável, em que seu lado avesso e direito não podem ser concebidos como dois lados distintos. O recurso topológico para abordar este aspecto é a banda de Moebius, figura que ilustra a capa do Seminário 10. Nesta figura não é possível estabelecer o que seria a parte inferior ou superior, assim como avesso e direito, já que ao percorrer a superfície se constata que não se trata de dois lados e sim de apenas um mesmo lado, que não permite a separação dentro e fora.

Para abordar o objeto *a*, Vieira (2008) se utiliza de uma analogia com o teatro ao propor “Onde estaria o objeto *a* no teatro? Onde localizar o referente invisível na trama? Um bom modo de localizá-lo seria no olhar do público. Se não houver público, não há teatro. Seu olhar estrutura e mantém a cena desde que nela não se inscreva, sob pena de fazer ruir a representação” (p. 73). Neste aspecto assinala que o objeto *a* está mais próximo da tensão entre o que está na cena e nos bastidores, entre os dois. Com esta dimensão da cena subjetiva nos aproximaremos da abordagem do conceito de passagem ao ato a seguir.

3.3 Sobre a passagem ao ato

Na obra de Freud, a concepção de ato aparece no escrito sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana em que elencou o ato falho e o ato sintomático. O ato falho distante de ser apenas um erro ou deslize de quem o realiza, passa a ser lido como algo que escapou ao recalque. Freud deposita uma ênfase ao que estes atos enunciavam, inscrevendo-os enquanto manifestações do inconsciente. Lacan salienta que a contribuição de Freud já sustentava que os atos eram interpretáveis e, em sua leitura, portadores de uma estrutura significativa.

Na obra de Lacan, a questão do ato aparece inicialmente em sua tese de doutorado ao apresentar o caso Aimée, em que indica para uma função do ato na psicose, neste caso, com um efeito apaziguador do delírio, decorrente da realização de uma autopunição (Guimarães, 2007). No momento da escrita de sua tese, Lacan ainda estava inserido no campo da psiquiatria, de onde retira o conceito de passagem ao ato.

Allouch (1997/2005) a partir de uma análise aprofundada do caso Aimée, que não nos aprofundaremos aqui, ressalta que o conceito de ato psicanalítico, introduzido por Lacan, faz eco na abordagem deste caso desde seu percurso na psiquiatria e em especial a propósito da passagem ao ato. O autor recupera que Freud não definiu o psicanalisar como ato psicanalítico, entretanto, que não está ausente a problematização do ato em sua obra, já que “se vê ali como que dispersa em diferentes ‘objetos’ nos quais ele reconhece uma importância de ato: ato falho, o sintoma (que ele chama de sintomático), o agir transferencial ou que escapa à transferência (o que se chamará acting-out), a compulsão à repetição, o ato psíquico, inibição, etc” (Allouch, 1997/2005, p. 340).

Dentro da psiquiatria clássica este conceito possuía uma definição, a partir da criminologia, que “denotava impulsividade de condutas auto ou heteroagressivas, criminais, violentas ou delinquentes” (Tendlarz & Garcia, 2013, p.12) com uma conotação patológica ligada à loucura, demência ou perversão. Assim, com Lacan que a abordagem deste conceito abarcará fenômenos mais variáveis e que diluem a distinção entre normal e patológico. A partir do trabalho junto aos conceitos de significante, objeto e Outro, Lacan inaugura outra abordagem para a passagem ao ato que a distancia da abordagem psiquiátrica. Tendlarz e Garcia (2013) localizam que a leitura da passagem ao ato apenas se daria em um segundo

momento, assinalando como característica uma ruptura “que fica de fora do cálculo e do premeditado do sujeito em si. Pode-se deduzir assim que o que se diz sobre a passagem ao ato surge a posteriori. Primeiro temos a passagem ao ato e depois sua construção” (p. 13).

Uma lição do Seminário 10 destina-se a abordar a passagem ao ato e o *acting out* em que assinala a ênfase necessária na relação com a angústia, o objeto *a* e o grande Outro. “É a partir do Outro que o *a* assume seu isolamento e é na relação do sujeito com o Outro que ele se constitui como resto.” (Lacan, 1962-63/2005, p. 128). Lacan fala em resto por tratar a divisão do sujeito no encontro com o Outro como uma relação em que sobra sempre um resto, que ele relaciona ao *a*. O sujeito irá se constituir no campo do Outro, para se constituir como ser desejante é preciso passar por uma perda simbólica e estrutural consentindo com certa alienação no momento da entrada da linguagem, aspecto que perpassamos brevemente na seção anterior.

Para abordar sobre a relação estrutural do sujeito com o *a* ligada à função de resto, Lacan irá retomar o caso da “Jovem Homossexual” atendido por Freud. Para recuperarmos aqui o quadro da angústia proposto neste seminário, a passagem ao ato corresponde ao momento de embaraço maior do sujeito (Lacan, 1962-63/2005). Neste momento, então, visando manter seu status de sujeito se precipita, despenca para fora da cena. De modo a nos aproximarmos do mecanismo da passagem ao ato retomaremos brevemente este caso.

O caso da Jovem Homossexual, foi descrito por Freud em “Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina” (1920). Esta jovem chega ao seu consultório após uma tentativa de suicídio e a queixa de sua família em relação às condutas sociais que mantinha com uma mulher mais velha, vista como uma Dama de má reputação. A queixa dos pais se relacionava a este ponto da sexualidade e da exposição desta relação de modo público, ao que Freud (1920) aponta que a paciente não buscou enganá-lo sobre sua sexualidade.

Em determinado dia, ao passear pelas ruas na companhia desta Dama, seu pai lhe lança um olhar de desaprovação e a jovem relata isso a ela, que reage dizendo que não poderiam mais se ver dali em diante. Neste momento, a jovem se lança de uma ponte sobre os trilhos de trem.

A leitura que Lacan apresenta deste caso é que no momento da sinalização da Dama de que não poderiam continuar a relação, a Jovem teria ficado ali

identificada ao objeto *a*. A lei se presentifica naquele momento com o olhar de desaprovação do pai. Neste instante, a Jovem se percebe identificada ao *a* e, ao mesmo tempo, rejeitada. Com isso, após confrontar-se com o olhar do pai de reprovação, identifica-se ao objeto *a*, enquanto resto, precipitando-se na linha do trem em uma tentativa suicida. Sinalizando o “largar de mão”, o deixar-se cair, em momento em que o sujeito está apagado pela barra com a “identificação absoluta do sujeito ao (objeto) *a* ao qual ele se reduz” (Lacan, 1962-63/2005, p. 125).

Lacan indica que se este ato da Jovem se lançar nos trilhos pode ser nomeado como passagem ao ato, por outro lado, toda a mostraçãõ do romance da Jovem com a Dama seria um *acting out*, em razão da jovem passear sempre em um local bem próximo à sua própria casa, aos olhos de todos que exhibe sua conduta (Lacan, 1962-63/2005). Na análise deste caso, duas condições são elencadas por Lacan como as que levam à passagem ao ato: a identificação absoluta com o objeto *a* ao qual se reduz e o confronto do desejo com a lei.

Cabe delinear a diferenciação feita por Lacan em relação ao *acting out*, que de modo diferente da passagem ao ato, é marcado por um caráter de mostraçãõ, de direcionamento ao Outro, “indica a existência de algo que se furta à cadeia associativa para deixar-se mostrar em um fazer, um agir” (Calazans & Bastos, 2010, p. 246). O *acting out* seria definido como aquilo que se mostra na conduta do sujeito, com uma ênfase para o aspecto demonstrativo de sua orientação ao Outro. Miller delinea esta diferenciação “Na passagem ao ato há rejeição da cena e rejeição de qualquer apelo ao Outro, ao passo que o acting-out, que é uma subida à cena, é um apelo ao Outro. O pequeno *a* sobe à cena e o sujeito o mostra” (Miller, 2005, p. 76). Uma vez que o objeto *a* não é especularizável sua mostraçãõ no *acting out* é “sempre lateralmente, de viés” (Miller, 2005, p. 76). Um aspecto destacado por Lacan é que o *acting out* possui natureza diferente do sintoma. Ao frisar que o que se descobre na análise é que o sintoma se basta e não pede por interpretação, ou seja, não é um apelo ao Outro.

Por outro lado, ao se tratar da passagem ao ato haveria uma ruptura, “o sujeito se encaminha para evadir da cena” (Lacan, 1962-63/2005, p. 130). Este momento é abordado por Lacan como passagem da cena para o mundo, em distinção à cena do Outro. Essa distinção se faz em dois registros: o mundo, como lugar onde o real se comprime e, no outro registro, a cena do Outro, em que o sujeito tem de se constituir assumindo seu lugar de portador da fala. Nesta distinção há

uma marca da cena do Outro enquanto correlata à estrutura de ficção necessária para a constituição do sujeito, em sua montagem subjetiva (Lacan, 1962-63/2005).

Esta estrutura de ficção se trata do enredo subjetivo da fantasia que

constitui uma narrativa capaz de estabilizar a relação entre sujeito e objeto, com o que se fecha o esquema. Enquanto o resto estiver escondido, sendo tomado como furo do mundo, por exemplo, o sujeito age e se movimenta sem problemas. (Guimarães, 2007, p. 38)

A fantasia aqui aproxima-se da função da moldura da janela, como nos diz Lacan, ao operar como um recorte. Nos interessa explorar aqui o entendimento sobre a passagem ao ato como a tentativa de restauração da cena diante do impasse que se instaura quando o objeto *a* se apresenta.

Frente a este impasse poderiam ter outras soluções a serem vislumbradas como saída, como o caminho da sintomatização, por exemplo, no lugar de buscar a retirada violenta do objeto da cena. Como ressalta Vieira (2008) ao não dispor deste caminho “pode-se chegar a abrir à bala uma saída para a angústia. É um modo de furar a presença incompreensível do Outro para lhe dar, na marra, uma falta” (p. 32) frente ao horror que se experimenta.

Há, na definição da passagem ao ato, um momento de identificação absoluta do sujeito com o *a*, momento em que se deixa cair para fora da cena.

Desse modo, a passagem ao ato se configura como uma saída para esse momento crítico em que o furo não se apresenta. Trata-se, nessa forma de ato, justamente de fazer um furo nesse Outro que se completa com a apresentação do objeto *a*. Logo, esse objeto deve sair de cena de qualquer modo, ainda que seja o próprio sujeito, por ora, identificado ao objeto *a*. Na passagem ao ato, o sujeito deixa cair alguma coisa ou se deixa cair para sair deste lugar. (Guimarães, 2007, p. 58)

Miller (2005) situa na passagem ao ato um “não querer saber mais nada” (p. 75) em que se sai da cena para a certeza encontrada em uma identificação curto-circuitada com o objeto *a*, que aparece em Lacan como identificação absoluta com o objeto *a* fora da cena. Guimarães (2007) ao discutir sobre a passagem ao ato e o ato analítico apresenta um questionamento interessante sobre o tema da passividade ou atividade do ato em questão: “É a queda do sujeito, a queda do objeto ou, necessariamente, de ambos, o primeiro identificado ao segundo? E ainda: quem se acha ativo nesse ato, o sujeito ou o objeto?” (p. 57).

Ao recuperar o aspecto da angústia, quando a falta falta, Lacan indica a necessidade de uma brecha no Outro para que o sujeito possa existir, e demonstra

ainda que o desejo está ameaçado quando este espaço acaba ocupado pelo objeto que deveria permanecer fora da cena. Esse encontro do sujeito com o objeto *a* perturba a ordem do mundo (Guimarães, 2007).

Para este desenvolvimento nos apoiaremos no entendimento da passagem ao ato como abordado por Guimarães (2007) e Vieira (2008), para além do “deixar-se cair”. Assim, a passagem ao ato é entendida como “a própria manifestação da tentativa do sujeito de fazer com que o furo no Outro volte a se apresentar. Tirar alguém da cena pode ser a forma de furar o Outro novamente (Guimarães, 2007, p. 41). O que nos leva a ressaltar a radicalidade dessa saída, longe de visar desresponsabilizar o sujeito, e sim nos aproximar deste fenômeno para buscar quais elementos singulares que se apresentam na cena subjetiva do sujeito e que pode vir a desencadear esta saída violenta.

A relação entre de tensão entre a cena do Outro e a do mundo, conforme indica Guimarães (2007) a partir do proposto por Lacan, aponta para a angústia que pode precipitar uma passagem ao ato violenta. A relação do sujeito com o Outro e com os objetos do mundo se estabelece necessariamente em função da extração do objeto *a*. Com isso, o retorno desse objeto desperta angústia quando ele surge sem a proteção da tela imaginária, a relação entre o sujeito e o Outro e entre o sujeito e seus objetos está ameaçada (Guimarães, 2007).

Em seu artigo “Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato”, Miller (2014) indica que a clínica do ato questiona o postulado de que o sujeito do pensamento quer seu próprio bem, segundo Lacan. Na leitura de Miller, o ato suicida é tomado por Lacan como o paradigma do que seria o ato bem sucedido propriamente dito. Haveria algo do sujeito suscetível de não trabalhar pelo seu bem e que, pelo contrário, trabalha para a destruição. Assim, Miller (2014) indica que todo ato verdadeiro, neste sentido, seria um “suicídio do sujeito”, entre aspas mesmo, ao demarcar que ele pode renascer disso, mas renasce diferente. A marca do ato aqui como indicativo de uma transgressão, ao diferenciar de uma agitação ou descarga motora. “É isto que constitui propriamente um ato: o sujeito não é mais o mesmo antes e depois” (Miller, 2014, p. 5).

Nos servimos desta breve teoria da passagem ao ato para refletir sobre o que entraria em cena nestes atos tão violentos. Ondina Machado (2018) aponta a dificuldade de uma abordagem da violência já que não temos uma definição única enquanto conceito. Entretanto, ressalta que ainda que escape ao vocabulário próprio

de nosso referencial psicanalítico não significa que não nos deparemos com isto na clínica.

Não encontramos na psicanálise uma definição fechada de violência, enquanto um conceito. O que Freud nos traz são contribuições sobre a agressividade, entendida como experiência que surge na relação com o outro semelhante, no jogo de identificações e estranhamentos (Machado, 2018). Com a agressividade ligada ao jogo especular “que sou eu, mas que no espelho se configura como um não-eu” (p.21). Machado (2018) indica uma diferenciação conceitual: enquanto a agressividade se endereça ao semelhante, a violência teria como alvo o Outro, instância da alteridade radical. Nesse registro, trata-se de algo que ao mesmo tempo que é Outro, é também algo que não pode ser reconhecido como próprio e, por isso mesmo, é rejeitado no Outro.

Nesse movimento, o que está em jogo é a rejeição de algo que, embora pertença ao sujeito, não pode ser integrado à sua imagem. O que nos aproxima ao objeto *a*, resto irredutível à simbolização, que retorna no Outro sob a forma de uma estranheza. Assim, pode-se dizer que a violência não se reduz à agressividade dirigida ao semelhante, mas se articula à tentativa de expulsão desse resto não assimilável.

Bassols (2012), ao fazer alguns apontamentos sobre a violência contra as mulheres, considera a partir da posição masculina que a passagem ao ato violenta parece se relacionar como uma forma de buscar e golpear no outro aquilo que o sujeito não consegue simbolizar, que não pôde articular com palavras sobre si mesmo. Neste aspecto, caberia verificar apenas caso a caso quais seriam as significações inconscientes envolvidas na irrupção da passagem ao ato.

Nesta perspectiva, Mirat (2020) propõe que uma resposta a partir do referencial psicanalítico diante do feminicídio não estaria na adesão a discursos moralizantes, ou na simples condenação do ato, e sim na elaboração de uma clínica e de um discurso que convidem à simbolização do indizível. Ao retomar Miller, ressalta um “esforço de poesia” como saída possível: colocar em palavras, ainda que não todas, mas algumas, esse gozo que perturba o sujeito buscando na linguagem, algum limite que possa vir a evitar a passagem ao ato.

Capítulo 4 - Entrelaçando leituras sobre a violência

Eu quero presentear
A minha linda donzela
Não é prata nem é ouro
É uma coisa bem singela
Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
E vou mandar pendurar
Na entrada da favela
(...)
Mas se ela vacilar, vou dar um castigo nela
Vou lhe dar uma banda de frente
Quebrar cinco dentes e quatro costelas
Vou pegar a tal faixa amarela
Gravada com o nome dela
E mandar incendiar
Na entrada da favela
(Faixa Amarela - Zeca Pagodinho)

O percurso de nossa abordagem sobre a violência contemporânea dirigida às mulheres nos levou a recuperar as suas raízes históricas, que durante muito tempo esteve naturalizada nas relações conjugais e familiares. A música de Zeca Pagodinho, citada nesta epígrafe, nos traz para a reflexão desta banalização.

No início dos versos, narra que irá fazer uma homenagem e presentear sua amada com uma faixa amarela. A cada refrão exalta que se trata de uma “donzela”, o que nos remete à figura de uma “mulher pura”, virgem, e com seus atributos de beleza sendo exaltados. Quando, de repente, seguindo com o mesmo ritmo alegre das estrofes anteriores que citavam sobre as homenagens, os presentes, etc., diz: “Mas se ela vacilar, vou dar um castigo nela/ Vou lhe dar uma banda de frente/ Quebrar cinco dentes e quatro costelas/ Vou pegar a tal faixa amarela/ Gravada com o nome dela/ E mandar incendiar/ Na entrada da favela”. A música segue com o ritmo alegre de antes repetindo seu refrão, a cantar exaltações à “linda donzela” o que nos traz um retrato de uma violência comum, corriqueira, parece até banal. Assim, a exaltação da beleza da mulher amada por meio de uma declaração de amor tornada pública se transforma em uma grave ameaça de espancamento e de ter seu nome incendiado na “tal faixa amarela” na entrada da favela, que sequer atrapalha o ritmo festivo da música.

Propomos neste capítulo uma retomada dos conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores sobre as posições de “ser” e “ter” o falo em relação ao objeto *a*, retomando o caso da jovem homossexual de Freud, relido por Lacan. Discute-se como as lógicas masculina e feminina lidam com a falta e com a irrupção do objeto, e de modo breve indicaremos um avanço no ensino lacaniano que introduz o feminino “não-todo”, Outro gozo, para além da universalidade fálica. Por fim, visando conjugar leituras sobre a violência apresentaremos uma discussão sobre o cenário de abalo do patriarcado, explorando os efeitos deste abalo na montagem de uma masculinidade viril.

4.1 Objeto *a* e o que perturba a montagem subjetiva

No capítulo 2 visamos localizar as diferentes posições do masculino e do feminino com relação ao falo, entendidos enquanto lógicas estruturais que não correspondem à anatomia. Seguindo neste percurso nos dedicamos a explicitar a teoria da passagem ao ato, como proposto por Lacan, articulando a relação entre sujeito, Outro e objeto *a*. Como nos servir deste aparato conceitual para retomar nossa temática, que perpassa a relação entre homens e mulheres, a partir do estudo do objeto *a*?

Revisitaremos brevemente o caso da jovem homossexual, apresentado por Freud (1920), como paradigma para ilustrar a formalização do objeto *a* e sua relação com as posições de “ser” e “ter” o falo. Lacan, ao retomar Freud, aponta que a relação da jovem com a Dama incluía encontros e passeios pelas ruas de Viena, em que a jovem lhe oferecia presentes e flores. A jovem se comportava como um cavalheiro, aos moldes do amor cortês, em relação à Dama que era elevada a este lugar idealizado, e mantida inacessível. Esta estrutura do amor cortês, como Lacan o lê, revela uma estratégia frente ao objeto, ao visar manter a falta, elevando o objeto à condição de causa de desejo, objeto *a*. Cabe frisar que este não é a Dama enquanto pessoa, mas a posição que ela ocupa na fantasia, que mantém a falta velada e, assim, sustenta o desejo.

Neste aspecto, a jovem dramatiza uma versão do amor cortês uma posição mais “classicamente” ligada à uma posição masculina, do “ter o falo”, identificada ao pai e se dirigindo a uma mulher, como aquele que possui a insígnia fálica. Para Lacan, a jovem se portava como o cavalheiro que tudo sofre por sua Dama.

Freud (1920) interpreta que a adoração da jovem pela Dama ocultava uma identificação com seu pai, a partir de sua decepção por não ter tido um filho dele. Assim, essa identificação leva a jovem a se comportar como aquele que possui o falo e se dirige à mulher, a Dama, um romance que é interpretado como uma demonstração ao pai de como se ama uma mulher (Fuentes, 2009). Lacan retoma a interpretação de Freud de que em sua fantasia ela queria um filho do pai, que ele o teve com sua mãe. Este desejo de ter um filho aparece ligado ao substituto da falta, como um falo. Uma decepção em relação ao Outro paterno de quem esperaria receber um substituto do falo (Fuentes, 2009). Ao fracassar na realização deste desejo “coloca-se naquilo que ela não tem, o falo, e para mostrar que o tem, ela o dá” (Lacan, 1962-63/2005, p. 138). Seu comportamento em relação à Dama possibilita que ela realize seu desejo ao comportar-se, como pontuou Freud, como um cavalheiro em relação à sua dama, adotando este comportamento tipicamente lido como masculino.

Contudo, no plano da relação com o pai, a jovem ocupa o lugar de “ser o falo”, enquanto objeto privilegiado de amor, aquele que completaria o Outro. Assim, a jovem frustrada em relação ao falo negado pelo pai, havia encontrado um meio de manter seu desejo pela via da relação imaginária com a Dama (Lacan, 1956-57/1995). No momento em que a Dama a rejeita, não pode mais sustentar coisa alguma, como pontua Lacan: “O objeto está definitivamente perdido, e este nada em que ela se instituiu para demonstrar ao pai como se pode amar nem tem mesmo mais razão de ser. Naquele momento ela se suicida” (Lacan, 1956-57/1995, p. 150).

No capítulo anterior, desenvolvemos este ponto em que a passagem ao ato da jovem acontece, como pontuado por Lacan. Interessa aqui recuperar a posição de “ter o falo” que ela se coloca na relação com a Dama. Esta relação visava encobrir o modo como a jovem se localizava em relação ao olhar do pai, ligada ao lugar privilegiado como objeto de amor do pai, que busca completar aquilo que falta ao Outro. Neste aspecto, a montagem entra em risco quando esta posição, de “ser o falo” do pai, entra em choque com a censura sentida pelo olhar que o pai lança sobre ela e a Dama, que acaba destituindo-a deste lugar privilegiado. Ao cair deste lugar idealizado, se lança aos trilhos do trem:

(...) o singular do caso é a identificação fundamental da jovem com esse resto do Outro, cuja presença é sinalizada pela angústia.

Assim, quando o objeto que ela mesma é para o Outro aparece em sua crueza real, como resto, a jovem passa ao ato suicida realizando sua identificação com esse resíduo (Fuentes, 2009, p. 166).

A partir deste caso, podemos articular as duas posições, de “ser” e “ter” o falo, em relação ao objeto *a*. No campo da sexuação, Lacan indica que a lógica masculina tende a se estruturar segundo a montagem fetichista, enquanto a lógica feminina se aproxima da erotomania. Neste ponto, o que acontece quando o objeto *a* invade a cena? Propomos a experimentação deste modelo como instrumento de leitura a fim de ilustrar como se estrutura o jogo dessas posições quando a falta vem a faltar, gerando angústia.

Do lado do “ser o falo”, o jogo acontece a partir da posição de se colocar como aquilo que falta ao Outro que, quando radicalizado, pode levar à posição de existir apenas enquanto pedaço, enquanto resto. O mecanismo de redução da mulher ao objeto *a* está ligado ao modo fetichista masculino, de apenas se relacionar com o corpo do Outro de modo parcializado, aos pedaços.

Ao nos apoiarmos no conceito de objeto *a*, consideramos que este nos ajuda a entender a montagem que se apresenta de modo diferente no masculino e no feminino no momento em que a falta vem a faltar. De modo estrutural, ao se deparar com este objeto que se apresenta quando deveria estar ausente há a perturbação da cena subjetiva, neste sentido, qualquer sujeito está suscetível à experimentação da angústia. Vimos que o objeto *a* se constitui como resto da operação da entrada do sujeito na linguagem. Ao se apresentar como elemento símbolo da falta constitutiva do sujeito que perturba a cena ao se fazer visível, quando este deveria permanecer velado.

Entretanto, a depender de cada montagem subjetiva, os modos de resposta podem ser muito variados, a depender do modo de localização desta significação passar pelo feminino ou pelo masculino. Podemos compreender que diante da não complementaridade entre sujeito e objeto, cada modo de se localizar no feminino ou no masculino lida com o objeto de uma maneira específica. Cabe ressaltar que estas posições referidas ao feminino e masculino acionamos aqui como um artifício para pensarmos a questão do objeto *a* na experiência subjetiva, que elegemos para nos aproximar da abordagem da estrutura da passagem ao ato. Estamos certos de

que estas coordenadas não são correspondentes à totalidade dos modos de subjetivação, tanto em relação ao masculino como ao feminino, já que não há como falar neste tipo de correspondência ao sexo.

Em uma abordagem mais ligada à tradição, do lado do “ser”, a mulher se porta como aquela que aceita o lugar de ser a dama, mas neste jogo de que para o masculino é condição fetichizar, ou seja, abordá-la apenas enquanto “pedaço de corpo”, e não como semelhante, parceira.

“Ser” o falo de Outro pode ser um lugar complicado, pois a mulher precisa consentir com este lugar de ser objeto. Caso a mulher venha a não responder mais apenas deste lugar de objeto de fruição do homem, e sim em posição de sujeito de desejo, isto pode levar à desestabilização desta montagem fálica. Do lado das mulheres, ao se fazer amar e desejar pelo que não é, para obter o falo desejado. Neste modelo, o lugar de “ser o falo” a localiza mais dependente dos signos de amor do parceiro e apresenta seu caráter erotômano (Tendlarz, 2011).

Como abordado no segundo capítulo, uma montagem subjetiva masculina apresentada por Freud trouxe mais comumente uma bifurcação da corrente do amor e do desejo, o que leva à degradação do objeto. Assim, a mulher que estaria neste lugar de objeto *a* na fantasia corresponderia à mulher “sem valor”, nomeada classicamente como “prostituta”, mas que se liga àquela que possui uma sexualidade mais liberada, que é colocada neste lugar de mulher degradada com quem o homem pode desempenhar seu desejo sexual. A mulher neste lugar fetichizado, não pode apresentar seu desejo sob o risco de perturbar a montagem. Sua manutenção neste jogo depende de se manter de modo passivo. Para o sujeito que se organiza segundo essa montagem, ocupar ou se aproximar ao lugar da posição passiva e de objeto pode levar a uma desestabilização da cena subjetiva de sua identidade viril, que seria vista como uma feminização.

Aqueles que se identificam nesta posição masculina, acreditam se proteger do perigo da castração ao se identificarem como aqueles que possuem as insígnias do falo (Lima, 2022), ligado àquele “que tem toda a aparência de haver escapado ao perigo, ou seja, o pai” (Lacan, 1957-58/1999, p. 363). Entretanto, a virilidade não é garantida pela posse efetiva, assim, “um homem só é viril por uma ‘série

infinita de procurações’ advindas da tradição, mas que nunca se realizam efetivamente no sujeito” (Lima, 2022, p. 34). Assim, a montagem de um masculino viril passa pelas procurações que recebe do pai, que deixa entrever uma máscara que busca proteger o seu ter e buscar ocultar a ausência do falo no corpo do macho, trata-se de parecer ter o significante fálico (Lima, 2022).

Esse ponto nos leva a um deslocamento importante introduzido por Lacan, a partir do Seminário 10, ao apontar que à mulher nada falta. Miller (2005), acompanhando o percurso de Lacan neste seminário, assinala que o feminino então não se define pela ausência do falo e não se encontra reduzido à lógica da castração, que se aplica à posição masculina. Discorrendo que enquanto o homem se vê atormentado pela angústia de perder o falo ao experimentar uma espécie de “angústia de proprietário”, ao tender a confundir o falo com o órgão, a mulher, por outro lado, não está inteiramente submetida à lógica da falta fálica (Fuentes, 2009).

Nesta perspectiva, Vorcaro e Lima (2018) esclarecem que a tentativa de organizar o gozo a partir do “ser” e do “ter” acabou se mostrando como falha, já que há homens que procuram ser o falo e há mulheres que buscam tê-lo, contrariando a suposição de que haveria uma cristalização destas posições, a partir de ideais socialmente partilhados. De modo breve, citaremos na seção seguinte as fórmulas da sexuação que traz esta abertura no ensino de Lacan ao abordar modalidades distintas de gozo que descolam da correspondência a um binário, apontando um resto de gozo que escapa à mediação fálica.

4.2 Algumas pistas sobre o feminino não-todo

Não há a mínima realidade pré-discursiva, pela simples razão de o que faz coletividade, e de que chamei os homens, as mulheres e as crianças, isto não quer dizer nada como realidade pré-discursiva. Os homens, as mulheres e as crianças não são mais do que significantes. (Lacan, 1972-73/1985, p. 38)

Freud já apontava que não havia um caminho previamente traçado para o desenvolvimento da sexualidade. No Seminário 11, Lacan adverte “no psiquismo não há nada pelo que o sujeito se pudesse situar como ser de macho ou ser de fêmea [...] o que se deve fazer, como homem ou mulher, o ser humano tem sempre que aprender, peça por peça, do Outro” (Lacan, 1964, p. 200). Dessa maneira, para

constituição do sujeito é necessário que exista um Outro a quem se possa recolher algumas significações a partir de uma dupla operação, uma alienação inicial e um posterior movimento de separação que resultam em soluções singulares para cada um, como recolhemos em capítulos anteriores.

Seguindo este ponto, a atribuição do Outro e consentimento do sujeito são dois fios com os quais se enodam a operação simbólica da sexuação proposta por Lacan, como salienta Bassols (2022). Desse modo, não há como falar em uma identidade prévia. Assim, a anatomia não é indiferente, mas por si só não estabelece uma identidade. Grinbaum (2016), de modo sucinto, localiza que a sexuação é um ponto de chegada após um percurso e não um ponto de partida. Afinal, a anatomia não responde a pergunta do “quem sou?” ou “o que o outro quer de mim?”

Em “Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina”, Lacan já indagava “se a mediação fálica drena tudo o que pode se manifestar de pulsional na mulher” (Lacan, (1960/1998, p. 739) indicando um limite da representação. Acompanhando o percurso de seu ensino, avança em suas elaborações ao localizar o feminino para além deste ponto entre ser/ter o falo, que mantinha sua definição pela referência fálica, em função da castração (Brousse, 2012) e aponta para a ausência de um significante que consiga dizer a mulher.

No Seminário 20, Lacan irá desenvolver a noção de sexuação a partir do uso da lógica para desenvolver sua elaboração teórica da diferença sexual. Neste momento de seu ensino formaliza esta diferença por meio de duas modalidades distintas de gozo, que se ligam à forma como o sujeito responde ao complexo de castração. De seu conceito de gozo podemos depreender a experiência de uma satisfação pulsional, seja pelo prazer ou pela dor.

“Quem quer que seja ser falante, se inscreve de um lado ou de outro” (Lacan, 1972-73/1985, p. 85). Propõe de um lado um gozo fálico que localizou o “lado homem”, e o “lado mulher” como aquele que experimenta um Outro gozo, ilimitado. Neste quadro das fórmulas da sexuação¹¹ o lado esquerdo do quadro indica o “lado homem”. Assim, deste lado, há um funcionamento fundado pela lógica do universal, “todo homem” está submetido à castração, com uma exceção à regra. Existe pelo menos um que não é castrado. A figura da exceção é a do pai da

¹¹ As fórmulas da sexuação são apresentadas de forma resumida apenas para pontuar este avanço no ensino de Lacan que será apresentado no Seminário 20, Mais ainda, e em “O aturrito”.

horda, descrito por Freud em Totem e tabu, que gozava de todas as mulheres. Logo, o funcionamento fálico será logicamente definido a partir da universalidade (Brousse, 2012). Haveria um universal da castração. O que confirmaria esta regra seria a exceção que o pai da horda encarna: há um que escapa à castração. Vieira (2009) salienta que a falta do pai é uma presença da exceção que mantém a corporação dos irmãos unida, neste sentido, a leitura é de que a falta não destrói o laço e sim o institui: “a exceção funda a regra”. Assim, o gozo fálico é inscrito por Lacan a partir destas coordenadas que apontam ao exercício de um gozo que tende a constituir um universal robusto a partir de algo que se marca como um ponto de exceção¹².

Nesta orientação, o feminino não responderia à mesma lógica de um conjunto definido, não haveria como afirmar uma universalidade sobre o feminino a não ser indo para o lado fálico (Brousse, 2012). Este momento do ensino marca uma posição em que não se trata mais de uma aparente simetria como havia anteriormente nas posições masculina e feminina de mascarar a falta ou se proteger da falta (Brousse, 2012). Haveria então uma descompletude que Lacan marca ao pensar um feminino para além do funcionamento fálico, do “em geral para todos, ligado ao fato de que a sexualidade feminina só pode expressar-se no registro da linguagem e, portanto, no registro do semblante”. (Brousse, 2012, p. 17).

Há uma marca da alteridade do feminino que não se identifica a nenhum significante (Riguini & Marcos, 2018). A dimensão do feminino “não todo” em relação ao gozo fálico leva a um gozo suplementar, que excede o limite do simbólico nomeado como Outro gozo. Miller (2016) aponta que do lado masculino haveria um limite, uma delimitação e do lado feminino não podemos dizer exatamente que não haja um limite, apenas que não se sabe dizer onde ele se encontra. Neste aspecto há algo no lado feminino no qual o “limite não é localizável da mesma forma, na medida em que não pode ser deduzido de uma exceção” (p. 19).

¹² Vieira (2009) indica como “o exercício de um gozo que tende a fazer grupo, a encher maracanãs ao constituir um universal robusto a partir de algo que a ele se excetua. Sintetiza-o na proposição: “havendo exceção há Todo”. Para as mulheres, reserva um acesso privilegiado a um gozo ligado justamente à suspensão da função de exceção. Realizando uma subversão da lógica clássica, em vez de assinalar que ‘não havendo exceção, não há Todo’ ele afirma não havendo exceção há nãotodo” [grifo do autor] (p. 100).

O aforisma lacaniano “A mulher não existe” condensa esta leitura de que não há um significante que diga A mulher, no sentido de um referencial universal. Aponta que o feminino permanece como uma ausência que não cessa de não se escrever na linguagem (Fuentes, 2009). Lacan sugere que “tudo pode ser imputado à mulher, já que na dialética falocêntrica, ela representa o Outro absoluto” (Lacan, 1962/1998, p. 741). Neste aspecto, o ponto de alteridade do gozo feminino se coloca para ambos, seja daqueles que se localizam do lado dito masculino ou do lado dito feminino.

Além das leituras que sustentamos até aqui, propomos uma ampliação de interpretação mais ligada à análise do contexto atual a fim de somar perspectivas que nos aproximem da violência dirigida ao feminino. Exploraremos a seguir a interpretação de um abalo no referencial patriarcal, no momento atual, visando investigar uma masculinidade viril que estaria mais rigidamente atrelada à tradição. A saída pela passagem ao ato violenta poderia estar relacionada a este abalo?

4.3 O abalo do patriarcado e a masculinidade viril

A partir do dicionário de psicanálise, de Roudinesco e Plon (1998), recuperamos a definição do patriarcado como sistema político-jurídico em que a autoridade e os direitos sobre os bens e as pessoas se concentram nas mãos do homem que ocupa a posição de pai fundador. Assim, nesta estrutura do patriarcado há um exercício desigual de poder em que a figura masculina ocupa lugar privilegiado, de superior hierárquico frente aos demais componentes da família. Este sistema possui uma estrutura profundamente enraizada em nossa sociedade e que reconhece historicamente um lugar de poder aos homens e um lugar de submissão às mulheres.

Gerda Lerner, em *A Criação do Patriarcado* (1986/2019), já alertava sobre a importância de conferir historicidade ao conceito de patriarcado, já que uma definição limitada acaba impedindo a compreensão deste enquanto um processo, que segundo a autora, levou mais de dois mil anos para ser construído. A autora ressalta a importância de conceder historicidade a este sistema patriarcal, de modo a não perdermos de vista que mesmo que sua manifestação e estrutura também permite mudanças ao longo do tempo, sendo esta uma forma de romper com isto

que se marca do lado da tradição. Ao afirmar que “essa tradição mistificou o patriarcado, tornando-o ahistórico, eterno, invisível e imutável” (Lerner, 2019, p. 69). E sim que, justamente ao pensarmos neste enquanto um sistema passível de mudanças permitiu a avaliação crítica deste sistema. Possibilitando, inclusive, abrir a oportunidade para reconhecer a participação das próprias mulheres na manutenção e sustentação deste sistema.

O modelo patriarcal garantia aos homens um lugar central e de prestígio, no exercício do trabalho, ao reiterar uma suposta superioridade em relação às mulheres, centralizando o poder sobre o núcleo familiar. Uma posição garantida pela tradição que matinha o homem neste lugar privilegiado, como aquele que detinha o poder, “chefe da sociedade conjugal”, como recuperamos previamente.

Cabe ressaltar que o conceito de patriarcado não apresenta uma definição consensual e estabelecida. Diferentes campos do conhecimento irão recolher seus efeitos e históricos de modos diferentes. O que visamos assinalar é que este modelo tradicional, patriarcal, que durante longo período encarnou os ideais da lei e da moral, encontra-se abalado e nos leva a refletir sobre a perda de centralidade da imago paterna como suporte de autoridade.

Lacan em “Os complexos familiares na formação do indivíduo” já assinalava um declínio da imago paterna. A figura paterna contemporânea seria sempre de alguma forma carente, ausente, humilhada, dividida, postiça. “Seja qual for o seu futuro, esse declínio constitui uma crise psicológica. Talvez seja com essa crise que convém relacionar o aparecimento da própria psicanálise” (Lacan, 1938/2003, p. 67). Abordamos no segundo capítulo sobre as saídas do Édipo, com a montagem do masculino passando por uma identificação ao pai de quem o menino guarda sua credencial no bolso, uma promissória para o futuro (Lacan, 1957-58/1999, p. 176). Na sociedade atual a figura idealizada que sustentava esta autoridade se apresenta esvanecida (Bonfim, 2021).

A fim de retomar nosso fio de abordagem do fenômeno da violência dirigida às mulheres, abordaremos a pesquisa realizada por Cordeiro (2013), a partir do referencial psicanalítico, que investigou em grupos reflexivos as possíveis causas do não reconhecimento da Lei Maria da Penha por parte dos sujeitos processados por suas companheiras. Cabe salientar que não se tratavam de acusados de feminicídio, ou de tentativa de feminicídio, eram autores de outros tipos de

violências, que não havia chegado a este desfecho radical. Estes eram encaminhados pelo juiz aos grupos reflexivos, enquanto uma das medidas protetivas previstas no artigo 22 desta lei. A autora recolhe, então, uma contestação da parte deles sobre uma suposta inversão que a Lei Maria da Penha teria causado no terreno familiar, já que antes eles sentiam que possuíam o poder. Uma das falas dos participantes nos chamou a atenção e ilustra este questionamento: “precisamos avaliar quem é o verdadeiro transgressor, nós por descumprirmos a medida protetiva ou a lei por transgredir os costumes e o jeito homem de ser” (Cordeiro, 2013, p. 150).

O questionamento e a dificuldade de entendimento da lei aparecem quando estes não se viam como “transgressores” e se sentiam “vítimas” ao verem retirados seus “direitos de homens”. Um dos participantes do grupo expressa o que para ele se apresenta como um difícil enfrentamento:

A gente sempre estive no topo, agora mulher faz o que a gente sempre fez. Estou perdido, não sei o que fazer. Antigamente, o homem só olhava e a mulher já sabia que algo estava errado e procurava logo seu lugar. Hoje ela faz o que quer! (Cordeiro, 2013, p. 120)

A autora recolheu destas falas certa desorientação do que consideravam “seu ser e fazer de homem”. Alguns deles se percebiam surpresos ao ter a notícia de que o que haviam feito se tratava de um crime. Importante ressaltar que Cordeiro (2013) recolhe que os participantes apontaram que a lei estaria interferindo no modo de ser homem, o que capturou sua atenção ao questionamento que surgiu no grupo de onde estaria a transgressão: eles que transgrediram a lei ou a lei que transgrediu os costumes?

Curioso observar o modo como expressam uma naturalização da submissão da mulher ao homem, legitimando que os maridos pudessem controlá-las e mantê-las sob seus comandos. Mais do que apenas poder tomar atitudes violentas e de coação sobre suas companheiras, isto assinala o reconhecimento de uma disparidade de poder que garantia ao homem um lugar privilegiado, como apareceu na fala “a gente sempre estive no topo”. Além disso, realça o que recolhemos no início desta pesquisa de que o marido pudesse gritar, empurrar, xingar, chantagear e até mesmo agredir com o respaldo sob o dito popular de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

Como desenvolvido na introdução desta pesquisa, foi somente a partir de 2006, com a Lei Maria da Penha, que estes atos violentos contra as mulheres passaram a ser considerados crime, e não mais vistos como infrações menores, que acabavam gerando aos agressores penas alternativas como o pagamento de cestas básicas, por exemplo. Levando este ponto em consideração, receber a nomeação de ser um “criminoso” soou como algo da ordem do impensável (Cordeiro & Cohen, 2012). Segundo os entrevistados, a resolução acerca dos conflitos nas relações conjugais, que poderiam se valer ou não de atos violentos, era da “competência de quem paga as contas da casa”, ou seja, eles próprios, e não do âmbito jurídico. Partindo de uma orientação psicanalítica, as pesquisadoras recolhem que essa fala parece tentar resgatar a identificação viril perdida e o “bate-se em uma mulher”, “que é minha”, aparece como uma desesperada tentativa de domínio do falo perdido (Cordeiro & Cohen, 2012).

O modelo patriarcal, em referência anterior à modernidade, reservava ao homem a vida pública e à mulher a vida privada. Os ideais ofertados pela cultura mantinham os lugares destinados ao homem e à mulher dentro de referenciais bem estabelecidos. Havia pouco espaço para questionar os lugares atribuídos a cada uma dessas identificações e seus papéis correspondentes. Cabia à mulher ficar responsável pela manutenção do lar, pelos cuidados aos filhos, à família e ao marido, ao qual deveria se submeter. Para o homem o trabalho se apresentava como um lugar de destaque na sociedade, restando à mulher o trabalho não-remunerado e invisibilizado dos cuidados familiares e afazeres domésticos.

Retomando a leitura que fizemos das montagens masculina e feminina, podemos dizer que aquele identificado com o masculino parece estar perdendo o seu status privilegiado. Dado que o Outro já não possui a mesma consistência anterior, o que vemos é um abalo na tradição que sustentava esta posição.

Do lado da mulher, a sustentação desta posição passiva, de ser apenas objeto já não é mais tão tolerada. Com as mudanças que recolhemos, em grande parte fruto da luta feminista, as mulheres passam a reivindicar uma posição de sujeito de desejo, e essa virada pode estremecer a montagem viril. Como recolhe a pesquisa de Cordeiro (2013), destes que acabaram ficando sem saber como responder diante dessa presença que pode se apresentar como ameaçadora ao aproximá-lo de uma condição de objeto, o que é mal tolerado na montagem masculina.

Neste sentido, propomos refletir sobre um ideal de virilidade que estaria em crise. Um ideal de virilidade que reconhecemos que não podemos resumir a uma correspondência a identificação masculina, já que não é possível dizer que a masculinidade se resume a esta manifestação viril rígida. Assim, trataremos aqui de uma identificação a este modelo que comporta o desempenho da demonstração de poder, coragem, potência sexual, ao incluir ainda aptidão para o exercício da violência e desprezo pelas emoções (Bonfim, 2020). Este ideal carrega o peso de uma exigência de se estar à altura deste padrão, ao demonstrar uma face do supereu feroz que impõe estas exigências e denuncia sua impossibilidade (Bonfim, 2020). Este ideal carrega consigo a sombra do temor da castração.

Vinícius Lima e Ângela Vorcaro (2018) apontam que o ideal viril se liga a tentativa de fazer “Um Todo fálico”, pela crença no semblante, e avançam assinalando que

é acreditar também que o semblante fálico vale no real e, por essa crença, tentar fazê-lo valer no real a todo custo, mesmo que desemboque em violência e segregação – o que, na verdade, já atesta seu próprio fracasso. Assim, essa crença no semblante, que localizamos (...) envolve o desconhecimento de que os avatares fálicos já são uma forma de suplência por velarem um nada, um buraco, que aparece para além do órgão, denunciado em sua insuficiência (p. 38).

Flávia Bonfim (2020) a partir de seu estudo sobre a masculinidade viril aponta para o cenário de declínio viril como um possível gerador de uma resposta violenta. A hipótese sustentada pela autora é a de que o uso do discurso de ódio, da força bruta, e da truculência observada na violência contra as mulheres, pode ser pensado como uma tentativa de visar garantir a estrutura de ficção da virilidade desde sempre perdida.

Dizendo de outro modo: frente ao declínio viril, alguns homens têm reagido assumindo posições mais radicais e extremistas, excessivamente machistas e fundamentalistas, pautados na hierarquia entre os sexos, bem como num rechaço da diferença, como uma estratégia de defesa. (Bonfim, 2020, p. 22).

Neste sentido, Vinícius Lima localiza que a abordagem a partir da psicanálise pode convidar a tomar o masculino no avesso de sua virilidade ao indicar que a experiência analítica nos dá acesso à divisão subjetiva, ao ponto mais íntimo em que o ideal de ter o falo, parte do engodo viril, já não é suficiente para responder pela posição de um sujeito: “a crença no viril se torna associada a uma fé

nos ideais normativos, que produzem o encadeamento do discurso segundo a ordem do significante-mestre e de suas exigências de coerência identitária” (Lima, 2022, p. 407).

Lima (2022) recolhe de Lacan sua interpretação do caráter cômico do falo e de uma virilidade que nunca é plenamente assegurada. Ao que a virilidade só se apresenta ao sujeito a partir de sua crença em uma promissória paterna, sendo uma promessa furada já que o Outro, frente a sua incompletude, não é capaz de garantir a um sujeito sua masculinidade, sendo esta frágil e precária por estrutura (Lima, 2022).

Assim, ainda que vise ocultar a castração, está sempre reaparece lembrando o sujeito dos fracassos do engodo viril nesta identificação com o ideal de ter o falo. Nesta leitura, a cultura ocidental patriarcal liga os homens a posições de poder e autoridade que lhes dão a ilusão de uma identidade estável e coerente, entretanto, Lacan assinalou: “não há virilidade que a castração não consagre” (Lacan, 1958/1998, p. 742). O que leva Lima (2022) a sustentar que a virilidade pode marcar uma posição de desconhecer a própria falta fálica baseada na suposição ilusória de posse que a todo instante está sob ameaça.

Encontramos na perspectiva de Segato (2025) um ponto de contato que consideramos interessante para refletir sobre este aspecto de uma montagem masculina sob constante ameaça. Rita Segato é uma antropóloga argentina feminista que possui uma vasta produção sobre o estudo da violência dirigida às mulheres. A autora trabalhou durante muito tempo pesquisando homens que estavam presos no Brasil respondendo por crimes de estupro contra mulheres. Escolhemos esta autora para aproximar das elaborações que estamos recolhendo sobre o ideal viril por se tratar de uma antropóloga que busca dialogar com os referenciais psicanalíticos, ainda que assinale seus pontos de discordância e entenda que a antropologia e psicanálise partem de diferentes pontos de orientação.

A intenção de propor este diálogo marca nosso entendimento do caráter multifatorial e transversal da violência contra as mulheres, que nos leva a adotar uma análise que também seja multifatorial e transversal (Bassols, 2017) para nos aproximar das condições que levam a esta manifestação.

Para Segato, a violência apareceria onde o poder está em risco. Nesse sentido, assinala que o violador não atua porque detém o poder e sim justamente porque deve estar constantemente obtendo. Podemos retomar neste ponto o aspecto do cômico que Lima (2022) ressalta ao denunciar a insuficiência da tentativa de reduzir o significante fálico ao órgão dito masculino ou aos semblantes imaginários de potência. Como Lima (2022) enfatiza, com base no que Lacan propõe, sobre o caráter cômico da virilidade que ainda que se esforce por encobrir a castração, a falta fálica se deixa entrever nas frestas da ostentação viril:

esta tenta negar ou dissimular algo – a castração – que a todo instante transparece, evidenciando o fracasso da empreitada da virilidade em se fazer um corpo íntegro e sem furos, isto é, dotado de falo e não marcado pela falta, tampouco pela alteridade. Diante da ameaça de castração, que opera como elemento pivô na assunção da masculinidade, a virilidade se caracteriza pela tentativa de responder a essa ameaça pela via do desafio ao limite, a exemplo da exibição viril que, negando sua castração, desafia a suposta ameaça do Outro de lhe tomar sua posse ou de castrar seu gozo (Lima, 2022, p. 16).

Segato (2025) recolhe é que visando manter o status da masculinidade que, por não ser algo inato, está em risco e deve ser conquistado todos os dias (Segato, 2025). Nesta leitura, a busca de domínio por meio da violência surgiria mesmo da tentativa de se visar conquistar o poder, e não em razão de possuí-lo.

Ao se dedicar mais especificamente ao crime de estupro, Segato (2025) recolhe que há um componente de demonstração de força e virilidade perante uma comunidade de pares com o objetivo de garantir ou preservar um lugar entre eles, provando-lhes que se tem competência sexual e força física. “Em outras palavras, o sujeito não estupra porque tem poder ou para demonstrar que o tem, mas porque deve obtê-lo” (Segato, 2025, p. 48).

O status masculino, como demonstrado em um tempo filogenético pelos rituais de iniciação dos homens e pelas formas tradicionais de acesso a ele, deve ser conquistado por meio de provas e superação de desafios que, muitas vezes, exigem até contemplar a possibilidade da morte. Como esse status é adquirido, conquistado, há o risco constante de perdê-lo, e portanto, é preciso assegurá-lo e restaurá-lo diariamente (Segato, 2025, p. 45).

Segato cita as autoras brasileiras Heleieth Saffioti e Suely de Almeida para demonstrar este entendimento de um sentimento de inferioridade e uma

“masculinidade danificada” (p. 46) como fundamento que está por trás desta violência. Nesta perspectiva, sua leitura sobre o estupro se liga a “uma extensão do comportamento normativo masculino, resultado da adaptação aos valores e prerrogativas que definem o papel masculino nas sociedades patriarcais” (Segato, 2025).

A autora propõe não apenas um eixo de uma hierarquização vertical da violência que aborda a relação entre o agressor e a vítima, mais comumente explorada. Acrescenta ainda uma lógica horizontal, que se dá a partir do reconhecimento de outros homens, o que ela nomeia como uma “corporação masculina”. Esta corporação funda e preserva o pacto masculino que é composto por ações de desempenho e pertencimento e hierarquia dentro da fratria masculina.

Este eixo horizontal proposto pela autora nos levou a retomar a cena mítica proposta por Freud em Totem e Tabu do assassinato do pai primordial através da aliança entre os irmãos. Freud utilizava dos mitos como um recurso para ler os fenômenos daquilo que ele observava na clínica. Totem e tabu é fruto dos seus esforços visando lançar luz sobre a pré-história da civilização. Este escrito buscava localizar elementos que estruturam o psiquismo desde os tempos antigos e o que estaria na base da fundação do pacto social. Após uma investigação bibliográfica sobre os povos primitivos e diferentes tribos organiza dois aspectos: a organização em torno de um animal totêmico, o totem que seria adorado e temido, e o tabu, que seria o tabu do incesto.

O texto de Totem e Tabu (1912-1913) de Freud apresenta a cena de uma tribo primordial¹³ que se organizava a partir da figura de um macho dominante que submetia todos os seus filhos aos seus comandos, o pai da exceção, e que somente este poderia usufruir das mulheres. Em um dado momento, os filhos se unem para matá-lo e realizam um novo pacto fraterno. Surge assim a primeira forma de contrato. O totemismo seria uma expressão da tentativa dos filhos de reconciliação com o pai morto (Gomes, 2018).

¹³ Vieira (2013) postula que o texto de Freud deve ser entendido em um plano “mítico-estrutural”, como uma narrativa que condensa leis básicas da subjetivação do homem e sua relação com o social, e não em um plano histórico-evolucionista como se tivesse de fato acontecido. Colocando-nos diante daquilo que perpassa os efeitos da cultura no processo de subjetivação e nos pareceu interessante dar relevo ao lugar destinado às mulheres neste mito.

Com este mito, Freud encarna na exceção paterna a necessidade estrutural da falta, sendo a falta do pai uma presença da exceção que mantém a corporação dos irmãos unida. Nesta leitura, a exceção funda a regra e a falta não destrói o laço, e sim o institui (Vieira, 2008). Recolhemos algumas leituras críticas que levantam apontamentos acerca do lugar das mulheres no mito de Freud como: Gomes (2018); Campo (2019); Rivera (2023). Campo (2019) investiga a constituição da subjetividade masculina e sua relação com a violência contra as mulheres a partir de uma leitura crítica do artigo de Totem e Tabu de Freud. Em sua análise destaca o lugar central que ocupam os homens e a invisibilização das mulheres no surgimento das sociedades primitivas, analisando a instauração do poder patriarcal no início da cultura que legitimaria o direito masculino.

Rivera (2023) realiza uma leitura deste mito salientando que as mulheres não aparecem no relato senão no lugar de objetos de posse ilimitada do pai da horda primitiva, sem espaço para serem nomeadas ao lado dos irmãos que fundam a fratria. Anterior ao ato fundante do assassinato do pai existe nesta narrativa outro ato: “o da objetificação abusiva das mulheres por parte do pai perverso” (Rivera, 2023, p. 4). A autora sinaliza que a reverência do Totem e a obediência aos tabus que servem de modelo etnográfico para o pacto social cegam estes que se reconhecem irmãos, passando despercebida a violência que o corpo feminino é objeto (Rivera, 2023).

Neste ponto, observamos uma aproximação deste modelo da fratria à leitura da “corporação masculina”. O que recolhemos desta articulação que a mulher na cena mítica freudiana aparece como objeto de posse símbolo da posição do pai perante os demais. Em uma aproximação de leitura, a “corporação masculina”, como nomeada por Segato (2022), não apenas mantém o exercício da dominação sobre as mulheres, como também participa protegendo e preservando o pacto fundacional entre homens, tal como aquele selado na fratria, que Freud descreveu.

A partir de seu longo percurso de pesquisa, Segato recolhe uma chave de leitura importante sobre o patriarcado, ao centralizar o crime de estupro como paradigma para as demais violências de gênero, ao localizar que o estuprador é

cumpridor de um mandato: o mandato da masculinidade, desenvolvido em seu livro “Estruturas elementares da violência”¹⁴ (2025).

Ao refletir sobre o feminicídio, Rita Segato (2006), aponta que a intenção inicial ao propor este termo, e das linhas do feminismo que o incorporaram, perpassa por desmascarar o patriarcado como uma instituição que se sustentava no controle dos corpos e na capacidade punitiva sobre as mulheres, evidenciando a dimensão política estes assassinatos de mulheres como resultado desse controle e punição. Assim, a relevância desta nomenclatura é ressaltada como uma politização destes homicídios com ênfase em sua ligação com o sistema patriarcal, pois segundo Segato (2006), poder e masculinidade estão alinhados e impregnam o desprezo pelo corpo feminino e dos atributos da feminilidade.

Ao discorrer sobre a nomeação de feminicídio indica a ligação destes crimes com o que chama de “crimes de ódio”, e dentro dessa perspectiva aponta para o ódio em consequência da infração feminina a duas “leis do patriarcado”: a norma de controle ou posse sobre o corpo feminino e a norma da superioridade masculina. Partindo desses princípios para indicar que a reação de ódio seria desencadeada quando

uma mulher exerce autonomia no uso de seu corpo, desacatando regras de fidelidade ou de celibato – a célebre categoria dos “crimes contra a honra” masculina – ou quando a mulher alcança posições de autoridade ou poder econômico ou político tradicionalmente ocupadas por homens, desafiando o delicado equilíbrio assimétrico. Nesses casos, as análises indicam que a resposta pode ser a agressão e seu resultado, a morte. (Segato, 2006, p. 4, tradução nossa¹⁵).

A intenção de propor este diálogo com Rita Segato (2025) assinala um interesse de ampliar a discussão acerca da violência dirigida às mulheres por percebemos alguns pontos de contato com o referencial psicanalítico, ainda que sua abordagem proponha maiores generalizações. A construção teórica que fizemos

¹⁴ Obra originalmente publicada em espanhol, em 2003. A edição que tivemos acesso foi lançada no início de 2025 pela Bazar do Tempo, responsável pela edição brasileira.

¹⁵ la mujer ejerce autonomía en el uso de su cuerpo desacatando reglas de fidelidad o de celibato – la célebre categoría de “crímenes contra la honra” masculina -, o cuando la mujer accede a posiciones de autoridad o poder económico o político tradicionalmente ocupadas por hombres, desafiando el delicado equilibrio asimétrico. En estos casos, los análisis indican que la respuesta puede ser la agresión y su resultado la muerte. La intencionalidad de matar o simplemente herir o hacer sufrir no define diferencias: en esta perspectiva, a veces el feminicidio es un resultado no deliberadamente buscado por el agresor.

neste percurso investigativo buscou não perder de vista a dimensão da singularidade presente nestes casos que desembocam em uma violência extrema. A obra de Rita Segato sobre as estruturas elementares da violência é extensa, e nos desviaríamos de nosso objetivo, apenas quisemos assinalar uma abertura interessante de diálogo para estudos futuros.

Por fim, gostaríamos de recuperar o que Iannini (2024) aborda com um questionamento acerca de uma psicanálise para o século XXI, ao localizar que, apesar de não caber um exercício de futurologia, é possível dizer sobre o que ela não pode ser.

(...) ela não pode ser indiferente às camadas de mundo, aos sedimentos, aos horizontes, às ruínas de nosso tempo. Não pode ser insensível às múltiplas formas contemporâneas de segregação, não pode ser indiferente às diversas lutas por reconhecimento, tais como as lutas antirracistas; não pode ser insensível às conquistas e aos desafios das novas formas de viver e de pensar o corpo, o gênero e a sexualidade; não pode ser alheia ao pensamento pós e de(s)colonial e ao que significa fazer psicanálise no contexto brasileiro (Iannini, 2024, p. 78)

Longe de buscar uma única resposta sobre o tema, acreditamos que não se trata de chegar a uma única explicação, e sim reunir o que participa de uma dinâmica complexa, visando recolher algumas pistas interpretativas sobre este ponto de violência radical que se apresenta tão frequente, cotidianamente.

Conclusão

“A mulher de dentro de cada um não quer mais silêncio
A mulher de dentro de mim cansou de pretexto
A mulher de dentro de casa fugiu do seu texto”
(Dentro de Cada Um - Elza Soares)

O percurso desta dissertação teve início a partir do contato com o caso do assassinato de Ângela Diniz, no *podcast* “Praia dos Ossos”, que nos levou a questionar certo enraizamento histórico de uma violência dirigida às mulheres. Nosso ponto de partida foi o recolhimento sobre o lugar destinado às mulheres na cultura, que se mostrou atrelado à honra masculina, à submissão ao marido e à desigualdade em termos das leis e aparatos jurídicos, que carregavam a marca da legitimação de práticas violentas que se mantinham silenciadas no âmbito familiar.

A partir do panorama traçado na introdução desta pesquisa, foi possível recolher alguns avanços a partir dos reflexos do impacto dos movimentos políticos, sobretudo feministas, na sociedade. A criação da Lei Maria da Penha possibilitou dar relevo às diversas violências dirigidas às mulheres, retirando-as do lugar de problemas de “marido e mulher”, criando mecanismos para acolhimento, proteção e encaminhamento das mulheres em situação de violência. Assim, para além da nomeação destas formas de violência, as mudanças no aparato jurídico e no cenário político permitiram ampliar a discussão e o debate sobre este tema.

Entretanto, no percurso desta investigação, acompanhamos que os avanços de dispositivos de proteção às mulheres que embora tenham sido essenciais não se mostraram suficientes para frear o grande número de casos que segue crescendo. Como apontado, a conquista de direitos civis, sociais e políticos foram decisivos para que as mulheres pudessem ter maior autonomia sobre as decisões relativas às suas vidas, sem precisarem ser mantidas sob tutela a de um homem, entretanto, isso não as livrou de seguir como alvos de uma série de atos violentos cotidianos. Assim, mesmo com medidas penalizadoras mais severas e a ampliação de medidas protetivas a violência não cessa de se inscrever sobre os corpos femininos.

Conforme abordado no início deste trabalho, o percurso recolhido desde Freud e retomado por Lacan nos mostra a inexistência do caminho pré-estabelecido acerca dos modos de se localizar no feminino e no masculino. De modo que não há

universalidade passível de ser nomeada na espécie humana, no ser de linguagem, no que se refere aos modos de se localizar como homem e como mulher. Neste sentido, as expressões de masculinidade e feminilidade, assim como as relações entre homens e mulheres, estão permeadas por aquilo que se recolhe no laço social, sendo historicamente situadas e permeadas pelas coordenadas simbólicas de cada época. O discurso de cada época participa da formação subjetiva, exercendo um importante em sua constituição, entretanto, não nos deixa perder de vista que é apenas no um a um que recolhemos como estas marcas se inscreveram.

Como bem nos lembram Iannini e Tavares (2024) ao recuperar que Freud:

insta seus leitores a não subestimarem o papel que a normatividade social tem na subjetivação da sexualidade, desabonando de saída qualquer interpretação que tome as descobertas da psicanálise como se fossem impermeáveis a injunções sociais, culturais ou históricas. Quando confessa a obscuridade remanescente, Freud desenha uma zona cinzenta na qual a psicologia individual e a psicologia social se interpenetram (p. 11).

Logo, buscamos refletir sobre o que poderia estar por trás dos comportamentos violentos dirigidos especificamente às mulheres. Percorremos um caminho com Freud visando apresentar parte de seu desenvolvimento sobre a sexualidade humana e das saídas do Complexo de Édipo, com ênfase aos impasses acerca do feminino e da feminilidade. A partir desta leitura, buscamos recolher o que desde aquele momento vinha sendo delineado enquanto um enigma ligado ao feminino, que Freud se deparou até o final de sua obra.

Um ponto que nos chamou a atenção foi o aspecto ressaltado por Freud acerca da depreciação da vida amorosa, que foi retomado por Lacan, ao conectá-lo ao modo masculino de se dirigir a uma mulher a partir de uma lógica feticista. Esta montagem não necessariamente leva à violência, entretanto, destina à mulher uma posição objetalizada, que a mantém identificada um lugar de objeto degradado. Ao visarmos elaborar sobre o que poderia vir a ocupar este lugar do insuportável, que poderia levar à irrupção de uma angústia nos aproximamos do conceito lacaniano de passagem ao ato, que utilizamos para nos aproximar deste fenômeno.

Sustentamos a hipótese de que o feminicídio pode se apresentar como uma resposta diante da angústia, quando o sujeito se vê confrontado com uma presença

que desestabiliza suas coordenadas simbólicas. A presença da mulher poderia estar ali como enigma, como aquilo que escapa à significação fálica. Tal hipótese não visa justificar a violência, mas apontar aspectos subjetivos que podem entrar em jogo nessas manifestações extremas.

Assim, com a expressão máxima da violência, o feminicídio, no centro de nosso estudo acionamos os conceitos de passagem ao ato e de objeto *a* com o objetivo de buscar neste aparato conceitual o que poderia nos aproximar teoricamente desta escolha pela passagem ao ato violento que visa a exclusão do outro da cena subjetiva. Nesta investigação teórica, visamos contribuir para novas reflexões sem, contudo, propor a redução deste fenômeno a um conceito em específico.

Vimos que o momento da passagem ao ato comporta uma singularidade que apenas os elementos particulares em cada caso podem vir a localizar, o que nos impede uma generalização antecipada. Ainda assim, recolhemos, a partir da teoria do objeto *a* que Lacan formula, que sua irrupção na cena subjetiva pode operar como fator de desestabilização do sujeito, gerando uma tensão que pode precipitar a passagem ao ato violenta.

Neste ponto, a elaboração do conceito lacaniano de passagem ao ato e de objeto *a*, desenvolvido no terceiro capítulo, nos auxiliou a indicar um ponto singular que não podemos perder de vista nesta ampliação da discussão sobre o masculino e feminino que nos propormos, uma vez que “cada estrutura clínica tem seu ponto de vulnerabilidade e, dentro dela, cada sujeito, por sua singular trama fantasmática, pode ser tocado, mesmo acidentalmente, em algo cuja falta de representação torna-o insuportável desencadeando reações violentas” (Machado, 2013, p. 21).

Assim, os modos desta apresentação do objeto são muito variáveis. Em uma montagem mais “classicamente” masculina, por exemplo, o objeto *a* pode se encarnar com mais frequência em uma figura feminina depreciada, que perturbam a montagem subjetiva masculina ao passar a se posicionarem a partir de um novo lugar, uma presença mais ativa, ou seja, ao apresentar seu próprio desejo, subvertendo a posição esperada de se manter em posição passiva, apenas como objeto do desejo masculino.

Cabe ressaltar que ao retomarmos o caso da jovem homossexual nesta aproximação podemos ver que esta alternância de posições masculina e feminina pode se apresentar em um mesmo sujeito e em diferentes relações. O que se observa é um ponto do impossível da relação sexual, seja este qual for, se constituindo sempre com a marca destes encontros e desencontros. Importante deixar assinalado aqui que durante o trabalho não pudemos escapar da denominação de mulheres e homens em muitos momentos, a fim de nos possibilitar operacionalizar de algum modo os conceitos. Contudo, cabe ressaltar que esta marca que nomeia e localiza uma separação com base no sexo, não se trata de correspondência a uma localização subjetiva que estaria posta de saída, conforme desenvolvemos ao longo da pesquisa.

Do lado feminino a posição que pode se configurar um modo de se situar na vida amorosa é a de ser amada e de ser desejada na medida em que ocupa o lugar de causa de desejo para o Outro. Neste momento, a partir da desidentificação dessa posição privilegiada no desejo do Outro pode levar a experiência de despersonalização e dissolução de si, a partir da perda deste lugar que estava na base da sua relação com o Outro.

Na estruturação edípica própria à organização simbólica formulada por Freud, e relida por Lacan, a relação entre os sexos se sustentada a partir de uma montagem discursiva na qual para a mulher era proposto certo apagamento enquanto sujeito, operando como objeto de valor investido pelo desejo masculino. Importante recuperar o que construímos acerca da ligação à mulher em relação à preservação da honra e prestígio masculinos, que durante muito tempo contemplava o aval legislativo de ser possível retirar a vida da mulher que atentasse contra a honra de um homem, intimamente ligado ao modelo patriarcal.

Durante uma entrevista, Eric Laurent ao ser perguntado se acredita que existe mais violência do que há anos atrás indica que do ponto de vista da psicanálise este “mais” seria de outro registro e assinala “já que não temos a medida, que não nos interessa muito, e o que consideramos é ‘o mais’ do insuportável de algo” (Laurent, 2013, p. 34). O interessante nesta pontuação é que comparar o que viria a ser “mais violência” em relação a um ponto anterior da história não nos traria grandes avanços, e sim que nos dediquemos em colocar a ênfase em investigar o que está neste lugar do que comparece e gera angústia.

Por outro lado, na montagem do masculino o prestígio estava neste ter um lugar privilegiado, de portador do falo, inscrito na ordem simbólica pela via do Nome-do-Pai. Essa lógica mantinha seu funcionamento, que podemos dizer que parecia comportar certa violência ao lugar da mulher por visar fixá-la em uma posição mais passiva e de objeto. Servindo ao momento em que a tradição patriarcal assegurava certa estabilidade em relação aos lugares no laço social, dentro do que era esperado a cada um dos sexos.

Nesse contexto, a violência que acabava encoberta pela tradição surge atualmente como excesso. Trata-se da irrupção de um real que não encontra inscrição na cadeia significante, evidenciando o risco de uma passagem ao ato. Quando o sujeito se encontra em um lugar de indeterminação, despossuído do lugar de causa de desejo no campo do Outro, sem mediação simbólica que o sustente, pode se identificar absolutamente com o objeto *a*. O embaraço de se encontrar reduzido à condição de resto, pode abrir vias para soluções violentas, marcadas pela tentativa de tamponar a angústia.

Durante a elaboração desta pesquisa consideramos essencial marcar o cuidado necessário de modo a não cair em uma teorização que, de algum modo, possa desresponsabilizar os autores da violência. O discurso de colocar as mulheres como causadoras de sua morte já é o discurso hegemônico, do qual visamos a todo momento nos distanciar.

O enfraquecimento da montagem fálica e do lugar simbólico do homem nos coloca a tarefa de interrogar, caso a caso, o lugar que o sujeito ocupa em relação ao objeto *a*. Somente a partir dessa localização é possível operar na direção de, em alguma medida, evitar desfechos em que a passagem ao ato se apresente como única via para fazer cessar a angústia, ao responder, de forma trágica, ao vazio deixado pela queda dos semblantes que sustentavam a ficção viril.

Cabe esclarecer que estamos cientes dos limites de qualquer tentativa de explicação totalizante, ao reconhecermos que esta pesquisa não tem a pretensão de se concluir uma elucidação definitiva dos atos de violência perpetrados contra mulheres no feminicídio. Conforme apontado por Barros (2014), a violência e a fala possuem condições próprias que não se apresentam ao mesmo tempo, o que

impossibilita uma explicação que dê conta inteiramente do ato violento. Ainda assim, neste percurso visamos um exercício de reflexão sobre os elementos ligados ao masculino e ao feminino que podem dar pistas sobre o que participa neste tipo de violência e que poderia vir a precipitar tais atos, sem pretender visar uma decifração que pudesse vir a ser amplamente generalizada.

Buscamos também articular essa leitura à crítica contemporânea do patriarcado, especialmente através da autora Rita Segato e outros psicanalistas contemporâneos que irão dar ênfase a montagem de uma masculinidade viril em declínio. Segato (2025) ao evidenciar uma construção da masculinidade que seria corporativa, aponta para a sustentação de um mandato de masculinidade que precisa ser constantemente reafirmado, uma vez que não está garantido por nenhuma premissa natural ou biológica. Assim, essa leitura, ao lado das elaborações que percorremos sobre o masculino como ficção, sem garantias, nos permitiu pensar este uso da violência para fazer frente a um ponto de insuportável diante de um abalo na tradição.

A partir disso, torna-se evidente a urgência de se pensar os efeitos subjetivos do abalo do patriarcado, sobretudo em suas repercussões clínicas. E neste sentido, não para pensarmos um retorno a um momento mítico anterior, patriarcal, e sim para investigar estas novas montagens de maneira singular, caso a caso, que permitam outras saídas para a angústia, que não precisam ter como desfecho a passagem ao ato violenta.

Acreditamos que o trabalho desenvolvido até aqui abre caminho para investigações futuras que ampliem o diálogo entre diferentes campos do saber, especialmente neste ponto de investigação sobre a masculinidade, atrelada ao ideal de virilidade. Tal perspectiva pode vir a permitir uma abertura à escuta desta expressão mais radical de um mal-estar subjetivo que segue demandando elaboração.

Referências bibliográficas

Alberti, C. (2021) A Mulher Não Exist. Argumento do Congresso AMP 2022. Disponível em: <https://www.grandesassisesamp2022.com/wp-content/uploads/2021/05/argument1-CA-POR-1.pdf>

Allouch, J. (1997/2005). Paranoia Marguerite ou a Aimée de Lacan. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Bandeira (2019), L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação In Hollanda, B. H (Org.). Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Barros, R.R. (2014) A violência e os seus limites. Opção Lacaniana online, 5(13).

Bassols, M. (2012). La violencia contra las mujeres: Cuestiones Preliminares a su tratamiento desde el psicoanálisis. Disponível em <http://miquelbassols.blogspot.com.br/2012/11/laviolencia-contra-las-mujeres.html>.

Bassols, M. (2022) “Fundamentos da sexuação em Lacan”. In: Latusa 26: binarismo em crise – gênero e sexo nos tempos que correm. N. 26. Rio de Janeiro: EBP-Rio.

Bonfim, F. G., & Vidal, P. E. V.. (2009). A feminilidade na psicanálise: a controvérsia quanto à primazia fálica. Fractal: Revista De Psicologia, 21(3), 539–548. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000300009>

Bonfim, F. G. (2011) Primazia, querela, significante e objeto a: um percurso na psicanálise sobre o falo. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Bonfim, F. G.. (2014). Perspectivas sobre o escrito lacaniano: "a significação do falo". Analytica: Revista de Psicanálise, 3(5), 157-182. Recuperado em 18 de julho de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000200009&lng=pt&tlng=pt

Bonfim, F. (2020). Declínio viril e o ódio ao feminino: entre história, política e psicanálise. Periódicus, Salvador,13 (1). Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Bonfim, F. G. (2021). A Sexuação Do Homem Na Contemporaneidade: entre o declínio do ideal viril, o feminismo e o feminino. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense , Niterói.

Brasil (2013) Congresso. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher, 2013. Relatório final. Senado Federal. Brasília.

Brousse, M. H. (2007) *Feminismo. Scilicet dos Nomes do Pai*. Associação Mundial de Psicanálise. Rio de Janeiro: Gráfica Edil.

Brousse, M. H. (2012) O que é uma mulher? Entrevista com Marie-Hélène Brousse. *Latusa Digital*, 9 (49).

Calazans, R., & Bastos, A.. (2010). Passagem ao ato e acting-out: duas respostas subjetivas. *Fractal: Revista De Psicologia*, 22(2), 245–256. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000800002>

Campo, I. C. (2019) Algunos apuntes para pensar el origen de la cultura y del patriarcado. Una relectura del texto freudiano *Tótem y Tabú* (1913 [1912-13]) desde el psicoanálisis con perspectiva de género. *KAIROS. Revista de Temas Sociales*. Disponível em: <http://www.revistakairos.org> 23(43).

Caicedo-Roa, M., Bandeira, L. M., & Cordeiro, R. C.. (2022). Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. *Revista Estudos Feministas*, 30(3), <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n383829>

Cerqueira, D.; Bueno, S. (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em 30 abr. 2025.

Cerqueira, D.; Bueno, S. (coord.). *Atlas da violência 2025*. Brasília: Ipea; FBSP, 2025 Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/276> Acesso em 02 jun. 2025.

Cordeiro, E. D. S.; Cohen, R. H. P.(2012) . Crime ou parceria amorosa violenta: interlocuções entre psicanálise aplicada e direito. *Opção Lacaniana Online*, v. 3, p. 1-15.

Cordeiro, E. S.(2013) *Da transgressão da lei a lei da transgressão: crime, interdição e relações amorosas violentas em tempos de lei Maria da Penha; Dissertação (Mestrado em Pós Graduação em Psicologia) - Universidade Federal Do Rio De Janeiro*.

Costa, A., & Bonfim, F.. (2014). Um percurso sobre o falo na psicanálise: primazia, querela, significante e objeto a. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 17(2), 229–245. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000200005>

Freud, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Freud, S. (1910) Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem (Contribuições à psicologia do amor I) São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

(Sigmund Freud, Obras completas, vol. 9, p. 259 – 269, Trad. Paulo César de Souza).

Freud, S. (1910) Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens. In Freud, S. Amor, sexualidade, feminilidade. (Trad. Maria Rita Salzano Moraes). Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

Freud, S. (1912-1913) Totem e tabu. In: Freud, S. Obras completas, vol. 11: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos. (1912-1914). (Trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Freud, S. (1912) Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa (Contribuições à Psicologia do Amor II) São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Sigmund Freud, Obras completas, vol. 9, p. 270 - 284, Trad. Paulo César de Souza).

Freud, S. (1915) A pulsão e seus destinos. In: Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

Freud, S. (1917) O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III) São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Sigmund Freud, Obras completas, vol. 9, p. 285 – 303, Trad. Paulo César de Souza).

Freud, S. (1920). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In: Freud, S. Obras completas (Vol. 15, p. 114-149). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Freud, S. (1923) A Organização Genital Infantil. In: Freud, S. Obras completas: O Eu, o Id “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). (Trad. Paulo César de Souza). Companhia das Letras, vol. 16

Freud, S. (1924) A dissolução do Complexo de Édipo. In: Freud, S. Obras completas: O Eu, o Id “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). (Trad. Paulo César de Souza). Companhia das Letras, vol. 16.

Freud, S. (1925) Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: Freud, S. Obras completas: O Eu, o Id “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). (Trad. Paulo César de Souza). Companhia das Letras, vol. 16.

Freud, S. (1926) A questão da análise leiga. Conversas com uma pessoa imparcial. In Fundamentos da clínica psicanalítica (Obras Incompletas de Sigmund Freud). 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Freud, S. (1927) Fetichismo In: Neurose, Psicose e Perversão. (Obras incompletas de Sigmund Freud). Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 315-322.

Freud, S. (1931/2024) Sobre a sexualidade feminina. In Amor, sexualidade, feminilidade. (Trad. Maria Rita Salzano Moraes). Belo Horizonte: Autêntica, 2024. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

Freud, S. (1933/2010). Conferência XXXIII: Feminilidade, em Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, Vol. 18, p. 263-293.

Fuentes, (2020) Semiologia da sexualidade. In Teixeira, A. & Caldas, H. (Orgs.) Psicopatologia lacaniana I: semiologia. Belo Horizonte: Autêntica.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). Atlas da violência. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP

Iannini, G. & Tavares, P. (2024) Sobre amor, sexualidade e feminilidade. In Amor, Sexualidade, feminilidade. Obras incompletas de Sigmund Freud. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 7 - 35.

Iannini, G. (2024) *Freud no século XXI*. Volume I. O que é psicanálise?. Belo Horizonte, Autêntica.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2019). Atlas da violência 2019 Brasília: Rio de Janeiro, RJ.

Gomes, M. C. J (2018). Tornar-se mulher: a feminilidade para além do gênero e do universal. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica.

Gomes, A. M. (2021) A lógica do fetichismo e os limites do esclarecimento. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro em co-tutela com a Université de Paris.

Grinbaum, G. (2016). Género y aborto. Estrategias - Psicoanálisis y Salud Mental. 3(4), 31-34.

Guimarães, M. C. P. (2007) A passagem ao ato falha. Da angústia ao ato na teoria lacaniana [Dissertação de Mestrado em Psicologia] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Lacan, J (1956-57/1995). O seminário, livro 4: a relação de objeto . Texto estabelecido por Jacques Alain-Miller; tradução, Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1958/1998) A significação do falo. In: Escritos (pp. 692-703). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1960/1998). Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1962-63/2005) O Seminário, livro 10: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1972-73/1985). O Seminário, livro 20: mais ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

Laurent, E. (2007). *A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.

Laurent, E.(2013). *Psicanálise e violência: sobre as manifestações da pulsão de morte*. In Machado, O. M. R. & Derezensky, E. (Orgs.) *A violência: sintoma social de uma época*. Belo Horizonte. Scriptum Livros.

Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006 (2006). *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Lima, V. M. & Vorcaro, A. (2018) *Ideal viril e feminização do mundo: uma sexuação moebiana na era do não-todo*. Asephallus (Online), v. 13, 31-46.

Lima, V. M., & Vorcaro, A. M. R. (2020). *O Pioneirismo Subversivo da Psicanálise nos Debates de Gênero e Sexualidade*. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2020 v. 40, e192180, 1-13. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192180>

Lima, V. M.. (2021). *Psicanálise e homofobia: o infamiliar na sexuação*. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 24(2), 397–420. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n2p397.9>

Lima, V. M., & Iannini, G. de P. M. (2025). *Virilidade e degradação do objeto: a significação do falo na vida amorosa dos homens*. *Revista Tempo Psicanalítico*, 56. Disponível em <https://doi.org/10.71101/rtp.56.679>

Lospennato, C. (2020) *Aportes de la orientación psicanalítica a los dispositivos socioasistenciales para hombres que han ejercido violencia contra la mujer*. In Sotelo, I. (org.) *Lo femenino en debate: El psicoanálisis conversa con los feminismos* (Spanish Edition).. Grama ediciones.

Lucero, A., & Vorcaro, A. M. R.. (2016). *Angústia e constituição subjetiva: do objeto não significantizável ao significante*. *Revista Subjetividades*, 16(2), 60-70.

Medeiros, L. R. (2021) *Devastação: um impasse na transmissão do desejo*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei.

Mello, M. M. P. de. (2010). *Da mulher honesta à lei com nome de mulher: o lugar do feminismo na legislação penal brasileira*. *Revista Videre*, 2(3), 137–159. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/885>

Melo, P. (2019) *Mulheres empilhadas*. São Paulo: Leya.

Machado, O. (2012) *Lacan feminista ou o feminino em Lacan* In Antelo, M. (Org.). *Mulheres de hoje: figuras do feminismo no discurso analítico*. Petrópolis: KBR Editora Digital Ltda.

Machado, O. (2014). *Violar corpos*. *Opção Lacaniana online nova série*. 5 (13).

- Machado, O. (2018). O corpo e violência na psicanálise. *Revista Entrerios*, 1(2)
- Miller, J. A. (2005) Introdução à leitura do seminário da angústia de Jacques Lacan. *Opção Lacaniana* n. 43.
- Miller, J. A. (2014) Observações sobre seu conceito de passagem ao ato. *Opção lacaniana* 5(13).
- Miller, J. A. (2016) Uma partilha sexual. *Opção Lacaniana online*, 7(20).
- Miller, J. A. (2010) Convergência e divergência. *Opção Lacaniana online*, 1(2).
- Miller, J. A. et. al (2011) *Del Edipo a la sexuación*. Buenos Aires: Paidós. (Colección del Instituto Clínico de Buenos Aires)
- Morao, M. (2016) Violência contra o corpo de uma mulher e a era do consumo massificado. *Opção Lacaniana online*. Buenos Aires, 7(19), 1-8.
- Murta, C. (2021) A feminização como fetiche. Artigo site: Escola Brasileira de Psicanálise. Recuperado de: <https://ebp.org.br/slo/a-feminizacao-como-fetiche/publicacao>: 31 de agosto de 2021
- Oliveira, M. (2021) Violência contra as mulheres: reflexões sob o viés da psicanálise de Freud e Lacan. Tese Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Poli, M. C. (2007). *Feminino/masculino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Porchat, P. (2014). *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá.
- Rabinovich, D. (2005) A significação do falo: uma leitura. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Riguini, R. D. & Marcos, C. M. (2018). Cinco notas sobre o Feminicídio a partir da Psicanálise. *Revista Subjetividades*, 18(Esp.), 1-12.
- Rivera, T. Para dissecar o falo: fetiche, violência e sedução. *Lacuna: uma revista de psicanálise São Paulo*, n. -14, p. 2, 2023.
- Rodrigues, C. (2020) Misoginia, feminicídio, racismo, punitivismo: alguns significantes da violência contra as mulheres. *Caliban (La Habana)* , 1, 150-155.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar.
- Scaramussa, M. F., (2022). Violência masculina: a masculinidade como ficção e a subversão feminina. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo.

Segato, R. (2025). As estruturas elementares da violência. (Trad. Danú Gontijo) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Segato, R. (2006) Que és un feminicídio: notas para un debate emergente Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2006. Disponível em <https://www.nodo50.org/codoacodo/enero2010/segato.pdf>

Sotelo, I. (2007) Clinica de la urgencia. Jan 2007. Inês Sotelo. Clinica de la urgencia. Buenos Aires: JCE Ediciones.

Soler, C. (2005) O que Lacan dizia das mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Souza, J. D. S. (2020) Contribuição psicanalítica à memória da violência contra o feminino na mulher. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Souza, H. G. & Cunha, F. C. (2018). A interlocução da psicanálise com as políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Opção Lacaniana online, 9, 25/26.

Solano-Suárez, E. (2006). O objeto causa do desejo e o pai. Opção Lacaniana. Online, São Paulo, n. 4, p. 1-9, 2006. Disponível em:

Tendlarz, S. (2011) Recorrido del falo en la sexualidad femenina. In Miller (Org.), Del Édipo a la Sexuación. Buenos Aires.

Tendlarz, S. E. & Garcia, C. D. (2013) A Quem o Assassino Mata? O Serial Killer à Luz da Criminologia e da Psicanálise (eBook) Edição do Kindle.

Vallejo, P. (2016). Femicidio: sobre la disparidad entre los sexos. Estrategias. Psicoanálisis Y Salud Mental, 4, 39-42. <https://revistas.unlp.edu.ar/Estrategias/article/view/2556>

Vidal, P. E. V. & Bonfim F. (2019) Uma canção, uma resposta: sobre o modo do homem se dirigir a uma mulher. Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana. Rio de Janeiro, 14(27), 59-76.

Vieira, M. A. (2008). Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Vieira, M. A. (2013). Mal-estar na civilização: entre o desejo e o gozo. Afreudite: psicanálise pura e aplicada. Disponível em: https://www.litura.com.br/artigo_repositorio/o_mal_estar_na_civilizacao_entre_desejo_1.pdf

Vieira, M. A. (2021) Real, simbólico e imaginário. A trindade infernal de Jacques Lacan. In Bastos, A. & Jimenez, S. (Orgs.) Nós e o sinthoma [livro eletrônico] Rio de Janeiro: Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro.